

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/02/2013 a 28/02/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Governo federal firma convênios para implantar centros de economia solidária em 42 municípios – Site do MDS. 01/02/2013.....	5
Legalidade ou inconformismo? Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 02/02/2013.....	5
Nem mandioca escapa da seca no Nordeste. Murillo Camarotto – Valor Econômico. 04/02/2013.....	7
Kátia Abreu: “O agronegócio brasileiro precisa de planejamento” – Site da CNA. 05/02/2013.....	9
Rumo ao interior. Xico Graziano – O Estado de S.Paulo. 05/02/2013.....	10
BID e IFC voltam a financiar empresas do agronegócio. Bettina Barros e Fabiana Batista – Valor Econômico. 06/02/2013.....	12
Senadora Kátia Abreu visita presidente da CNBB – Site da CNA. 07/02/2013	14
CNA defende MP dos Portos e convoca empresários, Congresso e Governo a rejeitar pressão daqueles que agem contra o bem coletivo – Site da CNA. 07/02/2013	14
Dilma pede pesquisa em biotecnologia - O Estado de S.Paulo. 07/02/2013	15
Déficit de estocagem se agrava com safra cheia. Carine Ferreira, Fernanda Pressinott, Gerson Freitas Jr., Tarso Veloso e Mariana Caetano – Valor Econômico. 07/02/2013.....	16
Brasil na rota da aquicultura mundial. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 07/02/2013.....	18
Commodities mais manufaturas. Marcelo Miterhof – Folha de São Paulo. 07/02/2013	20
Safra de grãos deve bater novo recorde neste ano. Venilson Ferreira - O Estado de S.Paulo. 08/02/2013	22
Safra é recorde e Brasil deverá liderar produção mundial de soja em 2012/13.Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 08/02/2013	23
Governo corre para leiloar 158 portos. Lu Aiko Otta, de O Estado de S. Paulo. 09/02/2013.....	24
Greve contra o futuro. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 09/02/2013	25
Pepe Vargas fala sobre avanços e desafios para a sucessão rural na Romaria da Terra – Site do MDA. 12/02/2013	27
Boa safra, grandes problemas - O Estado de S.Paulo. 12/02/2013.....	28
Mais de 210 mil famílias extremamente pobres têm garantia de assistência técnica e extensão rural – Site do MDS. 13/02/2013	29
O gargalo do agro. Celso Ming. - O Estado de S.Paulo. 13/02/2013	30
Sem planejamento, sobra espaço em portos brasileiros. Renée Pereira – O Estado de S. Paulo. 13/02/2013	31
Unidos contra a modernização - O Estado de S.Paulo. 13/02/2013	32
Governo redesenha pacote para ferrovias e inclui novos trechos. Daniel Rittner – Valor Econômico. 13/02/2013	34

Governabilidade e desenvolvimento. Fernando Filgueiras – Valor Econômico. 13/02/2013.....	36
Evolução das políticas públicas é destaque em encontro de ministro com governador do RS – Site do MDA. 14/02/2013.....	38
Qualificação e redução de custos serão diferenciais do agronegócio em 2013 – Site da CNA. 15/02/2013.....	38
Governo reafirma novas regras para portos privados. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo. 15/02/2013	39
Programas sociais deixam 2,5 milhões de miseráveis de fora. João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo. 16/02/2013	40
Apesar do inegável avanço, boa parte dos beneficiados corre risco de voltar à miséria. Gustavo Patu – Folha de São Paulo. 16/02/2013.....	42
Abram alas para o agro. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 16/02/2013.....	43
Sindicatos criticam distorções e temem esvaziamento de portos – Folha de São Paulo. 17/02/2013.....	44
Exportações do agronegócio atingem US\$ 96,66 bilhões no acumulado do ano – Site do MAPA. 18/02/2013	45
Presidente da CNA defende MP dos Portos para melhorar competitividade do setor – Site da CNA. 18/02/2013	47
Valor da produção agrícola deverá crescer 16%. Fernando Lopes – Valor Econômico. 18/02/2013.....	48
Empresa do agronegócio é condenada por condições degradantes de trabalho – Site do MST. 19/02/2013	48
Presidente da CNA leva temas prioritários para o setor agropecuário ao ministro Mendes Ribeiro – Site da CNA. 19/02/2013.....	49
Marketing rural. Xico Graziano – O Estado de S.Paulo. 19/02/2013.....	51
'Vai ser difícil passar a MP dos portos na Câmara'. Vinícius Neder – O Estado de S. Paulo. 19/02/2013	53
Presidente da CNA alerta para o risco do Brasil enfrentar apagão portuário em até sete anos – Site da CNA. 20/02/2013	55
Renda aumenta nas favelas e classe média chega a 65% dos moradores. Paola de Moura – Valor Econômico. 20/02/2013	56
Produtores dos EUA querem mais migrantes no campo. Miriam Jordan e Mark Peters The Wall Street Journal – Valor Econômico. 20/02/2013	57
Dilma e a nova abertura dos portos. Editorial – O Globo. 20/02/2013	59
Agropecuária exige união de pequenos. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 20/02/2013.....	60
Abertura nos portos – Folha de São Paulo. 20/02/2013.....	61
Dilma amplia de novo Bolsa Família e ataca 'conservadores' – Folha de São Paulo. 20/02/2013.....	62
Agropecuário quer modificar lei que garante o descanso de motoristas. Guilherme Zocchio - Agência Repórter Brasil Site do MST. 21/02/2013.....	63

A miséria que não acaba - O Estado de S.Paulo. 21/02/2013	66
CNA rejeita acordo de Monsanto com produtores. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 21/02/2013.....	67
Depois do Código, ruralistas miram legislação trabalhista e terras indígenas. Murilo Rodrigues Alves – Site do MST. 22/02/2013	69
Churrasco de soja? Avanço da soja substitui arroz e gado no Pampa gaúcho. <i>Guilherme Arruda</i> – Site do MST. 22/02/2013.....	70
Ameaça à produção de comida. Editorial - O Estado de S.Paulo. 22/02/2013	73
Gado e arroz cedem terreno para a soja. Guilherme Arruda – Valor Econômico. 22/02/2013.....	74
Compra do Canal Rural por JBS sela aliança de agronegócio, mídia e banco – Site do MST. 23/02/2013	76
O papa e a semântica. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 23/02/2013.....	77
A hora e a vez do dendê: fácil de plantar e agradável ao paladar – Site do MDA. 25/02/2013.....	78
O princípio do fim da pobreza. Tereza Campello e Marcelo Neri – Folha de São Paulo. 25/02/2013.....	80
Custos com transporte disparam no país. Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 25/02/2013	81
A triste realidade da seca no nordeste – Site da CNA. 26/02/2013	83
Trabalho infantil na pecuária na mira da FAO. Assis Moreira – Valor Econômico. 26/02/2013.....	84
Encontro discute estratégias para acelerar acesso dos agricultores às políticas públicas – Site do MDA. 27/02/2013	85
FAEA participa do lançamento do Programa Residência Agrária – Site da CNA. 27/02/2013.....	86
Presidente da CNA lança campanha ZARPA BRASIL! em favor da MP dos portos – Site da CNA. 27/02/2013	87
Monsanto suspende cobrança de royalties sobre soja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 27/02/2013	89
Presidência flagra irregularidades em estatais de portos – Folha de São Paulo. 27/02/2013.....	89
O agronegócio é ‘negócio’ para o Brasil? <i>Gerson Teixeira</i> – Site do MST. 28/02/2013.....	91

Governo federal firma convênios para implantar centros de economia solidária em 42 municípios – Site do MDS. 01/02/2013

Equipamentos apoiam o desenvolvimento de pequenos empreendimentos cooperativos para superar a pobreza

Brasília, 1º – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) firmaram convênios com 42 municípios e 19 estados para implantação e consolidação de centros de economia solidária no país. “Esse acordos preveem o apoio para capacitação, qualificação e estruturação de organizações da economia solidária, com o objetivo de incluir mais pessoas no mercado de trabalho”, diz o diretor de Inclusão Produtiva Urbana do MDS, Luiz Müller.

Nos últimos dois anos, o governo federal investiu R\$ 85 milhões na estruturação de centros de economia solidária. Este ano, será feito um repasse complementar totalizando R\$ 100 milhões. O prazo para que os municípios e estados invistam os recursos termina em dezembro deste ano. A ação vai beneficiar 60 mil pessoas em todo o país, prevê Müller.

Os centros são espaços destinados ao fomento e comercialização de produtos fabricados por empreendedores de baixa renda. “Foi uma reivindicação dos movimentos da economia solidária, que precisam de endereço na cidade para expor os produtos e fazer seminários”, destaca o secretário nacional de Economia Solidária do MTE, Paul Singer.

A escolha dos municípios e estados para os convênios foi feita por meio de editais para seleção de projetos, sendo um deles direcionado aos municípios e outro aos estados. Ao todo foram recebidas propostas de 97 municípios e 22 estados. Os projetos foram analisados pelo Comitê de Seleção constituído pelos dois ministérios.

Legalidade ou inconformismo? Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 02/02/2013

Há todo um universo, com representatividade popular, cuidando de cada tema que chega ao Legislativo

Há iniciativas que, por ferirem o mais elementar senso comum, não conseguem ocultar sua origem e objetivos.

É o caso das três Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) -tema do qual tratei aqui no sábado passado- que a PGR (Procuradoria-Geral da República) encaminhou ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra o novo Código Florestal.

A PGR "descobriu" nada menos que 39 inconstitucionalidades no Código, enxergando o que nem os 594 congressistas (513 deputados e 81 senadores) e respectivos assessores técnicos, órgãos da sociedade civil e a própria Presidência da República conseguiram. Um fenômeno!

É sabido que todo e qualquer projeto cumpre rigoroso rito legislativo. Antes de ser votada na Câmara ou no Senado, a proposta é submetida, em cada Casa, ao crivo de

uma Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), composta por parlamentares com formação jurídica, assessorados por técnicos, cuja missão é exatamente aferir a sua constitucionalidade.

Após a manifestação da CCJ, ela vai para uma comissão especializada. E propostas que envolvem mais de uma disciplina tramitam por mais de uma comissão técnica.

Novamente, deputados ou senadores, devidamente assessorados por especialistas, debruçam-se sobre a matéria.

Não raro, a submetem a audiências públicas, envolvendo, no debate, os segmentos da sociedade civil interessados no assunto.

Só depois de superadas essas etapas a proposição vai a plenário, ocasião em que partidos ou parlamentares podem reavaliá-la, propor emendas ou, até mesmo, apresentar um substitutivo.

Estabelece-se a controvérsia e, onde não há consenso, decide-se no voto. Após toda essa complexa liturgia, a proposta segue à sanção presidencial, onde, mais uma vez, se submete a especialistas que podem recomendar vetos à chefia do governo.

E todo veto tem que passar pelo Congresso, que pode ou não acatá-lo. Há, pois, todo um universo, com representatividade popular, cuidando de cada tema que chega ao Legislativo, quer pelo ângulo técnico-jurídico, quer pelo ângulo político.

Pode-se reclamar de uma opção política. Tecnicamente, porém, a probabilidade de uma falha, embora possível, é rara.

Mas 39 falhas é simplesmente inacreditável, sobretudo para uma proposta, como a do Código, que tramitou uma década, com diversas audiências públicas. Nada foi mais visto, revisto e discutido que seus dispositivos.

O interessante é que as "inconstitucionalidades" apontadas são exatamente as que geraram controvérsias com as ONGs ambientalistas, que conspiram contra a produção agrícola do país -e perderam no voto. Coincidência?

Vejamos: o Ministério Público questiona, entre outras coisas, as áreas de preservação permanente; a recomposição de reserva legal por pequenos proprietários; a inexistente "anistia" aos desmatadores (na verdade, restauração do que foi ilegalmente desmatado); a compensação da reserva legal por arrendamento ou por doação de área dentro da unidade de conservação a órgão do poder público. Etc., etc.

A procuradora-geral em exercício, Sandra Cureau, considera "inconstitucionalidade e retrocesso" a redução e a extinção de áreas que eram protegidas por legislações anteriores. Ora, se a lei mudou, mudam os critérios e os conceitos antes vigentes.

Mas ela desce a detalhes técnicos que definitivamente não lhe cabem, ao sustentar, em uma das ações, que é preciso "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais".

Que sabe a PGR sobre "processos ecológicos essenciais"? Trata-se de matéria técnica, exaustivamente discutida em âmbito próprio. Não é questão afeta à Procuradoria.

É claro que, no espaço de um artigo, é impossível descer aos detalhes de três Adins e refutar cada objeção. Terei oportunidade de fazê-lo da tribuna do Senado e na CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Lembro apenas que o Ministério Público não é instância de militância política e não pode levar, ao tapetão, questões já resolvidas no campo próprio da disputa, isto é, o Congresso. Isso, sim, é inconstitucional.

KÁTIA ABREU, 51, senadora (PSD/TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

Nem mandioca escapa da seca no Nordeste. Murillo Camarotto – Valor Econômico. 04/02/2013

Mais de 80% da mandioca do semiárido é destinada à fabricação de farinha. A quebra na produção obriga o Nordeste a importar o produto de outras regiões

Funcionando desde 1979 no sítio histórico de Olinda, a "Macaxeira de Noca" é um dos atrativos gastronômicos da cidade das ladeiras e bonecos gigantes de Pernambuco. Nos dias de Carnaval, foliões se acotovelam, salivantes, à espera da mandioca cozida envolta em carne-de-sol e queijo gratinado, único prato servido na casa. Alheia à batalha do governo para debelar a inflação, a iguaria deve ficar mais cara neste ano. A seca que assola o semiárido nordestino, uma das principais regiões produtoras do país, resultou em uma quebra de safra da ordem de 50%.

Macaxeira, mandioca, maniva ou aipim, o tubérculo de casca grossa é patrimônio cultural e gastronômico no Nordeste. Quase um caso de amor. Além da famosa farinha (que durante anos foi única companheira do feijão nas mesas mais pobres), a mandioca é protagonista de bolos famosos na região. Frita em tiras, desbanca a batata nos balcões dos bares como tira-gosto. Cozida, forma com a carne-de-sol uma dupla tão popular quanto o arroz com feijão. No Recife, Macaxeira é nome de bairro.

Cerca de 6 mil quilos vão ser devorados pelos fregueses da "Macaxeira de Noca" durante o Carnaval que se aproxima. Eraldo Pereira, um dos sócios, está preocupado com os custos. "Aumentou muito, uns 200%", relata.

O empresário não exagerou. A quebra na safra do semiárido resultou em disparada nos preços. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a tonelada da raiz, que em dezembro de 2011 era comercializada a R\$ 187 em Pernambuco, custava R\$ 537 no mesmo mês do ano passado, alta de 187%.

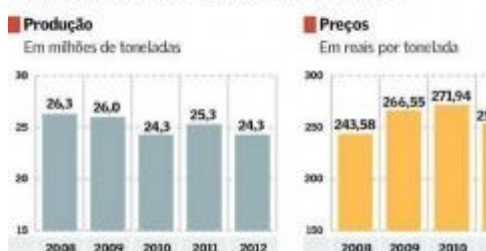
A popularidade da mandioca no Nordeste tem muito a ver com sua "riqueza". "É uma planta abençoada. Mesmo quando a safra é ruim, rende muito", diz o lavrador Domingos Cardoso Fontinelli, que por conta da seca perdeu 30% de sua roça no município de Cocal, no interior do Piauí. Ele se refere às generosas porções de alimento

que uma pequena quantidade de mandioca pode proporcionar. A esmagadora maioria da produção nordestina se dá em pequenas propriedades familiares.

A resistência ao clima seco é outro fator que explica a afeição local pela mandioca. Nas propriedades mais humildes do semiárido, ela sempre se faz presente, ao lado do milho e do feijão. "Mas tudo tem um limite. A seca atual é muito severa e mesmo as variedades mais adaptadas não estão resistindo", alerta Alberto Vilarinhos, técnico em fruticultura e mandioca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Entre altos e baixos

Produção e média de preços da mandioca no país



Ele explica que a raiz precisa de um mínimo de água nos três primeiros meses após o plantio. A variedade nordestina é plantada na época das chuvas e colhida no mesmo período do ano seguinte, após levar o que se chama de "segunda chuva". "Se não houver a segunda, a produtividade cai. Se não tiver nem a primeira, como é o caso atual, ela morre", explica Vilarinhos. O técnico lembra que outras culturas ainda mais adaptadas à estiagem, como o umbu e a palma, também estão sucumbindo.

Responsável pela maior produção do Nordeste e terceira do país, a Bahia registrou queda de 23% no ano passado, segundo a Conab. O volume caiu de 3 milhões de toneladas para 2,3 milhões de toneladas.

A secretaria estadual de Agricultura alerta que a expectativa para 2013 é de recuo para 1,9 milhão de toneladas, caso a seca persista. No Nordeste como um todo, foram produzidas 6,6 milhões de toneladas, 16% a menos do que em 2011. O semiárido - onde a safra caiu pela metade - representa algo em torno de 30% da produção do Nordeste.

O principal drama da estiagem prolongada na cadeia produtiva da mandioca se dá sobre o cenário futuro. Isso porque o plantio é feito com partes da própria raiz, que em tempos de agruras é servida como alimento para o gado faminto. Explica Vilarinhos: "Neste ambiente, mesmo que a chuva caia, não haverá o que plantar. Uma quebra como essa pode se refletir por até dez anos à frente".

Mais de 80% da mandioca produzida no semiárido nordestino tem como destino a fabricação de farinha. Figura ilustre no cardápio local, o produto consumido na região tem um padrão superior ao que se encontra no sul do país. Segundo Vilarinhos, é a relação entre a quantidade de amido e de fibras que define a qualidade e o sabor da farinha. Quanto mais amido, mais nobre é o alimento. Um projeto em desenvolvimento na Embrapa visa a certificação da autêntica farinha "made in Bahia".

A queda na produção local obriga o Nordeste a importar mandioca de outras regiões, principalmente do Paraná e do Mato Grosso do Sul. O custo do frete mantém elevada a inflação do produto, que envolveu até mesmo o ambulante "Zé Macaxeira de Águas Compridas", que vende de porta em porta em bairros de classe média alta do Recife. Seu preço passou de R\$ 4 para R\$ 5 por quilo, mas os negócios continuam à plena carga, assim como os gritos: "Carminha, olha a papinha na portaria. Chegou a macaxê."

**Kátia Abreu: “O agronegócio brasileiro precisa de planejamento” – Site da CNA.
05/02/2013**

Considerada uma das maiores lideranças do agronegócio brasileiro, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu falou, nessa segunda-feira (4), para 800 produtores e lideranças rurais do oeste catarinense. “Tenho dito, em defesa da classe produtora, que não dá mais para improvisar. O agronegócio brasileiro precisa de planejamento, investimento e organização para que possa se desenvolver de forma sustentável”, afirmou.

A senadora foi recebida, em Chapecó, pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Zeferino Pedrozo, e pelo presidente da Cooperativa Agroindustrial Alfa (CooperAlfa), Romeu Bet, organizadores do evento.

Na palestra, a presidente da CNA também abordou as ameaças e oportunidades da agricultura e do agronegócio, política agrícola e sustentabilidade do setor primário. Kátia Abreu insistiu na importância da tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio e destacou a situação das demarcações de terras indígenas e a regulamentação do Código Florestal Brasileiro.

-“O preconceito que a sociedade brasileira tinha com a agricultura e o agronegócio reduziu-se muito. Graças à imprensa e a divulgação de nossa importância para a economia, a sociedade compreende melhor, hoje, o nosso papel. Somos geradores de superávits na balança comercial, de empregos e de renda para as famílias. A agricultura emprega 15,3 milhões de pessoas que representam 21% do total da mão de obra ocupada no País.”

A senadora enfatizou o extraordinário salto que a agricultura brasileira deu nos últimos 40 anos. Há quatro décadas, o Brasil era um dos maiores importadores de alimentos. Graças a investimentos em tecnologia e em planejamento, o produtor brasileiro deu ao país a condição de segundo maior produtor mundial de comida.

A presidente da CNA lembrou, contudo, que os próprios brasileiros são os grandes consumidores da produção nacional de alimentos e chamou a atenção para a necessidade de geração de excedentes exportáveis: “Com exceção de grãos e carnes, são poucos os setores com capacidade de exportação”.

Kátia Abreu encerrou nesta semana uma viagem de 30 dias à China e ficou impressionada com as possibilidades de cooperação comercial bilateral Brasil-China. Os chineses reclamam que muitas missões comerciais não resultam em negócios porque os empresários brasileiros que visitam a China não dão prosseguimento aos contatos e, efetivamente, não realizam negócios porque estão muito fixados no mercado doméstico.

O Brasil é um dos poucos países com capacidade de atender ao imenso mercado asiático, pois, pode ampliar fortemente a base produtiva. Mencionou que a FAO espera que o país aumente em 40% a produção de alimentos até 2050 e que essa meta será alcançada muito antes do prazo.

Depois de realçar a importância da inovação e da tecnologia no futuro da agricultura brasileira, pregou a importância da união do universo agro – a agropecuária, a agroindústria, a logística de transporte e os fabricantes de insumos – para a conquista de infraestrutura. Disse que são necessários maciços investimentos em hidrovias, ferrovias e portos para reduzir os custos de transportes e melhorar a competitividade do produto primário no mercado mundial. Assinalou que além da débil infraestrutura, a má gestão é outro flagelo. No ranking de eficiência em administração de portos entre 150 países, o Brasil fica na, constrangedora, 130ª posição.

A presidente da CNA também advertiu para os custos de produção e exemplificou que o leite brasileiro é mais caro que muitos outros países. Há 1,2 milhão de produtores rurais no país, dentre os quais, 800 mil vivem da atividade, mas com níveis de eficiência muito baixos, por isso, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) investirá intensamente em formação profissional rural nessa área, a exemplo do que vem fazendo Santa Catarina.

“Provamos ao mundo que temos uma agricultura eficiente, produtiva e sustentável, responsável por grandes superávits na balança comercial brasileira”, expôs a presidente. Destacou que a valorização da agricultura é uma das principais preocupações da CNA, razão pela qual prioriza a comunicação com todos os públicos através de todos os canais de difusão. Por isso, a CNA criou a campanha no exterior TIME AGRO BRASIL ancorada na figura mundialmente conhecida de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, buscando abrir novos mercados para os produtos agrícolas e pecuários brasileiros.

O evento, que ocorreu na sede da Associação Atlética e Recreativa Alfa (AARA), foi direcionado aos associados da CooperAlfa e aos dirigentes de Sindicatos Rurais da região filiados à Faesc.

Rumo ao interior. Xico Graziano – O Estado de S.Paulo. 05/02/2013

O Brasil está interiorizando seu desenvolvimento. Basta averiguar um traço espacial da economia brasileira em 2012: o PIB da Região Centro-Oeste apresentou crescimento de 3,3%. Apesar de modesto, esse valor foi sete vezes maior do que o verificado na Região Sudeste, que subiu apenas 0,5%. Rumo ao interior.

É muito interessante perceber tal fenômeno, apontado pela consultoria Tendências. Onde impera o setor industrial - em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, parte também no Espírito Santo - anda capengando o País. Já onde domina a agropecuária - nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e até no Distrito Federal - instala-se um círculo virtuoso de prosperidade. Embora sofrendo as deficiências da infraestrutura logística e, de certa forma, amargando o descaso do governo, os agronegócios têm animado a economia brasileira.

Esse dinamismo observado nas regiões mais longínquas, distantes da orla atlântica, pode configurar, com o passar do tempo, uma nova fase do desenvolvimento nacional. Com a expansão da fronteira agrícola instalam-se as agroindústrias e distribuidoras de insumos, trilharam-se estradas e ferrovias para transportar a safra, cresce a população atrás do emprego. Novas oportunidades de negócios surgem, chega o comércio, geram-se renda e riqueza onde somente havia poeira, ou mata virgem. Cidades florescem.

Já ocorreram antes, em outras condições históricas, tais deslocamentos espaciais da economia. Nas origens, a produção do açúcar nordestino progressivamente ocupou parte da Zona da Mata, uma faixa de terra litorânea, estreita, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Solos férteis e firmes, conhecidos como "massapê", cobertos com Mata Atlântica, suportaram os dois primeiros séculos da Colônia.

Grande movimento se deu também por causa da descoberta do ouro nas Minas Gerais. Começou assim a ocupação de vasta área, então quase desabitada, que viria a acolher um quinto da população brasileira. Fruto dessa alteração espacial no dinamismo da economia e da sociedade, a capital do País se deslocaria, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro. Rodava o mundo da fortuna.

Com a descoberta da riqueza do café, a bebida que revolucionou a economia brasileira, a próspera viagem da economia adentrou o Vale do Paraíba, atingiu São Paulo e mirou as terras roxas de Campinas, para depois alcançar Ribeirão Preto. Os cafezais tomaram um descanso com a crise de 1930, mas depois ganharam fôlego e voltaram, soberbos, para desbravar o norte do Paraná. Linda saga do "ouro verde".

Andanças secundárias deixaram sua marca na ocupação histórica do vasto território. Pode-se relatar a colonização do Vale Amazônico na busca da coleta florestal, do cacau, da pesca e, um século depois, da borracha natural; o estabelecimento da atividade pecuária nos friorentos pampas gaúchos; ou, ainda, a ousadia portuguesa dos arrozais no Maranhão colonial. Momentos de expansão do sonho da prosperidade.

É curioso perceber que a extensa área do Centro-Oeste permaneceu relativamente afastada desses ciclos da economia nacional. Sua localização, muito distante da costa, criava dificuldades de acesso. Goiás, que experimentou certo dinamismo com a mineração, somente viria a ser, em termos, redescoberto com a fundação de Goiânia (1933), a nova capital do Estado que substituiria a histórica Vila Boa (atual Cidade de Goiás). Em 1988 dele se desmembraria o Estado do Tocantins.

Mato Grosso contou com a ajuda da navegação fluvial para ser inicialmente desbravado. Subindo ao longo do Rio Paraguai, ou descendo pelo Rio Tietê, os colonizadores e bandeirantes atingiram o povoado de Albuquerque. A capital da extensa província se deslocaria para Cuiabá (1835), mas nenhuma força econômica verdadeiramente a impulsionava. A valorização da pecuária motivou a separação, em 1977, do jovem Estado de Mato Grosso do Sul.

Fora as longas distâncias, outra característica básica domina a Região Centro-Oeste: nela se situa grande parte do Cerrado brasileiro, bioma assentado em 23,9% do território nacional. Com vegetação típica, árvores pequenas, cascorentas e retorcidas, decorrentes da estação extremamente seca que impera entre maio e setembro, os solos do Cerrado

apresentam baixa fertilidade e acidez elevada. Até os anos 1950 nenhum agrônomo imaginava que poderiam tornar-se produtivos.

Aconteceu, porém, uma espécie de milagre da tecnologia agrícola. Utilizando calcário e fertilizantes, aquelas chapadas do Cerrado, consideradas imprestáveis, foram se transformando em exemplos mundiais de agricultura, ostentando produtividades maiores do que as antigas regiões da terra roxa. Mais ainda: o temor da erosão, maldito na agricultura tradicional, acabou vencido pelo plantio direto, sistema que não exige aração nem gradeação do terreno todo para se efetuar a semeadura. Uma revolução tecnológica.

Resultado: em menos de 30 anos uma verdadeira corrida para o oeste desbravou o Cerrado. Protagonizado por lavradores gaúchos, paranaenses e paulistas, esse "eldorado" tupiniquim abriu as portas do progresso na região - e sem devastação, pois a área cultivável do Cerrado ocupa apenas metade do total. Hoje o Centro-Oeste já responde por 41% da safra nacional de grãos, liderado por Mato Grosso, que sozinho produz 25%. Fora o rebanho bovino, de elevada qualidade genética. Incrível.

Daqui a, talvez, duas décadas, estará consolidada uma nova geografia econômica no Brasil. A facilidade na comunicação, se for complementada por fortes investimentos na logística, terá vencido, definitivamente, a distância que manteve amordaçado o potencial produtivo do Centro-Oeste. Longe do litoral, perto do futuro.

** Xico Graziano é agrônomo e foi secretário de Agricultura e secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xicograziano@terra.com.br.*

BID e IFC voltam a financiar empresas do agronegócio. Bettina Barros e Fabiana Batista – Valor Econômico. 06/02/2013

Depois de um hiato de dois anos sem conceder empréstimos ao agronegócio brasileiro, os bancos de desenvolvimento se reaproximam do setor. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está avaliando um aporte de R\$ 104 milhões para uma usina de cana-de-açúcar no Brasil e o IFC - braço de investimentos para o setor privado do Banco Mundial - analisa projetos em cana, soja, lácteos e pecuária que devem demandar este ano até US\$ 150 milhões.

Para este ano, a meta do IFC é aplicar no agronegócio da América Latina em torno de US\$ 250 milhões. "Para o Brasil não temos uma meta específica, mas esperamos fazer entre US\$ 100 milhões e US\$ 150 milhões por ano em novos negócios em dívida e investimento em participações nesse setor, incluindo os setores de frango, soja, açúcar e etanol, carne bovina, lácteos e bebidas não alcoólicas", disse Luiz Daniel de Campos, diretor para investimentos do IFC. "Temos feito consistente desenvolvimento de novos negócios no setor, e estamos buscando no longo prazo aumentar a nossa presença".

De acordo com ele, dos cinco contratos no "pipeline" com usinas brasileiras, dois não foram para frente. "As usinas não estão fazendo tanto investimento nesse momento", disse o executivo. As outras três ainda estão em processo de análise, sendo que um dos empréstimos deve ser aprovado ainda no exercício fiscal de 2013, que se encerra no meio do ano.

O BID também ensaia retomar o financiamento a projetos de açúcar e álcool no Brasil, depois de ficar fora do setor por quatro anos. A instituição avalia um aporte de R\$ 104 milhões para a Usina Batatais, um dos grupos mais tradicionais do setor com duas usinas no Estado de São Paulo. A companhia pretende renovar aproximadamente 48,6 mil hectares de área de cana-de-açúcar, investir em melhorias tecnológicas na indústria para aumentar a produção de açúcar cristal e de etanol anidro.

O projeto da Usina Batatais, que tem assessoria em financiamento de projetos da consultoria FG/AGRO, está orçado em R\$ 588,66 milhões e também deve ter a complementaridade de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que avalia o financiamento de R\$ 154 milhões ao grupo.

As usinas do Brasil estão ampliando a adoção de práticas sustentáveis na produção de etanol, disse o diretor de investimentos do BID, Sergio Rivera-Zeballos, mas para entrar de cabeça no setor falta à instituição explorar mais o mercado local. Até o fim de março, o executivo desembarcará no Brasil para reuniões com outros grupos sucroalcooleiros e instituições ligadas ao segmento.

Em 2007, o BID chegou a anunciar que destinaria US\$ 997 milhões a cinco usinas no Brasil, entre elas a Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA), comprada em 2011 pela petroleira britânica BP (ex-British Petroleum) e a Usina Moema, vendida em 2010 para a multinacional americana Bunge.

Rivera-Zeballos não se recorda do montante total de recursos liberado ao setor na época. À Moema, foram US\$ 120 milhões para refinanciar dívidas. Para a CNAA, o projeto era destinar US\$ 269 milhões para construção de três usinas, no entanto, recursos a apenas duas delas foram liberados, uma vez que a escassez de crédito na época inviabilizou à CNAA captar a outra parte do capital necessário para concluir o projeto, contou Rivera-Zeballos. "O BID nunca deixou o setor. Mas com a retração da indústria de etanol e açúcar as oportunidades se contraíram significativamente", recorda.

Já o IFC ficou dois exercícios fiscais (2010 e 2011) sem assinar contratos agropecuários. O hiato foi consequência de uma revisão de critérios e análise mais cuidadosa de contratos após escândalos que o braço do Banco Mundial sofreu em alguns países, incluindo o rompimento de um contrato de US\$ 90 milhões com o Bertin, posteriormente adquirido pela JBS, acusado pelas autoridades brasileiras de ser corresponsável pelo desmatamento na Amazônia.

Desde então, o IFC preferiu envolver-se em regiões onde as lavouras estão consolidadas - sobretudo no Sul e Sudeste. O tempo de avaliação dos contratos estendeu-se para até um ano e meio. O número de reuniões aumentou e elas passaram a envolver diretores de diferentes áreas do banco com a empresa tomadora de empréstimo.

As análises do agronegócio costumam levar um pouco mais de tempo também, já que boa parte dos casos se enquadra na chamada "categoria A" - de alto risco para o emprestador.

"O nosso foco é sempre buscar relacionamentos com empresas onde possamos ter um importante impacto em desenvolvimento, seja por meio da criação de novos empregos, melhoria de práticas socioambientais e de governança corporativa".

No caso do BID, a atuação em agronegócios vem sendo muito mais ativa em outros países da América Latina. "O Brasil tem uma maior disponibilidade de crédito comercial do que os outros países do continente", disse Rivera-Zeballos. Desde 2007, o banco de desenvolvimento oferece suporte a investidores e companhias das áreas de grãos, leite, soja, frutas na Argentina, Chile, Uruguai, Nicarágua e Peru.

No deserto peruano, o banco financiou, juntamente com outros quatro bancos, um projeto de produção de etanol a partir de cana-de-açúcar irrigada por gotejamento. O grupo apoiado, o Maple Energy, implantou capacidade para produzir 132 milhões de litros de etanol e 37 megawatt de energia a partir do bagaço da cana.

Senadora Kátia Abreu visita presidente da CNBB – Site da CNA. 07/02/2013

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, visitou, nesta quinta-feira, o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, cardeal Raymundo Damasceno Assis, na sede da CNBB em Brasília.

Os dois conversaram sobre agricultura familiar e sobre projetos de assistência técnica ao pequeno produtor.

A CNA se colocou à disposição de Dom Damasceno para, entre outras ações, apoiar a Pastoral da Criança, reforçando uma parceria que vem desde os tempos da inesquecível Zilda Arns.

CNA defende MP dos Portos e convoca empresários, Congresso e Governo a rejeitar pressão daqueles que agem contra o bem coletivo – Site da CNA. 07/02/2013

A Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre portos, instalações portuárias e atividades desempenhadas por seus operadores, ora em tramitação no Congresso Nacional, está sendo ameaçada por um segmento que defende privilégios em prejuízo dos interesses da sociedade brasileira e do desenvolvimento da Nação. Por esse motivo, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem a público reafirmar que:

1. É inadiável, em nome da competitividade das exportações brasileiras, eliminar os instrumentos que impedem o cumprimento da Lei dos Portos, que é uma das melhores do mundo. Hoje, no Ranking da Qualidade dos Portos, publicado pelo World Economic Forum, ostentamos o vergonhoso 130º lugar, entre 142 países. No mesmo ranking, os procedimentos alfandegários estão na 124ª posição, sendo os grandes responsáveis pela baixa competitividade brasileira em relação ao restante do mundo.

2. É inconcebível que, antes mesmo da discussão do tema no Parlamento, estes grupos tentem impedir, com ameaças de greves e paralisações, a discussão de regras que garantem a expansão da economia brasileira, com ganhos de eficiência obtidos pela ampliação da infraestrutura e pela modernização da gestão portuária. Diante disto, indaga-se: quem pode estar contra o estímulo a investimentos do setor privado, ao aumento da capacidade de movimentação de cargas e à redução de custos, quando a MP

mantém todos os direitos e privilégios do sistema atual de contratação de mão de obra, conhecido como OGMO?

3. É inaceitável que grupos de pressão prejudiquem importantes setores econômicos, como a agropecuária, questionando a participação da iniciativa privada na operação dos terminais portuários. Entendemos que tais gestos visam impedir a competição, que é a única forma de reduzir custos. Isto certamente ocorrerá com a implantação de dois regimes diferentes na gestão dos portos, um associado a uma infraestrutura pública e outro a uma infraestrutura privada.

4. É notório que o novo modelo proposto na MP dos Portos representa um avanço, pois elimina a distinção entre movimentação de carga própria e carga de terceiros como elemento essencial à exploração das instalações portuárias autorizadas;

5. É inadmissível que os setores produtivos nacionais tenham que continuar arcando com o custo Brasil, flagrantemente agravado pela ineficiência dos nossos portos, impondo altas tarifas e o trânsito pelo País de produtos destinados à exportação. Não podemos aceitar a paralisia de um setor estratégico como o portuário apenas para atender a interesses corporativos dispostos a impedir investimentos públicos e privados na modernização da infraestrutura e na expansão da economia.

Assim, diante de tal cenário, a CNA, entidade que representa um segmento da economia responsável pela geração de U\$ 80 bilhões de superávit por ano em exportações, confia que o Congresso Nacional encontrará as melhores soluções contra a ineficiência e a falta de competitividade que domina os portos brasileiros. cremos firmemente que, dentro dos preceitos democráticos que orientam os debates no Legislativo, será possível aperfeiçoar a lei, submetendo à livre concorrência esta verdadeira “reserva de mercado” que domina o atual sistema portuário. Confiamos, também, na firmeza do Governo frente a essas pressões e chantagens, oferecendo a necessária segurança jurídica aos novos investimentos que consolidarão a prometida “abertura dos portos”, tão necessária ao desenvolvimento econômico do nosso Brasil.

Dilma pede pesquisa em biotecnologia - O Estado de S.Paulo. 07/02/2013

A presidente Dilma Rousseff aproveitou a reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada ontem no Palácio do Planalto, para pedir empenho do governo na pesquisa em biotecnologia e abertura de novos laboratórios. A reunião foi fechada à imprensa.

"Nós, ao mesmo tempo que temos de enfrentar a extrema pobreza, temos de nos dedicar a dar toda a nossa prioridade também à questão do desenvolvimento, da ciência, da tecnologia e da inovação em nosso País", discursou Dilma na abertura da reunião, conforme divulgado pela Presidência da República. "Sabemos que um País como o nosso precisa desse salto, um necessário salto em ciência e tecnologia."

De acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, Dilma pediu que o "conselho se debruce sobre setores importantes para o desenvolvimento da

indústria nacional". A presidente solicitou uma proposta de um "programa de biotecnologia para ser desenvolvido pelas instituições do País", tendo à frente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), informou Raupp.

Saída. Questionado pelo Estado sobre rumores de que deixaria a pasta para dar lugar ao deputado Gabriel Chalita (PMDB-SP), Raupp afirmou que "nunca foi falado nisso" com a presidente Dilma Rousseff.

"Eu não toco nesse assunto, ela não toca nesse assunto. Eu trabalho aqui como se fosse ficar permanentemente, sou um funcionário público dedicado."

Segundo o ministro, foi apresentado na reunião um relatório das atividades desenvolvidas no MCTI sob a sua gestão. "Acho que esse relatório teve aprovação geral, até mesmo da presidente. Não sei o porquê das especulações", disse.

Dilma também pediu uma proposta de laboratórios para serem usados pelas comunidades acadêmica e empresarial, segundo Raupp.

Déficit de estocagem se agrava com safra cheia. Carine Ferreira, Fernanda Pressinott, Gerson Freitas Jr., Tarso Veloso e Mariana Caetano – Valor Econômico. 07/02/2013

Com o aumento da produção de grãos esperado para 2013, o Brasil deverá registrar um rombo de cerca de 40 milhões de toneladas em sua capacidade de armazenagem neste ano, aumentando a pressão sobre a infraestrutura de transporte e portuária e os custos da produção.

Segundo analistas e representantes do setor, indústrias, agricultores e governo precisariam investir até R\$ 10 bilhões apenas para zerar o déficit atual e até R\$ 28 bilhões para acompanhar o crescimento da produção ao longo da próxima década.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os 176 armazéns públicos e privados do país podem estocar até 145 milhões de toneladas de grãos. Neste ano, porém, o Brasil deve colher 180 milhões, 14 milhões a mais que na safra anterior - anteontem, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, projetou 185 milhões de toneladas.

A Organização da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO) considera ideal que os países sejam capazes de armazenar 120% de sua produção agrícola - no caso brasileiro, isso significaria uma capacidade de 216 milhões de toneladas. Mas, se as previsões se confirmarem, a correlação deverá ficar abaixo de 80%.

Representantes do setor afirmam que o déficit, na prática, é maior, porque muitos dos armazéns construídos nas últimas décadas não são adequados para operar com soja e milho, as culturas cuja produção mais cresceu nos últimos anos.

André Debastiani, sócio da Agroconsult, calcula que os armazéns de granéis são capazes de estocar até 120 milhões de toneladas, ou 77% da produção estimada de soja

e milho. Trata-se da menor correlação desde 2003. "Nos últimos anos, esse número sempre oscilou perto de 85%."

Só em Mato Grosso, maior produtor nacional de grãos, o déficit para este ano é estimado em quase 10 milhões de toneladas. Segundo relatório do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), 45 municípios do Estado possuem produção superior ao potencial de armazenagem estática, "o que pode trazer entraves no trajeto entre a lavoura e o armazém e do armazém para o porto". Em meio à escassez de armazéns, parte da produção não escoada imediatamente é armazenada em silos-bolsa ou em estruturas precárias e mesmo ao ar livre.



A situação no Estado agravou-se nos últimos dois anos, quando a produção de soja e milho cresceu mais de 9 milhões de toneladas. Até então, havia um equilíbrio entre a produção e a capacidade estática dos armazéns.

Como resultado, o custo médio de armazenar soja por um mês quase dobrou entre 2010 e 2012 - de R\$ 12,79 para R\$ 25,15 a tonelada, segundo levantamento do grupo de pesquisa e extensão em logística da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" (Esalq/Log). Conforme o mesmo levantamento, no período o custo de estocagem da soja subiu, ainda, 27,22% em Goiás, 46,5% no Paraná e 53,9% em São Paulo.

Apesar do forte aumento, o custo com a armazenagem ainda é relativamente baixo no Brasil - um dos fatores que, segundo especialistas, inibem o investimento privado. Em Mato Grosso, corresponde a menos de 3% do valor que o produtor recebe por uma tonelada de soja (cerca de R\$ 830). Seu impacto se faz sentir ao longo da cadeia logística. Segundo o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil, Glauber Silveira, produtores de soja situados em municípios no leste de Mato Grosso chegam a desembolsar até R\$ 80 por tonelada para levar a soja até o armazém mais próximo. "Existem produtores que transportam o grão por 300 quilômetros para conseguir estocar", afirma.

Além disso, a necessidade de escoar um grande volume em um curto espaço de tempo sobrecarrega todo o sistema viário e a operação dos portos, o que impulsiona os custos em toda a cadeia logística. "A transportadora, o operador portuário, todos precisam rentabilizar em seis meses os custos de um ano inteiro", afirma um empresário do setor.

Para Debastiani, o maior prejuízo ocasionado pela falta de armazéns não está na inflação dos custos. "O problema é a oportunidade. Se o produtor não possui armazenagem, sua estratégia de comercialização fica comprometida. Ele tem de vender

para a trading ou a cerealista em um momento que pode não ser o melhor". Ele observa que apenas 14% dos armazéns no Brasil estão localizados dentro das fazendas e o restante em áreas urbanas e portuárias. "Nos Estados Unidos, 42% da capacidade estática está na fazenda".

Segundo Tadeu Vito, coordenador do grupo de armazenagem da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o Brasil precisa investir R\$ 10 bilhões para zerar seu atual déficit de armazenagem - o cálculo é feito com base em um preço médio de R\$ 250 por tonelada. Vito afirma que o problema não tem prazo para ser resolvido, mas vê um aumento dos aportes. Nos últimos cinco anos, diz, os investimentos em estruturas de armazenagem e equipamentos totalizaram de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões, mas foram insuficientes para fazer frente à alta da demanda.

Segundo a Agroconsult, os investimentos necessários apenas para zerar o atual déficit de armazenagem em soja e milho chegam a R\$ 9 bilhões. Contudo, pondera Debastiani, seriam necessários R\$ 28,7 bilhões para que o Brasil chegasse a 2023 - com uma produção projetada em 236 milhões de toneladas - com armazéns suficientes para estocar toda a safra de soja e milho.

Segundo ele, há um ambiente favorável para o aumento dos investimentos no setor, mas o cenário ainda é cercado por incertezas. "Há um interesse crescente por parte dos produtores, que estão muito capitalizados, mas tudo vai depender de como vão se comportar os preços nas próximas safras. Esse é um setor muito volátil e uma crise pode fazer os investimentos secarem", afirma.

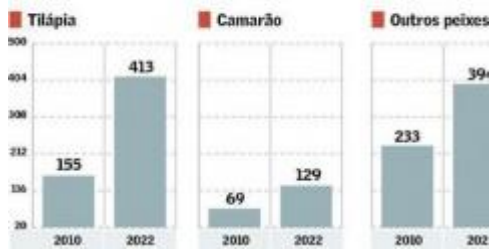
Brasil na rota da aquicultura mundial. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 07/02/2013

Principal financiador agrícola do mundo, o banco de origem holandesa Rabobank começou a monitorar aquela que promete ser a "próxima fronteira do mercado de proteína animal" no Brasil: a aquicultura. Em estudo inédito, a instituição vislumbra um crescimento contínuo da atividade pelo menos até 2022. O banco calcula que a produção de pescados em cativeiro alcançará cerca de 960 mil toneladas nos próximos nove anos, o dobro das 480 mil produzidas em 2010, segundo os dados mais recentes do Ministério da Pesca.

"O Brasil possui todos os ingredientes para se tornar a próxima superpotência em pescados, rivalizando com produtores como Tailândia, Noruega e China", aponta o estudo "Aquicultura Brasileira: Uma grande indústria de pescados em gestação", assinado pelos analistas do banco Guilherme Melo e Gorjan Nokolik.

Avanço contínuo

Estimativas de produção da aquicultura brasileira (mil toneladas)



Na avaliação do Rabobank, o Brasil reúne condições ideais para suprir o crescimento da demanda por pescados no próximos anos. Melo lembra que o país possui uma das maiores reservas de água do mundo e ampla oferta dos grãos - soja e milho - usados na ração dos peixes. A alimentação representa cerca de 60% dos custos de produção da aquicultura.

De acordo com o estudo, o papel do país no comércio global de pescados pode ser reforçado pelas dificuldades que a China, líder absoluta nas exportações, enfrentará para ampliar a produção de tilápias. Hoje, os chineses fornecem 90% da tilápia congelada importada pelos Estados Unidos e 37% do peixe fresco, conforme o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

A liderança chinesa no mercado de tilápias parecia inabalável até 2011, quando problemas climáticos emitiram "os primeiros sinais de fraqueza da indústria", analisa o Rabobank. O trabalho mostra que a forte recuperação da produção chinesa no ano passado não foi suficiente. O alto custo da mão de obra e da produção de ração são os principais desafios do país asiático, que produz cerca de 1 milhão de toneladas do peixe por ano.

O Brasil pode encontrar nesses pontos fracos do concorrente uma oportunidade para avançar, abocanhando um filão do comércio global de tilápia, a quarta espécie mais consumida dos EUA, atrás de camarão, atum e salmão. O Rabobank estima que a produção brasileira de tilápias alcançará 413 mil toneladas em 2022, alta de 166% sobre a produção de 2010.

Apesar do avanço projetado pelo Rabobank, o país encontra muitos obstáculos, a começar pela competitividade da indústria nacional. Segundo o analista Guilherme Melo, as principais empresas do setor ainda trabalham com escalas acanhadas, baixa qualidade de ração e falta de definição de padrão (peso e tamanho) dos produtos. Recentemente, o ministro da Pesca, Marcello Crivella, criticou a qualidade da ração produzida no Brasil.

Para Melo, só uma indústria de grande escala, a exemplo das integrações de aves e suínos, "puxaria o gatilho" nas áreas de insumos como genética e ração. "O Brasil está na infância da aquicultura e isso vale para toda a cadeia produtiva", afirma.

Para o Rabobank, o país precisa acelerar as liberações de novas áreas para a aquicultura. No fim do ano passado, o governo federal fez alguns avanços quando autorizou a criação de tambaquis em reservatórios de hidrelétricas na bacia do rio Tocantins. À época, o governo disse que a medida, aliada à linha de R\$ 500 milhões aprovada pelo

BNDES e aos R\$ 4,1 bilhões do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, poderia duplicar a produção de peixes de água doce em poucos anos.

Para o analista, o Brasil deve se concentrar no desenvolvimento de poucas espécies, como tilápia (carro-chefe da aquicultura e com potencial de exportação), camarão (com forte demanda do mercado doméstico) e o tambaqui, peixe amazônico que pode se tornar marca registrada do país no exterior.

**Commodities mais manufaturas. Marcelo Miterhof – Folha de São Paulo.
07/02/2013**

É arriscado basear o desenvolvimento apenas em setores intensivos em recursos naturais

A coluna retrasada tentou mostrar que a Argentina tem desde o pós-Guerra uma história de intensa rivalidade política, que persiste na democracia atual e que tem entre suas raízes a oposição entre o setor agrário, especialmente poderoso em razão da idealização de um dourado período primário-exportador, e os sindicatos e a burguesia industrial, fortalecidos a partir de Perón.

Hoje, usarei o exemplo argentino para refletir sobre os limites do desenvolvimento baseado na exportação de commodities. Dois aspectos chamam a atenção.

Primeiro, como visto na coluna anterior, na virada do século 19 para o 20, a Argentina teve um esplendor fornecendo produtos agropecuários para um mundo em que a potência hegemônica, a Inglaterra, era grande compradora deles. A crise de 29 desarticulou esse modelo. A potência sucessora, os EUA, é competidora de países como o Brasil e a Argentina no fornecimento mundial desse tipo de bens.

Quer dizer, é arriscado basear o desenvolvimento apenas em setores intensivos em recursos naturais. Os avanços só costumam dar certo por um tempo limitado quando uma potência industrial é carente desses produtos. A razão é que a indústria é a principal geradora e difusora de inovações, comandando o desenvolvimento produtivo e sendo menos acessível à competição de novos produtores.

Uma competitividade elevada em produtos primários pode se esvaír rapidamente pela replicação de sua produção em outros lugares ou pela introdução de técnicas na indústria que prescindam ou tornem mais eficientes o uso de um recurso natural.

Segundo, é notável na experiência argentina a constatação de que o país tinha no início do século 20 altos níveis de urbanização e de escolarização da população. Contudo, sua industrialização foi menos profunda que a brasileira.

Isso sugere que a estratégia de pavimentar o caminho para o desenvolvimento, qualificando a mão de obra e criando uma infraestrutura eficiente, entre outros elementos das clamadas reformas, não é condição suficiente para trilhá-lo.

O capitalismo é, como Marx e Keynes o caracterizaram, uma economia monetária de produção, em que a moeda tem um papel central e distintivo do que ocorre em outros sistemas econômicos.

Isso faz com que a demanda seja sua principal alavanca, algo que pode ser dado exogenamente pelas exportações ou criado pelos gastos públicos, estabelecendo as condições que incentivarão o investimento para aumentar os demais fatores

-aqueles considerados como premissas por outras visões do pensamento econômico- que levam ao desenvolvimento.

A experiência argentina é útil quando a emergência da China, uma potência consumidora de produtos primários, recolocou a possibilidade de retomar o desenvolvimento baseado na exportação de commodities.

Há riscos óbvios nessa estratégia, como a China ampliar a produtividade agrícola à medida que sua população se urbaniza ou conseguir outros fornecedores. Ou ainda o seu consumo de minério de ferro cair à medida que país se torne autossuficiente em sucata, um insumo mais barato do aço.

De qualquer forma, a ascensão chinesa permitiu a Brasil e Argentina reduzir expressivamente a principal restrição que limitou suas industrializações voltadas ao mercado interno: o balanço de pagamentos.

Antes, a política econômica, em vez de estar centrada no ciclo de negócios, baseava-se na administração da restrição externa e de seus impactos inflacionários.

Agora, num momento de crise internacional, que reduz a demanda pelas exportações, é factível que a elevação do gasto público alavanque a demanda interna para reativar a atividade econômica.

Portanto, não se trata de relegar a segundo plano a agropecuária e o extrativismo. Além da importância econômica, eles foram cruciais, por exemplo, para interiorizar o Brasil. Porém é preciso aproveitar a época de bonança para alavancar a indústria e garantir o crescimento sustentado. Além de serem incluídos no padrão de consumo moderno, os brasileiros precisam de mais empregos de qualidade crescente -algo que a indústria proporciona, com desdobramentos nos serviços.

Nos anos 30, a restrição de divisas impulsionou a industrialização brasileira: ao dificultar sobremaneira as importações, incentivou a produção local. Seria inovador retomar uma política de industrialização num período favorável de balanços de pagamentos. O resultado deve ser mais robusto.

MARCELO MITERHOF, 38, é economista do BNDES. O artigo não reflete necessariamente a opinião do banco. Escreve às quintas-feiras nesta coluna.

Safra de grãos deve bater novo recorde neste ano. Venilson Ferreira - O Estado de S.Paulo. 08/02/2013

Levantamento da Conab indica colheita de 184,9 milhões de toneladas, um aumento de 11,3% em relação à safra anterior

O governo acredita que a safra de grãos este ano baterá novo recorde. Levantamento feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indica que o volume a ser colhido será de 184,9 milhões de toneladas.

Isso representa um aumento de 11,3% em relação à safra passada, quando a forte estiagem na Região Sul provocou quebra de produtividade nas lavouras de milho e soja. Para técnicos da área agrícola, com o aumento da oferta, a pressão dos preços dos alimentos na inflação deve ser menor este ano.

O quinto levantamento da safra de grãos 2012/13, divulgado ontem, indica que a produtividade na lavoura este ano será recorde: 3.508 quilos por hectare. Esse resultado, somado ao cultivo de 52,981 milhões de hectares, é que permitirá a colheita do maior volume de grãos da história. Alguns técnicos já arriscam a prever que a safra pode superar as 190 milhões de toneladas.

O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, destacou o aumento do uso de tecnologia no campo e antecipou que no próximo plano de safra, que deve ser anunciado em maio, o governo pretende introduzir inovações para incentivar o aumento da produção e apoiar o investimento em armazenagem no campo. "A presidente Dilma Rousseff nos pede para que cada vez mais estejamos sempre à frente, trabalhando em benefício do produtor brasileiro."

Os bons preços internacionais e boa liquidez no mercado interno impulsionaram o plantio de soja e milho, que respondem por 86% da produção brasileira de grãos. Os dados preliminares da Conab sobre o milho safrinha, que ainda está na fase inicial de plantio, apontam a produção recorde de 40,914 milhões de toneladas, volume 4,6% acima do colhido na safra passada.

A soja se mantém como carro-chefe do agronegócio, com estimativa de produção de 83,42 milhões de toneladas, volume 25,7% acima do colhido na safra passada, quando houve a forte quebra no Sul. O diretor executivo da Associação Brasileira dos Exportadores de Cerais (Anec), Sérgio Mendes, prevê que as exportações do complexo soja (grãos e derivados), somadas ao milho, devem desbancar o minério de ferro como líder das commodities na balança comercial brasileira.

Inflação. A pressão que alimentos fizeram sobre a inflação tende a ser menor nos próximos meses, pois os problemas conjunturais provocados pela retração na oferta das verduras e legumes devem ser resolvidos no médio prazo. A tendência é de queda nas cotações das commodities agrícolas. A análise é do diretor de Política Agrícola e Informação da Conab, Silvio Porto, que prevê um índice de inflação inferior ao ano passado, principalmente a partir do segundo semestre.

Na opinião do técnico, o cenário atual sinaliza para a queda de preços. Ele cita o caso do arroz, que está na fase inicial de colheita e já apresenta queda de 4,5% do preço

recebido pelo produtor. A questão, diz ele, é a velocidade com que a redução dos valores no campo chegará às gôndolas dos supermercados.

Safra é recorde e Brasil deverá liderar produção mundial de soja em 2012/13. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 08/02/2013

O avanço da área de soja fará com que o país obtenha um volume de grãos jamais atingido: 185 milhões de toneladas. Os bons preços dos últimos anos trouxeram renda aos produtores, que, capitalizados, investiram mais.

Na safra 2012/13, semearam 27,6 milhões de hectares de soja, 2,6 milhões a mais do que na anterior. O resultado será um aumento de 17 milhões de toneladas na produção, que deverá somar 83,4 milhões de toneladas.

Se confirmado esse volume da safra 2012/13, o Brasil assumirá, pela primeira vez, a liderança mundial na produção de soja.

Os EUA, principais produtores mundiais, produziram 82,1 milhões de toneladas nessa mesma safra.

O recorde brasileiro de grãos vem praticamente de soja e de milho. Essas duas culturas vão somar 159 milhões de toneladas, 86% de toda a produção nacional.

A terceira maior produção fica com arroz, que deverá atingir 12 milhões de toneladas no período.

Ao atingir essa marca recorde neste ano, a soja volta a liderar a produção nacional de grãos, posto que havia perdido para o milho no ano passado. Os dados são da Conab.

Há algumas dúvidas, no entanto, quanto a esse volume de soja. Há avaliações de que o total será ainda superior ao da Conab, mas alguns analistas mantêm estimativas de um volume próximo de 81 milhões de toneladas.

As justificativas são o momento delicado pelo qual passa a colheita em regiões importantes de produção, como Centro-Oeste e Bahia. Além disso, tudo tem de dar muito certo para o Rio Grande do Sul produzir os 12,9 milhões de toneladas previstos, 87% mais do que em 2011/12.

Mais feijão O Brasil deverá produzir 3,4 milhões de toneladas da leguminosa, 16,5% mais do que na safra anterior, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Alta A primeira safra, cuja área teve redução de 8%, será de 1,29 milhão de toneladas, 4% acima do volume anterior. Já a segunda e a terceira terão elevação de 28% e de 21% no volume.

Bunge As vendas líquidas mundiais somaram US\$ 61 bilhões no ano passado, 9% mais do que em 2011.

2013 Para este ano, o cenário também é bom, segundo estimativas da empresa. O consumo de alimentos cresce e o mundo necessita reconstituir os estoques.

Custos No setor de açúcar e bioenergia, a empresa diz que os custos diminuíram, refletindo um aumento de eficiência nas atividades.

Metais Analistas do Standar Bank acreditam que haverá recuperação gradual dos preços devido à China.

Governo corre para leiloar 158 portos. Lu Aiko Otta, de O Estado de S. Paulo. 09/02/2013

Prazo fixado no pacote vai até o fim de maio, mas a própria agência de transportes aquaviários reconhece que vai ficar para o 2º semestre

O governo quer leiloar 158 terminais portuários até o fim de maio, mas o mais provável é que esse prazo não seja cumprido à risca. "Para você ter uma ideia, nos últimos cinco anos foram licitados nove ou oito", disse ao **Estado** o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Mário Povia.

"Teremos um esforço hercúleo", disse Povia. O prazo para fazer os leilões até maio foi fixado no pacote dos portos, anunciado no início de dezembro pela presidente Dilma Rousseff.

A tendência, segundo Povia, é que parte dos leilões ocorra no segundo semestre. O acúmulo de licitações a realizar e dúvidas quanto à capacidade da máquina pública em desempenhar a tarefa foram uma das principais preocupações durante a elaboração do pacote.

O diretor da Antaq, porém, afirma que o arrendamento de terminais é algo mais simples do que a concessão de uma rodovia, por exemplo. Assim, o processo pode, de fato, avançar bastante este ano.

Do total a ser oferecido à iniciativa privada, 146 são terminais que já estão em operação, mas os contratos venceram ou estão para vencer. Para esses, o processo tende a ser rápido, pois não será necessário, por exemplo, obter licença ambiental. Os 42 restantes são áreas novas.

Novo modelo. A oferta de terminais seguirá um modelo novo que facilitará o investimento, disse o diretor. Antes do pacote, os empreendedores eram obrigados a concordar com um pagamento à vista (down payment) cujo valor era fixado em edital e, acima desse, davam um lance. Assim, o desembolso logo na etapa inicial do negócio inviabilizava a participação de empresas de menor porte.

Pelo modelo anunciado em dezembro, ganhará a concorrência quem se comprometer a movimentar maior volume de carga, a preços mais baixos. Será fixado um teto tarifário. "É um viés mais preocupado com o custo Brasil." As licitações pelo novo modelo vão levar os portos a conviver com duas situações. Haverá arrendatários que terão de observar um valor máximo a ser cobrado e outros que têm o preço livre.

"Vai ficar esquisito? Vai. Mas foi essa a opção do governo", comentou Povia. Do contrário, o governo teria de encerrar antecipadamente todos os contratos de arrendamento de terminais portuários - o que seria possível do ponto de vista legal, mas daria um sinal ruim para o setor privado.

Pressões. O pacote portuário do governo foi regulamentado pela Medida Provisória (MP) 595, editada em dezembro. Em tramitação no Congresso, o texto sofre intensa pressão de diferentes setores. Foram apresentadas nada menos do que 646 emendas e há disputa pela relatoria da matéria, para a qual o mais cotado é o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

A principal alteração do texto foi permitir a criação de terminais que movimentarão carga de terceiros. Antes, para ter um terminal a empresa precisava demonstrar que tinha carga própria suficiente para manter a instalação em funcionamento. Ela até podia movimentar carga de terceiros, mas de forma subsidiária.

Agora, não há mais diferenciação entre carga própria e a de outras empresas. Segundo Povia, essa mudança vai provocar um "choque de oferta", porque permitirá a entrada de novos operadores.

Boa parte desses terminais não passará por um processo de licitação pública, mas por outra modalidade de seleção, a chamada pública. Essa é outra inovação da MP, cuja regulamentação vem sendo elaborada pela Antaq. Pelo sistema antigo, a empresa interessada pedia autorização para instalar um terminal e, se a documentação estivesse em ordem, ela ganhava a outorga. Agora, quando houver a manifestação de interesse, será feita uma chamada pública para detectar eventuais concorrentes.

Além dos terminais portuários, o governo vai licitar portos inteiros. É o caso de Imbituba (SC), cuja concessão venceu no ano passado e foi transferida temporariamente para o governo do Estado. Também é o caso de um novo porto para contêineres em Manaus (AM). No total, o governo estima que serão investidos R\$ 54,3 bilhões nos portos até 2017.

Greve contra o futuro. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 09/02/2013

O monopólio da contratação de mão de obra no porto público é um cartel de privilegiados

São notórias a ineficiência e a falta de competitividade que dominam os portos brasileiros. Privatizados no governo Fernando Henrique Cardoso, são operados na pretensão de manter a exclusividade eterna, como se fossem um fechado clube de amigos: quem está fora não entra, quem está dentro não sai.

E, nesse modelo, contêineres das mais diversas mercadorias, que circulam com velocidade por todo o mundo, adormecem em navios e portos brasileiros, elevando o preço da carga às alturas.

É explosiva a combinação de burocracia e corporativismo. Isso vale para o setor empresarial, quando não consegue viver sem o Estado, e para a esfera sindical

trabalhista, quando faz do bloqueio da livre concorrência a lei de ferro para manter privilégios.

Verdadeira vanguarda do atraso, os dois setores se unem para construir uma reserva de mercado que conspira contra a modernização do processo de movimentação de cargas em nossos portos.

Articulados, hoje pressionam o governo contra essa nova abertura dos portos. "Não mais às nações amigas, mas às forças produtivas do país e à iniciativa privada", como bem disse a presidente Dilma, ao lembrar feito de D. João 6º.

Dois séculos atrás, o rei pôs fim ao monopólio comercial do Brasil com Portugal, desencadeando o processo que culminou com a nossa independência.

É inegável que a abertura dos portos para o capital privado, prevista na Medida Provisória 595 de 6 de dezembro de 2012, representa significativo avanço, ao eliminar a distinção entre movimentação de carga própria e carga de terceiros.

É isso que tem limitado a exploração de instalações portuárias autorizadas e impedido que empresários se associem para construir e operar novos portos.

O monopólio da contratação de mão de obra no porto público, feito pela mais arcaica organização sindical trabalhista -o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO)-, é um cartel de privilegiados.

Esse cartório arranca do empresário e do Estado tantas regras que, ali, a exceção é carregar ou descarregar contêineres.

Aqui, o preço para atracar um navio médio (de 20 mil a 30 mil toneladas) atinge a impressionante cifra de US\$ 14 mil para uma operação que leva cerca de duas horas.

Já em portos dos Estados Unidos com características semelhantes aos nossos, o preço da atracação não chega à metade.

No Brasil, os práticos que atracam os navios formam uma casta de cerca de 400 milionários.

Recebem salários mensais situados majoritariamente na faixa dos R\$ 150 mil a R\$ 300 mil, como se habitassem um mundo acima da realidade da economia e da razoabilidade do mercado.

Visto que tudo é transferido ao preço das mercadorias, os exportadores perdem competitividade e os importadores repassam a nossos consumidores a conta do absurdo. Mas nem assim o prático vem à luz do dia se explicar.

A livre contratação de mão de obra sempre foi uma das maiores lutas de trabalhadores mundo afora. Um porto competitivo, além de empregar mais, pode pagar mais a seus trabalhadores.

Os que agora se insurgem contra a MP dos portos são contra o desenvolvimento econômico e a melhoria de vida dos portuários.

É estranho que uma forma nova de gestão em um porto privado incomode tanto um setor que não estará impedido de seguir mantendo a gestão privada e o regime especial de trabalho (OGMO) em um porto público.

Afinal, por mais exótico que pareça, o OGMO está mantido no texto da MP. Além disso, a estrutura fiscalizadora e arrecadadora do Estado estará presente nos dois modelos, igualando os custos fixos de seu funcionamento.

Ao ameaçar greve contra a Medida Provisória, entidades patronais e de trabalhadores que operam os portos públicos ameaçam fazer greve contra o futuro. E não escondem a realidade.

Como não se constrói um porto da noite para o dia, o atual monopólio que a MP derruba reage, em verdade, contra sua única possibilidade de justificação: a obrigação de ser melhor que a concorrência que quer evitar.

KÁTIA ABREU, 51, senadora (PSD/TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

Pepe Vargas fala sobre avanços e desafios para a sucessão rural na Romaria da Terra – Site do MDA. 12/02/2013

A importância da sucessão rural e as políticas do governo federal para os jovens que vivem da agricultura familiar foi o destaque do discurso do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, na 36ª Romaria da Terra. O evento foi realizado a última terça-feira (12) no município de Bento Gonçalves (RS) e teve como tema este ano Terra, Vida e Cidadania. O governador do RS, Tarso Genro, e o prefeito de Bento Gonçalves, Guilherme Pasin, também participaram da atividade organizada pela Diocese de Caxias do Sul, Paróquia Santo Antônio de Bento Gonçalves e Comissão Pastoral da Terra.

Pepe Vargas citou, entre outros, programas de acesso a crédito, como o Pronaf, e de crédito fundiário, como a Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) como instrumentos que viabilizam a permanência da juventude no campo e a sucessão rural. Pepe falou sobre as mudanças no PNCF, que desde o último mês, conta com taxas de juros menores e melhores condições para que os agricultores que renegociarem suas dívidas. “Esta romaria, além de ser um momento de celebração, também é momento de reflexão sobre os avanços que tivemos nos últimos anos e os desafios que ainda temos pela frente”, disse. O ministro destacou a agricultura familiar por produzir a maioria dos alimentos consumidos pela população brasileira. “Cerca de 70% desses alimentos vem deste modelo de produção com gente. Além deste reconhecimento da agricultura familiar pela produção de alimentos, também devemos valorizar este aspecto cultural baseado na relação com a terra”, sugeriu.

O governador Tarso Genro lembrou as ações do governo estadual de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária. Tarso citou o Plano Safra estadual e o

processo de reforma e de qualificação dos assentamentos no RS. O governador reiterou que entre os desafios de sua gestão está o de assentar todas as famílias acampadas no estado. “Estamos num momento de virada, de iniciar a colheita de todo o acúmulo de políticas que temos desenvolvido pela agricultura familiar e pela reforma agrária”, ressaltou.

A Romaria da Terra é anual e ocorre sempre na terça-feira de Carnaval, com a participação de caravanas de todo Estado do Rio Grande do Sul e de outras regiões do Brasil. Após uma caminhada que iniciou na comunidade do Barracão, no final da manhã, os peregrinos caminharam dois quilômetros até o Parque Municipal de Rodeios (ABCTG), na comunidade Jesus Bom Pastor.

Peregrinos como o jovem Francisco Crisostomo, de Marabá (PA). Crisostomo, que é secretário nacional da Pastoral da Juventude, chamou a atenção para importância de políticas e programas com foco na juventude. “Tanto o crédito, como o acesso ao ensino pelo Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e o Pronatec Campo, são ferramentas importantes para que a juventude se qualifique e tenha renda”, exemplificou.

Boa safra, grandes problemas - O Estado de S.Paulo. 12/02/2013

Mais uma vez a previsão de uma boa safra, no Brasil, é recebida como prenúncio de sérios problemas de armazenagem, transporte e embarque nos portos. Com muito investimento em pesquisa, em novos processos e em modernização produtiva, o País converteu-se numa das principais potências mundiais produtoras de alimentos, posição consolidada nas últimas duas décadas. Mas foi incapaz de criar nesse período a infraestrutura necessária à estocagem e à movimentação eficiente e barata de suas colheitas. Neste ano o problema se repete. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima para a safra 2012-2013 um novo recorde na produção de cereais e oleaginosas - 185 milhões de toneladas, 11,3% maior que a obtida na temporada anterior. A área cultivada deve ser 4,1% maior que a da safra 2011-2012 e o aumento da safra resultará principalmente, como tem ocorrido há muitos anos, do aumento da produtividade. A estimativa do IBGE, quase sempre com pequena diferença em relação aos cálculos da Conab, também aponta um resultado recorde, de 183,3 milhões de toneladas.

Se as projeções se confirmarem, as condições de abastecimento interno continuarão favoráveis, com benefícios para o consumidor, e o País manterá uma posição destacada no mercado internacional de produtos agrícolas. Mas produtores, processadores e exportadores terão de enfrentar, como sempre, condições logísticas muito ruins. Pelas contas do governo, os armazéns públicos e privados têm capacidade para receber até 145 milhões de toneladas de grãos. Mas o problema é certamente maior que o indicado por esse número, porque faltam armazéns adequados para as duas maiores culturas - soja, com produção prevista de 83,4 milhões de toneladas, e milho, com colheita estimada em 35,1 milhões na primeira safra e 40,9 milhões na segunda. A insuficiência e a distribuição inadequada de armazéns já encarecem o produto, porque forçam o transporte em longas distâncias, entre a zona produtora e as instalações de estocagem.

O segundo grande problema é o das vias de transporte interno. Rodovias são muito mais importantes para o agronegócio no Brasil do que nos Estados Unidos e em vários outros países produtores, onde o uso de ferrovias e hidrovias é mais comum. Só isso bastaria para deixar os brasileiros em séria desvantagem. Mas, além disso, há os problemas de conservação e de qualidade das estradas no Brasil.

A esses problemas é preciso acrescentar a dificuldade de acesso aos portos. Pesquisa recente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) chamou a atenção para o problema. Segundo 73,1% dos agentes de transporte marítimo entrevistados, o acesso terrestre deficiente é um obstáculo grave ou muito grave ao exercício de sua atividade. Os acessos rodoviários foram descritos como inadequados por 61,3%, por causa de fatores como a travessia de área urbana, congestionamento de veículos de carga e falta de segurança, entre outros. Os acessos ferroviários foram classificados como ruins por 29,3% dos profissionais ouvidos na pesquisa, por deficiência de infraestrutura para embarque e desembarque de carga, mau estado de conservação das áreas de entrada e ainda travessia de área urbana. Além disso, faltam silos nas zonas portuárias. Os próprios portos, como têm indicado outros levantamentos, ainda apresentam deficiências importantes em seu funcionamento.

Os problemas de capacidade e de operação dos portos são conhecidos e discutidos há muito tempo. O governo pelo menos se dispõe a adotar novas políticas de estímulo a investimentos em terminais. Os critérios oficiais têm sido criticados por diferentes grupos de interesses. Isso inclui tanto empresários quanto sindicalistas.

O governo ainda terá de enfrentar dificuldades políticas para conseguir os novos investimentos e precisa agir com urgência. Deficiências logísticas são problemas bem conhecidos e agravam-se ano a ano, encarecendo as mercadorias e tornando o País menos competitivo. Não adianta muito ganhar produtividade no interior da fazenda ou dentro dos muros da fábrica, se faltam condições para movimentar a produção.

Mais de 210 mil famílias extremamente pobres têm garantia de assistência técnica e extensão rural – Site do MDS. 13/02/2013

Ações de Ater, previstas no Plano Brasil Sem Miséria, levam melhoria a propriedades da agricultura familiar para que superem a extrema pobreza

Brasília, 13 – O governo federal garantiu assistência técnica e extensão rural (Ater) para mais de 210 mil famílias extremamente pobres até o final do ano passado. Isso representa 83% da meta de 253 mil atendimentos a famílias de agricultores em situação de extrema pobreza, prevista no Plano Brasil Sem Miséria.

Além disso, por meio do Programa Água para Todos - outra ação do Brasil Sem Miséria - 240,4 mil famílias do Semiárido tiveram cisternas instaladas em suas casas em 2011 e 2012.

Já a meta do Brasil Sem Miséria para universalizar o acesso à energia elétrica é o atendimento de 257 mil famílias rurais até 2014. Até agosto de 2012, o programa Luz para Todos atingiu 130,8 mil ligações.

O Bolsa Verde, outro programa do Brasil Sem Miséria, atendeu 34, 2 mil famílias até dezembro de 2012. O Bolsa Verde garante o repasse trimestral de R\$ 300 para famílias extremamente pobres que desenvolvam atividades de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável em áreas como Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento.

O gargalo do agro. Celso Ming. - O Estado de S.Paulo. 13/02/2013

Enquanto a indústria brasileira amargou, em 2012, queda de 2,7% em sua produção e, há anos, sofre forte esvaziamento (desindustrialização), o agronegócio, com algumas avarias em alguns dos seus subsetores, exhibe pujança.

A nova projeção para o ano, divulgada quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta para a produção de 183 milhões de toneladas de grãos, 13,1% maior do que a anterior. Os números da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), levantados com metodologia diferente, são igualmente otimistas: colheita de 185 milhões de toneladas de grãos, neste período 2012/2013 - 11,3% a mais do que na safra 2011/2012.

Condições climáticas e preço bom são os dois principais fatores que mais colaboram para esse sucesso praticamente assegurado. Mas também tem a ver com ele a maior disponibilidade de crédito a juros mais baixos. A carteira total destinada a essa área até junho é de R\$ 133 bilhões, 26% acima das disponibilidades na safra anterior.

O problema é a infraestrutura. Faltam condições de armazenamento e de transporte. O analista Paulo Molinari, da consultoria Safras & Mercado, vê grande descompasso entre os ritmos de produção e o de investimento nas últimas décadas: "Produzimos como uma China e investimos como um Paraguai". Para ele, a disparada dos custos para o produtor come boa parte do retorno proporcionado pelo aumento de produção e pelos bons preços.

Para acolher toda a safra estimada, faltam R\$ 10 bilhões em investimentos em aumento de capacidade de armazenamento. O ideal é que o setor possa estocar até 120% da produção. No entanto, neste ano, conta com só 75%. Perto de 45 milhões de toneladas de grãos não têm onde ser guardadas. Ou ficarão dias e dias sob a lona dos caminhões, o que implica custos adicionais, ou em abrigos improvisados, sujeitas a perdas de todo tipo.

A falta de armazéns nas zonas de produção criou novos gargalos, desta vez nos portos. Molinari calcula que, hoje, mais de 60 navios graneleiros estão parados apenas no Porto de Paranaguá (PR), dada a falta dos chamados "pulmões" para estocagem. Cada navio parado custa mais de US\$ 40 mil por dia, ou seja, somente aí as perdas diárias sobem a US\$ 2,5 milhões.

Daniel Latorraca, gestor do Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária está otimista: "A redução dos juros básicos para 7,25% ao ano e o maior acesso ao crédito devem levar o produtor a construir mais armazéns". E André Debastiani, sócio da Agroconsult, concorda: "O faturamento dos últimos anos, enfim, pode garantir esse salto de qualidade".

Mas há um pedaço enorme do problema que não pode ser resolvido pelo agricultor. Faltam estradas em boas condições e ferrovias para escoar a safra. Os custos com transporte não param de subir. A saca de milho de 60 quilos, por exemplo, só tem comprador por R\$ 14 no Mato Grosso. Mas apenas o frete por caminhão ao Porto de Santos sai por R\$ 17. Ou seja, cabe ao governo prover melhores condições de transporte.

Este é o setor mais próspero da economia brasileira. Mas não pesa mais do que 5% no PIB. Por isso, seus recordes terão pouco impacto na renda total.

Sem planejamento, sobra espaço em portos brasileiros. Renée Pereira – O Estado de S. Paulo. 13/02/2013

A inexistência de um planejamento logístico integrado criou um desequilíbrio no sistema portuário brasileiro. Enquanto muitos portos do Sudeste e do Sul estão sobrecarregados com a movimentação de cargas de todo o País, outros complexos são subaproveitados pela falta de infraestrutura, no Nordeste e no Norte. É o que revela um estudo da consultoria Booz & Company, encomendado pelo BNDES e que serviu de apoio para o pacote do governo federal.

O trabalho mapeou os principais complexos portuários (portos públicos e privados por estuário) de Norte a Sul do Brasil. Pelo menos quatro deles - que respondem por 57,1% do total movimentado no País - estavam operando acima da capacidade adequada para a prestação de serviço. Na prática, isso significa fila de espera de navios, custos com a estadia das embarcações e perdas de escala que, somados, encarecem bastante o produto nacional.

Pelo estudo da Booz & Company, o Porto de Santos, que é o maior da América do Sul, ainda não superou sua capacidade, assim como Itajaí, que inclui o Porto de Navegantes. O resultado geral por complexo, no entanto, esconde a situação de cada terminal. De acordo com a consultoria, na área de grãos, um dos principais itens da balança comercial brasileira, nove dos 15 terminais avaliados estavam acima da capacidade. Na movimentação de açúcar, todos os terminais estavam acima ou no limite da capacidade. A carga em contêiner também sofre das mesmas carências, mas há mais terminais com folga, segundo o estudo.

O resultado traz fortes preocupações para os empresários do agronegócio, especialmente por causa da previsão de super safra para este ano. Luiz Henrique Dividino, superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina, um dos complexos mais demandados na exportação de grãos, afirma que os problemas verificados hoje são resultado de mais de 20 anos sem planejamento: portuário no País, que não conecta o agronegócio e os terminais. "O esgotamento dos portos está ligado à falta de planejamento."

Planejamento. O vice-presidente da Booz & Company, Luiz Vieira, e o diretor da consultoria, Carlos Eduardo Gondim, responsáveis pelo trabalho, não acreditam em apagão logístico, mas concordam que falta planejamento. Nos últimos anos, lembram eles, houve uma superposição de atribuições dentro do governo que não levaram a lugar

nenhum.

"O Ministério dos Transportes fez um plano de logística. A Secretaria de Portos fez outro", diz Gondim. Além de baixo número de terminais arrendados, o processo de ampliação da capacidade é lento e burocrático. Qualquer troca de equipamentos nos terminais para, requer uma reavaliação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), diz o diretor.

Para os executivos, o setor portuário precisa mudar o rumo para atender com eficiência a demanda que virá nos próximos anos. Até 2031, a movimentação de carga atingirá 1,8 milhão de toneladas. Hoje está em 886 milhões. Os projetos em execução, segundo o estudo, devem elevar a capacidade para algo em torno de 1,3 milhão de toneladas.

"O que precisa ser avaliado agora é se novos portos ou terminais estão sendo construídos no lugar correto", questiona Vieira.

Na opinião dos executivos, não adianta fazer empreendimento em locais sem infraestrutura de acesso, seja rodoviário ou ferroviário. Além disso, é preciso ter carga para justificar o projeto.

Nordeste. Hoje há uma série de portos na costa do Nordeste que estão obsoletos e sem infraestrutura adequada para receber navios, caminhões ou ferrovias.

"Esses terminais não são usados porque têm limitações e não são equipados", destaca o consultor Nelson Luiz Garlini. Por causa da degradação dos complexos, os armadores deixam de fazer escalas nos portos e migram para outros mais modernos.

Na região, há dois portos mais modernos e que ainda estão operando abaixo da capacidade, segundo a Booz & Company. São eles Suape (PE) e Pecém (CE) - que serão beneficiados pela construção da ferrovia Transnordestina. O assessor executivo do porto cearense, Joaquim Alcântara, não concorda que o terminal esteja operando abaixo da capacidade. Segundo ele, o berço 1 do Pier 1 está ocioso, mas o berço 2 tem alta taxa de ocupação - acima de 90%.

Em outros casos, os portos foram estrangulados pelas cidades, como Salvador. No fim do ano passado, o presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), José Rebouças, reconheceu que o porto sofre com o acesso terrestre, mas afirmou que o problema seria resolvido com a construção de uma via expressa que ficará pronta em abril deste ano.

O porto de Natal, lembra Carlini, também perdeu muitas cargas nos últimos anos por causa da restrita infraestrutura. Na avaliação dele, alguns estão fadados ao abandono.

Unidos contra a modernização - O Estado de S.Paulo. 13/02/2013

Só não causa mais estranheza a insólita e ativa aliança entre dirigentes sindicais e parte do empresariado contra a política de modernização dos portos, anunciada em dezembro pelo governo e resumida na Medida Provisória (MP) 595, porque seus objetivos são claros: eles não querem mudar nada, pois a modernização acabará com privilégios e

garantias especiais. Interessados apenas em si próprios, eles são contra a entrada de novos participantes privados nas operações portuárias e, assim, tentam impedir ou retardar os investimentos necessários para a expansão, a melhoria e o aumento da eficiência dos serviços.

O gargalo representado pelo inadequado serviço dos portos impõe perdas ao País, pois encarece as exportações, mas pode ter efeitos ainda mais nocivos quando utilizado como instrumento de pressão e de ameaça por dirigentes nas suas negociações com as autoridades, como ocorreu com frequência no passado. Esse instrumento está sendo novamente acionado pelo deputado federal Paulinho da Força (PDT-SP), que carrega no nome sua fonte de poder político e sindical - há quase 20 anos é presidente da Força Sindical, a segunda maior central sindical do País -, numa campanha contra a MP 595 na qual tem a companhia de dirigentes empresariais.

"Querem destruir os portos públicos, mas nós estaremos lutando contra", prometeu Paulinho, depois de reunião com o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), da qual participaram também outros parlamentares e dirigentes sindicais. "O pau vai comer", garantiu. Segundo ele, se o governo não concordar com modificações de pontos da MP que ele e sua Força Sindical consideram essenciais, "nós vamos paralisar os portos do País e o Brasil ficará parado". Não exportará nem importará nada, assegurou.

E por que a Força Sindical - a maior central sindical do País, Central Única dos Trabalhadores (CUT), anunciará sua posição dentro de alguns dias - é tão violentamente contra a MP 595? Porque não aceita justamente o que ela tem de mais modernizante no que se refere às relações trabalhistas nos portos.

A Lei dos Portos, de 1993, estabeleceu novas formas de contratação de mão de obra portuária, setor antes inteiramente dominado pelos sindicatos, ao criar o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo). Formado por representantes dos trabalhadores e das empresas, o Ogmo é o organismo responsável pela intermediação da contratação de trabalhadores avulsos. Sua criação foi precedida de grandes disputas entre governo, sindicatos e empresas, mas, por ter preservado o poder sindical nesse campo, a despeito da presença de representantes dos empregadores, acabou sendo aceito por todos.

A MP permite que as novas empresas que, por meio de licitação, passarem a operar terminais de carga nos portos públicos possam contratar livremente os trabalhadores, sem a intermediação do Ogmo. Como ainda mantém poder no Ogmo, a Força quer evitar seu esvaziamento, estendendo suas funções às novas empresas.

Empresários que já têm operações nos portos, de sua parte, tentam mudar a MP pois, além de permitir a construção e operação de terminais por empresas que não demonstrem ter carga própria suficiente para tornar o empreendimento viável, ela determina que sejam licitados os terminais arrendados até 1993 (quando entrou em vigor a Lei dos Portos) e cujos contratos estão vencidos. Os operadores desses terminais queriam a prorrogação dos contratos por até 50 anos em alguns casos. Por conveniência, aliaram-se à Força.

A posição do governo tem sido coerente. "Podemos melhorar alguns pontos (da medida provisória) e aceitar novos artigos, aperfeiçoar a redação", disse o ministro-chefe da

Secretaria de Portos, Leônidas Cristino. "Mas há pontos importantes que não podemos mudar", acrescentou. E a livre contratação de mão de obra, a licitação dos terminais com contratos vencidos e a entrada de novos operadores mesmo sem demonstração de carga própria suficiente estão entre eles.

Com a instalação, prevista para o dia 20, da comissão mista que discutirá a MP 595, o debate chegará ao Congresso.

Governo redesenha pacote para ferrovias e inclui novos trechos. Daniel Rittner – Valor Econômico. 13/02/2013

O governo fez um redesenho geral do pacote de concessões de ferrovias, que foi anunciado há seis meses. Nos próximos dias, sai a versão preliminar (minuta) do primeiro edital de concessão, que passará por audiência pública e ainda poderá sofrer alterações: a construção de um trecho de cerca de 530 quilômetros entre o município de Açailândia (MA) e o porto de Vila do Conde (PA). Na prática, trata-se de um prolongamento da Ferrovia Norte-Sul, hoje operada pela Vale entre Açailândia e Palmas (TO).

Diante do ineditismo do novo modelo que será aplicado nas ferrovias - ainda pouco compreendido pelo mercado -, esse trecho funcionará como uma espécie de projeto-piloto para o ambicioso plano de concessões. As regras usadas no lote Açailândia-Vila do Conde serão as mesmas das demais licitações. O mercado está ansioso por conhecer essas regras. Por isso, o governo optou por lançar somente um edital no primeiro momento, a fim de discutir os detalhes do novo modelo com investidores privados e ter um termômetro que indique a necessidade de futuros ajustes.



O pacote original de concessões previa 12 lotes, que somavam 10 mil quilômetros de extensão, em duas fases. Os seis primeiros lotes, com 2,6 mil quilômetros, deveriam ter seus estudos divulgados em janeiro, e os leilões estavam previstos para abril. Esse cronograma sofreu um pequeno atraso. À exceção do trecho Açailândia-Vila do Conde, o governo estuda agora a possibilidade de fazer todo o processo de forma simultânea aos seis outros lotes, que serão leiloados no segundo semestre.

A meta ainda é assinar todos os contratos até o fim de 2013, mas o desenho dos lotes a serem concedidos também vai mudar, com a inclusão de dois trechos importantes: Palmas (TO)-Anápolis (GO) e Ouro Verde (GO)-Estrela D'Oeste (SP). Eles não vão ser construídos pela iniciativa privada. Ambos já estão em estágio avançado de execução

pela estatal Valec. Ao todo, acrescentam 1.535 quilômetros de trilhos ao plano original do governo, que decidiu concedê-los à iniciativa privada, porque a Valec não tem experiência na operação.

As concessões desses dois trechos - ambos na Norte-Sul - não vão ser feitas de forma isolada, mas "turbinando" outros dois lotes, que devem ficar mais atrativos. O trecho Palmas-Anápolis fará parte do lote entre Lucas do Rio Verde (MT) e Uruaçu (GO). O trecho Ouro Verde-Estrela D'Oeste será incorporado ao lote que ia de Estrela D'Oeste a Maracaju (MS).

As futuras concessionárias das linhas terão cinco anos para construir os novos trechos. Quando o uso da ferrovia para o transporte de carga atingir 70% de sua capacidade, será disparado um gatilho para a realização de obras de expansão - primeiro, com desvios ferroviários nos pontos mais críticos; depois, na medida em que esses desvios forem aumentando, com a efetiva duplicação das linhas.

Como já se sabia, a estatal Valec comprará a capacidade integral de carga das ferrovias, eliminando o risco de demanda das futuras concessionárias. Depois, revenderá no mercado o direito de passagem por essas ferrovias, por meio de oferta pública. O que ainda não estava claro era a forma de disputa das licitações.

Vencerá cada leilão quem oferecer, à Valec, a menor tarifa de trem por quilômetro percorrido. Esse sistema de disputa se assemelha ao das rodovias, no qual o governo fixa uma tarifa máxima de pedágio e os concorrentes apresentam propostas com um deságio sobre esse valor. Quanto maior o deságio, menos a Valec terá que desembolsar para a compra da capacidade de transporte das ferrovias. Com isso, diminui a despesa que tem no primeiro momento da concessão, antes de obter receitas com a revenda do direito de passagem.

O ex-presidente da Valec José Eduardo Castello Branco, que pediu demissão em setembro, já havia estimado em até R\$ 4 bilhões por ano a despesa da estatal na compra de 100% da capacidade de transporte das novas linhas. Segundo ele, a despesa seria maior no início das concessões, já que depois a estatal irá recuperando o investimento com a revenda às empresas interessadas em transportar mercadorias ou passageiros.

No novo desenho do governo, a concessão do trecho Açailândia-Vila da Conde terá seu edital definitivo em abril, caso seja aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O leilão seria realizado no fim do primeiro semestre. Não há previsão de mudar o prazo dos contratos - de 30 anos - nem de alterar substancialmente as condições de financiamento, como ocorreu com as rodovias, mas outros ajustes ainda poderão ser feitos.

Três lotes de pequena extensão em São Paulo - o trecho norte e o trecho sul do Ferroanel, além do acesso ferroviário a Santos - talvez não saiam mais como concessões isoladas. O governo avalia a possibilidade de "turbinar" outros lotes com esses corredores. O trecho sul do Ferroanel, por exemplo, poderá entrar na mesma concessão da ferrovia entre São Paulo e Rio Grande (RS).

Governabilidade e desenvolvimento. Fernando Filgueiras – Valor Econômico. 13/02/2013

É velha conhecida a fórmula do presidencialismo de coalizão brasileiro. O presidente eleito compõe a sua base de apoio no Congresso leiloando aos partidos políticos pastas ministeriais e posições de poder dentro da burocracia pública. Por meio do fisiologismo e do clientelismo, os presidentes obtêm maioria no Congresso e asseguram, assim, as bases para o exercício do governo. Ou seja, assegura-se que os presidentes brasileiros poderão levar seus projetos de políticas públicas à frente, não encontrando no Congresso um empecilho para o exercício do governo.

As bases da governabilidade brasileira, nos termos do presidencialismo de coalizão, possibilita a manutenção do regime democrático e sustenta a capacidade institucional do Executivo. A governabilidade brasileira, nesses termos, supera as flutuações históricas do regime democrático no Brasil, uma vez que o governo pode, de fato, governar o país.

O presidencialismo de coalizão permitiu superar o dilema institucional brasileiro. Porém, tornou-se uma regra institucional em que os seus supostos resultados para a governabilidade escamoteiam problemas institucionais relativos tanto ao exercício do poder, per se, quanto aos resultados de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento. Dessa forma, as bases da governabilidade brasileira permitiram resolver em parte o nosso dilema institucional, mas não asseguraram que o exercício do poder, no contexto da democracia, ocorra de maneira mais qualificada e voltada para o interesse público.

Presidencialismo de coalizão despolitiza o desenvolvimento

Em primeiro lugar, porque o Congresso sucumbiu ao Executivo fugindo do seu papel primordial de controle do governo e da administração pública, permitindo que o governo dite a sua agenda e varrendo para escanteio a oposição. Em segundo lugar, no plano federativo, onde o Senado deveria exercer o seu papel de representação dos estados, a União dita as regras, concentra a maior parte dos recursos e opera com Estados e municípios na base de clientelas, quando determinado projeto de política pública depender da descentralização de recursos; ou na base do insulamento burocrático, mantendo sob controle tecnocrático políticas essenciais ao desenvolvimento.

O resultado desse processo é a manutenção da corrupção, do fisiologismo e do clientelismo como problemas crônicos, impactando negativamente a eficiência das políticas públicas. O atual cenário político e econômico acende o sinal amarelo para o problema da inflação. Ela retornaria ao cenário mais cedo ou mais tarde no contexto de uma economia em crescimento pela via do consumo, mas sem a presença de investimentos que possibilitem a criação de novas oportunidades de negócios e solidez estrutural do crescimento do consumo. O esgotamento desse modelo é premente, à medida que não permite consolidar uma rota sustentável de desenvolvimento econômico e social.

No que diz respeito ao desenvolvimento, os investimentos esbarram em problemas de implementação das políticas dos governos. Pelo modelo do presidencialismo de coalizão, resolvemos o dilema institucional do processo decisório, mas esquecemos dos

problemas de implementação. Grandes obras que envolvam intervenção esbarram nos velhos problemas de uma burocracia sem controle, em diversas oportunidades de corrupção e ineficiência na condução dos projetos.

No que tange ao desenvolvimento social, investimentos importantes como nas áreas de saúde, educação básica e saneamento patinam na incapacidade de Estados e municípios levarem a cabo obras públicas, programas e projetos de intervenção. O Bolsa Família promoveu uma forte inclusão social, mas não resolve o problema estrutural da pobreza. Ademais, não é possível pensar um cenário de desenvolvimento social, no qual mais de 60% dos municípios estão impedidos de firmar convênios com a União, segundo dado da Confederação Nacional dos Municípios. Somem-se a isso os empecilhos burocráticos e teremos um cenário no qual governos estabelecem decisão, mas não conseguem implementá-las, ou, quando implementam, os resultados são ineficazes e tangenciados pela corrupção.

Nesse contexto, é necessário pensar não apenas as condições da governabilidade, mas condições de governança que possibilitem que as políticas de governo sejam implementadas de modo eficaz e fiscalizadas de forma a assegurar que respeitem ao interesse público. Assim sendo, devemos avançar em reformas que fortaleçam o papel institucional do Poder Legislativo, fortalecendo a representação política e as capacidades institucionais de fiscalização sobre os governos e sobre a administração pública. Também é necessário que se fortaleça a capacidade institucional da burocracia, buscando equilibrar a busca pela eficiência das políticas com os ditames da moralidade administrativa calcada na capacidade de controle por parte das instituições.

O desenvolvimento brasileiro, nesse contexto, encontra-se diante de uma bifurcação. Ou superamos as barreiras estruturais ao investimento, a ineficiência do setor público e o oportunismo do setor privado, ou manteremos o ciclo vicioso da ineficiência, da corrupção e do fisiologismo, pelo qual a disponibilidade de recursos não redunde em melhorias qualitativas das políticas públicas e do bem-estar social. Nessa bifurcação, qualquer que seja o caminho, a decisão deverá ser política.

Esse quadro exige que para além das condições do desenvolvimento econômico e social, a liderança se faça presente e seja capaz de levar a causa do desenvolvimento brasileiro a termo. Em um cenário em que o presidencialismo de coalizão enfraquece a representação política exercida no Legislativo, despilitizando o problema do desenvolvimento, é mais do que necessário que as condições de governança sejam estabelecidas. Como a decisão deve ser política, líderes devem se fazer presentes na arena pública e devem estar dispostos a debater e convencer os cidadãos que as nossas condições estão dadas. Ou não.

Fernando Filgueiras é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenador e pesquisador do Centro de Referência do Interesse Público (Crip) e colunista convidado do "Valor". Rosângela Bittar volta a escrever em março.

Evolução das políticas públicas é destaque em encontro de ministro com governador do RS – Site do MDA. 14/02/2013

O Programa Minha Casa, Minha Vida às famílias assentadas da reforma agrária esteve na pauta do encontro do ministro do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas com o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, em Porto Alegre, nesta quinta-feira (14). Pepe Vargas, acompanhado do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, falou sobre a Portaria Interministerial Nº 78 – dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) –, publicada na quarta-feira (13), que inclui as famílias beneficiárias da reforma agrária no Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Minha Casa, Minha Vida.

O ministro destacou que as políticas públicas, ao longo dos últimos dez anos, vêm sendo aperfeiçoadas e citou como exemplo a criação dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA), de Alimentação Escolar (Pnae) e de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf). Ele salientou que o Brasil vive um momento de desenvolvimento econômico com inclusão social, e todos esses programas, incluindo o Minha Casa, Minha Vida, Luz Para todos, Pronacampo e Pronatec, devem chegar aos assentados da reforma agrária. “O Brasil está vivendo um ciclo de investimentos importantes, por meio do PAC 2, seja na compra de maquinário para melhoria das estradas vicinais, da infraestrutura, dos aeroportos e das rodovias, seja na qualificação do assentamentos”, disse.

O governador Tarso Genro reafirmou o compromisso do Rio Grande com a agricultura familiar e com a reforma agrária, e disse que o governo do estado tem procurado atuar em duas frentes: a primeira de afirmação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas e agroindústrias e a segunda de integração das políticas voltadas à agricultura familiar, e tem contado, em especial, com apoio do MDA. O encontro com o governador contou ainda com a participação do Secretário do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan e do chefe da Casa Civil, Carlos Pestana.

Após a agenda com o governador, Pepe Vargas visitou a Delegacia do MDA do Rio Grande do Sul e a Superintendência do Incra, onde foi recebido pelo delegado Marcos Regelin e pelo superintendente, Roberto Ramos.

Qualificação e redução de custos serão diferenciais do agronegócio em 2013 – Site da CNA. 15/02/2013

A importância de redução de custos na produção, a necessidade da qualificação do empresário rural, as reivindicações dos produtores e as perspectivas do setor para 2013. Estes foram alguns assuntos que nortearam a reunião regional com dirigentes sindicais rurais da região oeste de Santa Catarina. O evento foi promovido pelo Sistema FAESC (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-SC) nesta quinta-feira (14) em Chapecó.

“As expectativas são positivas para o setor produtivo catarinense em 2013. Os preços dos insumos se manterão elevados, mas esperamos que o Governo Federal seja mais sensível com os produtores, uma vez que o Estado sempre foi dependente de milho do

Paraná e atualmente do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de Goiás. Por isso, é fundamental que o Governo faça a intermediação dessas negociações”, observou o presidente da FAESC e do Conselho do SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.

O alento aos agricultores catarinenses, de acordo com o presidente da Federação, é de que não faltarão mercados para os produtos brasileiros. A exemplo da China que requer uma alta demanda.

Para o presidente do Sindicato Rural de Chapecó, Américo do Nascimento, os treinamentos e as capacitações auxiliarão os empresários rurais a reduzirem custos para ampliar a competitividade. Neste mesmo direcionamento, o vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, enfatizou a importância dos produtores buscarem constantemente qualificação e excelência em suas atividades. “Os agricultores precisam fazer o dever de casa e acompanhar a tecnologia porque o País crescerá em produção e exportação. Estudos apontam que ainda há muitos problemas de gestão, que devem ser sanados”, justificou. Barbieri também defendeu que existe espaço para crescer em produtividade e redução de custos e revelou que nunca esteve tão confiante quanto ao cenário do setor.

Barbieri prevê o déficit de 2,5 milhões de toneladas de milho para este ano no estado e confirmou o aquecimento nas exportações da carne suína e de soja. Também abordou o andamento da implantação da Guia de Trânsito de Animais (GTA) eletrônica e da guia de trânsito vegetal.

A situação mercadológica da pecuária do leite, o Código Florestal e o Sistema de Gestão de Sindicatos foram os temas centrais abordados pelo vice-presidente da FAESC, Nelton Rogério de Souza.

Os dirigentes sindicais rurais também receberam informações sobre o projeto de recuperação de crédito da CNA e FAESC do relatório sindical e do CNA Card (cartão nacional dos produtores rurais brasileiros). Por fim, o superintendente do SENAR Gilmar Antônio Zanluchi, relatou as ações previstas para 2013. Na mesma ocasião, a entidade assinou o termo de cooperação técnica e financeira com os Sindicatos Rurais para formação profissional rural.

Governo reafirma novas regras para portos privados. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo. 15/02/2013

Decisão de permitir que eles operem com carga de terceiros será mantida, afirma ministra da Casa Civil. Gleisi disse que setor não será obrigado a adotar modelo de mão de obra dos públicos, como querem sindicatos.

Apesar das pressões de trabalhadores contra a medida provisória que cria um novo marco regulatório no setor de portos, o governo não vai recuar na decisão de autorizar terminais privados a operar com cargas de terceiros nem vai obrigá-los a seguir o modelo de contratação de pessoal dos portos públicos.

Ontem, durante reunião na Casa Civil, representantes de trabalhadores do setor pressionaram o governo dizendo que a MP pode gerar uma "quebradeira" dos portos

públicos, mas ouviram apenas a promessa de manutenção de um diálogo direto e de que os direitos trabalhistas serão preservados.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que recebeu quatro representantes dos trabalhadores, disse que o governo pode fazer "adequações" na proposta, mas "não vai abrir mão" de modernizar e tornar mais competitivo o setor portuário no país.

O PONTO CRÍTICO

A principal queixa dos sindicalistas, repetida ontem ao governo, é contra o tópico que desobriga os portos privados a se submeterem ao mesmo modelo de gestão e contratação de mão de obra usado nos portos público.

Isso porque no Ogmo (Órgão Gestor de Mão de Obra) os trabalhadores têm poder de interferência -o que, para analistas, aumenta custos.

O receio dos trabalhadores é que, como terminais privados serão liberados para operarem cargas que não sejam próprias, eles atraiam mais contratos -uma vez que seu custo poderá ser menor-, deixando os portos públicos sem serviço.

"Vocês vão quebrar o porto público", afirmou o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical, que chegou a sugerir a retirada da MP do Congresso e a apresentação de um projeto de lei, que tramita de forma mais lenta.

A sugestão de retirar a MP é refutada pelo governo. "O Executivo fez sua proposta e o Congresso tem legitimidade de fazer a discussão", afirmou a ministra Gleisi Hoffmann, que prometeu ouvir novamente os trabalhadores.

"Do jeito que vocês falam parece que nosso porto é ineficaz, caro e que não aguenta competição. Não acredito nisso e o direito dos trabalhadores será resguardado", disse a ministra na reunião.

"Terminais públicos e privados têm que respeitar a legislação trabalhista. Isso é básico", disse a ministra. Ela respondeu ainda às críticas de que se encontrou apenas uma vez com os trabalhadores enquanto passou "manhã, tarde e noite" com empresários para tratar das mudanças nos portos -a MP recebeu críticas de vários envolvidos no setor portuário.

A reunião foi aberta à imprensa, algo pouco usual no Palácio do Planalto. Os trabalhadores saíram do encontro com a promessa de ser ouvidos novamente pelo governo.

Programas sociais deixam 2,5 milhões de miseráveis de fora. João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo. 16/02/2013

Meta de Dilma é localizar até o fim deste ano famílias que ainda não têm acesso a ações como o Bolsa Família. Desinformação e falta de estrutura em cidades mais pobres explicam falha no cadastro usado para pagar benefícios.

Apesar dos avanços na área, os programas sociais do governo federal ainda deixam de fora cerca de 2,5 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da miséria no país, de acordo com estimativa do Ministério do Desenvolvimento Social.

Encontrar essas pessoas, que hoje estão fora do Cadastro Único, base de dados usada para administrar os programas sociais, é essencial para a presidente Dilma Rousseff cumprir sua promessa de "erradicar" a extrema pobreza -o que só ocorrerá quando nenhum brasileiro ganhar menos que R\$ 70 por mês, segundo o critério fixado pelo governo.

Se essas pessoas não entrarem no sistema, elas jamais serão incluídas em ações como o Bolsa Família, cujas transferências foram ampliadas por Dilma, e, assim, não serão resgatadas da extrema pobreza.

"Pretendemos fazer [o cadastro dessas famílias] até o final do ano. A presidente já nos indicou que o processo tem que ser acelerado", disse o secretário para Superação da Extrema Pobreza do ministério, Tiago Falcão.

Em junho de 2011, quando Dilma lançou o Brasil sem Miséria, plano com o qual espera cumprir sua promessa, cálculos feitos com dados preliminares do Censo de 2010 indicavam que existiam 800 mil famílias fora do cadastro.

O governo então mobilizou as prefeituras para localizar e incluir no sistema essas pessoas, em vez de simplesmente esperar que elas aparecessem espontaneamente para se cadastrar. Graças a essa iniciativa, 791 mil famílias foram encontradas.

Em abril do ano passado, o governo teve acesso a dados mais detalhados do Censo e concluiu que o problema era maior -aproximadamente 2 milhões de famílias miseráveis fora do Cadastro Único, ou seja, mais que o dobro das 800 mil identificadas anteriormente.

De acordo com as estimativas do ministério, ainda falta localizar 700 mil famílias que estão fora do cadastro do governo -ou cerca de 2,5 milhões de pessoas, considerando uma média de 3,6 pessoas por família.

O Cadastro Único reúne informações obtidas pelas prefeituras dos mais de 5,5 mil municípios do país, que são responsáveis pela localização dos pobres e pelo preenchimento dos formulários que alimentam o sistema do governo federal.

A dificuldade de cadastrar essas pessoas reside principalmente na falta de informação e no fato de elas estarem em lugares muito distantes de qualquer estrutura estatal -dezenas de lanchas passarão a ser usadas na busca por ribeirinhos miseráveis da região Norte do país.

ANÚNCIO

As falhas do cadastro foram citadas por Dilma no início do mês, quando a presidente disse que até março vai zerar o número dos extremamente pobres constantes no sistema -desde 2011, 19,5 milhões dos 22,1 milhões de miseráveis cadastrados passaram a ganhar ao menos R\$ 71.

"Nós não podemos ficar satisfeitos com isso, não, só zerar o cadastro. Nós temos de ir atrás dos que faltam. Sabemos que tanto na cidade como na zona rural, no campo brasileiro, ainda tem famílias abaixo da linha da pobreza não cadastradas", afirmou a presidente.

O governo prepara novas medidas para zerar o número de miseráveis cadastrados e pode anunciá-las em evento na próxima terça-feira.

Apesar do inegável avanço, boa parte dos beneficiados corre risco de voltar à miséria. Gustavo Patu – Folha de São Paulo. 16/02/2013

"A tentação de superar a pobreza de maneira 'estatística' já se instalou na atual administração."

O texto, de agosto passado, foi escrito pelo analista chileno Ernesto Aguila, no jornal "La Tercera", a respeito do governo do centro-direitista Sebastián Piñera.

Como Dilma Rousseff, Piñera promete erradicar a extrema pobreza até 2014. Como a petista, criou no ano passado um programa focado nesse estrato social -o Brasil Carinhoso de lá se chama Ingreso Ético Familiar.

Nos dois casos, o governo paga às famílias valores suficientes para a superação da linha da miséria. A diferença é que a linha chilena é algo como o dobro da brasileira.

"Trata-se simplesmente de conseguir que, no dia e no mês da aplicação de uma pesquisa, a maior quantidade de pessoas se encontre, ainda que ligeiramente, acima da linha de extrema pobreza", como escreveu Aguila.

Com a reputação de produzir as estatísticas mais sólidas do continente, o Chile foi acusado, em outro episódio, de manipular dados divulgados em 2012 sobre a pobreza.

Os casos mostram que a indiscutível melhora dos indicadores sociais em praticamente toda a América Latina se tornou trunfo eleitoral.

Estudos concluem que os governos têm, sim, méritos no processo, ao elevar os gastos direcionados à dos programas sociais quanto ao superfaturamento dos resultados.

A maior parte do progresso social acelerado a partir da década passada, segundo os estudos, está relacionada população mais carente. A politização do tema, porém, leva tanto ao exagero do peso

à expansão do ensino e a transformações no mercado de trabalho, feitos creditados a múltiplas administrações.

E, como apontou o Banco Mundial, a ascensão ainda é precária: 38% dos brasileiros e latino-americanos foram classificados como "vulneráveis", ou seja, sob risco considerável de voltar à pobreza.

O mesmo raciocínio vale para boa parte dos milhões de ex-miseráveis das estatísticas mais recentes.

Abram alas para o agro. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 16/02/2013

O agronegócio é o responsável, há anos, pelos sucessivos superavit da balança comercial

Quando a Unidos de Vila Isabel adentrou o Sambódromo, às 5h40 da terça-feira de Carnaval, já o personagem homenageado em seu samba-enredo, o homem do campo, estava em plena labuta.

Não pôde assistir ao vivo a homenagem. Acorda-se cedo no meio rural. Ao alvorecer, todos já estão a postos.

E mesmo feriados como o do Carnaval não interrompem a produção, que põe na mesa do brasileiro a melhor e mais barata comida do mundo.

O belíssimo enredo "A Caminho da Roça", com que a Vila Isabel venceu o desfile carioca, admirado em todo o mundo, fez, enfim, jus a um segmento da sociedade brasileira historicamente negligenciado (e vilipendiado) por parcela influente das classes cultas, em nome de interesses político-ideológicos.

A luta pela estatização do campo, projeto antigo da esquerda revolucionária, tenta atribuir ao produtor rural a responsabilidade pelas mazelas sociais do país, quando a realidade é justo o oposto.

Nenhum outro segmento contribui tanto para o desenvolvimento econômico e social do país.

Senão, vejamos: é o agronegócio o responsável, há anos, pelos sucessivos superavit da balança comercial brasileira e responde também por 30% dos empregos formais do país.

Nosso superavit anual nas exportações é de US\$ 79,4 bilhões; o superavit final do país é de US\$ 19,4 bilhões, o que significa que o agro financia os US\$ 60 bilhões de deficit dos outros setores. Dá cobertura, por exemplo, aos US\$ 22,2 bilhões que os turistas brasileiros gastam lá fora, enquanto os estrangeiros deixam aqui apenas US\$ 6,6 bilhões.

Mais: o agro brasileiro é hoje modelo em todo o mundo. Estudo sobre produtividade agrícola em 156 países, publicado pelo Ministério da Agricultura dos Estados Unidos (USDA), constata que o crescimento desse setor entre nós foi, na década de 2000, de 4,04%, enquanto a taxa mundial no mesmo período foi de apenas 1,84%.

Deve-se isso ao aporte tecnológico e à dedicação ao trabalho -dedicação exaltada pelo enredo da Vila Isabel: "Semear o grão.../saciar a fome com a plantação/é a lida.../arar e cultivar o solo/ver brotar o velho sonho/alimentar o mundo/bem viver/a emoção vai florescer", diz um trecho do samba, cantado pelos milhares de foliões que lotaram as arquibancadas do Sambódromo.

Não obstante, ao setor se quer imputar a herança colonial-escravagista do país, rotulando-o como atrasado, quando, inversamente, é o que mais incorpora tecnologia de produção e mais investe no aprimoramento de sua mão de obra.

Acusam-no de predador ambiental, num país que preserva nada menos que 61% de seu território com cobertura vegetal nativa e utiliza menos de um terço (27,7%) para a produção de alimentos.

Nenhum outro país exhibe números sequer aproximados.

A Amazônia, foco da cobiça internacional -e obsessão dos ambientalistas a serviço de ONGs estrangeiras-, teve reduzidos, de 2004 para cá, em nada menos que 84% os desmatamentos.

Ninguém preserva -e conhece- mais a natureza e o ambiente que quem deles depende para sobreviver: o homem do campo. Daí o absurdo das acusações que lhe são assacadas.

Na linguagem do samba, pode-se dizer que o agro tem sido a comissão de frente da economia brasileira. Não atravessa o ritmo e garante há anos o desfile da vitória do desenvolvimento do país.

É, pois, inadmissível que não tenhamos ainda um sólido sistema de seguro agrícola e que se expulsem produtores rurais de suas terras em nome de uma antropologia ideologizada e ultrapassada, que conspira contra o bem-estar social.

E ainda: que tenhamos os portos mais ineficientes do mundo, graças a uma minoria que defende interesses particulares em prejuízo do país.

A homenagem da Vila Isabel representa um importante -e justíssimo- reconhecimento do Brasil urbano e popular a um segmento que, como nenhum outro, o tem servido com competência e dedicação.

E que, mesmo enfrentando forças obscurantistas e poderosas, não deixará de fazê-lo jamais.

Aos que jogam contra o país, nosso lema é: abram alas!

KÁTIA ABREU, 51, senadora (PSD/TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

Sindicatos criticam distorções e temem esvaziamento de portos – Folha de São Paulo. 17/02/2013

Os sindicatos ligados aos portuários, como estivadores, conferentes, operadores de guindaste, entre outros, afirmam que jornadas duplas dos trabalhadores avulsos têm como origem a "excepcionalidade" da operação portuária.

Segundo as entidades, não há direcionamento nas escalas ou fraude nos rodízios, como afirma o Ministério Público do Trabalho.

Segundo os sindicatos, o Órgão Gestor de Mão de Obra é o responsável por receber e disponibilizar as vagas abertas pelos terminais desde 1993, com a lei nº 8.630.

EFEITOS

O presidente do Sindicato dos Operadores de Guindastes e Empilhadeiras do Porto de Santos, Guilherme Távora, afirma que a medida provisória 595 vai afetar os terminais públicos e criar um problema social nas cidades.

"Queremos ter garantia para o trabalhador avulso. Sem essa garantia vai ser o caos. Onde vão colocar todos esses trabalhadores?", questiona.

A tese dos sindicatos e dos operadores portuários é a de que a medida provisória, da forma como foi redigida, permite uma condição mais favorável ao terminal privado e pode esvaziar o porto público, provocando desemprego.

A prerrogativa de não usar mão de obra avulsa é apenas um dos pontos. A construção dos terminais privados é autorizada pelo governo, sem prazo de concessão, enquanto os projetos nos portos públicos são leiloados, com arrendamento de 25 anos.

"A diferença é que, dentro do porto organizado, o prazo de retorno do investimento é de 25 anos ou, no máximo, 50 anos (se houver renovação), conforme limite estabelecido pela MP 595. Fora do porto organizado não há essa limitação", diz Mauro Salgado, presidente da Fenop (Federação Nacional dos Operadores Portuários).

A Santos Brasil, maior terminal de contêiner do país, diz que, da forma como está, a lei vai afetar os investimentos nos portos públicos.

Ela reivindica os mesmos direitos concedidos aos novos terminais.

Exportações do agronegócio atingem US\$ 96,66 bilhões no acumulado do ano – Site do MAPA. 18/02/2013

Os setores que mais contribuíram para o crescimento foram: cereais, farinhas e preparações, complexo soja, fibras e produtos têxteis, fumo e seus produtos e animais vivos

As exportações brasileiras do agronegócio, entre fevereiro de 2012 e janeiro de 2013, somaram US\$ 96,66 bilhões, o que representa um crescimento de 1,1% sobre os doze meses anteriores. As importações alcançaram US\$ 16,37 bilhões. O saldo da balança comercial do setor foi positivo em US\$ 80,28 bilhões. As informações são da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Os setores que mais contribuíram para o crescimento de US\$ 1,09 bilhão foram: cereais, farinhas e preparações (crescimento de US\$ 3,27 bilhões), complexo soja (crescimento

de US\$ 1,04 bilhão), fibras e produtos têxteis (crescimento de US\$ 396,93 milhões), fumo e seus produtos (US\$ 274,01 milhões) e animais vivos (crescimento de US\$ 185,99 milhões).

O principal setor, em termos de valor exportado, foi o complexo soja com US\$ 25,53 bilhões, o que representou um crescimento de 4,2% em relação aos doze meses anteriores. O produto destaque em vendas no setor foi a soja em grãos, com 16,98 bilhões, 66,5% do valor exportado. As exportações de farelo de soja foram de US\$ 6,55 bilhões ou 13,85 milhões de toneladas, enquanto de óleo de soja foi de US\$ 1,99 bilhão ou 1,69 milhão de toneladas.

As carnes somaram US\$ 15,83 bilhões no período. A carne de frango foi o principal produto em vendas do setor, com US\$ 7,18 bilhões, ou 3,7 milhões de toneladas. Destacam-se ainda as exportações de carne bovina (US\$ 5,86 bilhões, ou 1,27 milhões de toneladas) e carne suína (US\$ 1,49 bilhão ou 578,76 mil toneladas). Já o açúcar foi responsável por 84,9% desse montante, com US\$ 13,21 bilhões. As exportações de álcool totalizaram US\$ 2,34 bilhões.

Resultados do mês

As exportações atingiram a cifra recorde para o mês de janeiro, atingindo os US\$ 6,58 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 14,7% em relação ao mesmo mês de 2012. O saldo da balança comercial do agronegócio atingiu US\$ 5,12 bilhões.

Devido à expansão das exportações do agronegócio em 14,7% e diminuição nas vendas externas dos demais produtos em 9,8%, o agronegócio teve aumento de participação nas exportações totais no Brasil, passando de 35,6% em janeiro de 2012 para 41,2% em janeiro de 2013.

O complexo sucroalcooleiro foi o principal valor exportado, alcançando US\$ 1,34 bilhão em janeiro (63,2%), com o açúcar ocupando posição de destaque, US\$ 1,11 bilhão em vendas (48,4%).

As carnes ficaram na segunda posição em valor exportado, aumentando de US\$ 1,18 bilhão em janeiro de 2011 para US\$ 1,27 bilhão em janeiro de 2012 (7,7%). A quantidade exportada subiu 35,8%, de 86 mil toneladas para 117 mil toneladas, enquanto a cotação média de exportação caiu 4,8. Dessa forma, as vendas externas de carne bovina atingiram US\$ 515 milhões em janeiro de 2013 (29,2%). Houve aumento também nas exportações de carne suína. As exportações passaram de US\$ 97 milhões em janeiro de 2012 para US\$ 104 milhões em janeiro de 2013 (7,6%).

Os cereais, farinhas e preparações ficaram na terceira posição como principal setor de exportação no agronegócio em janeiro de 2013. As vendas do setor atingiram US\$ 1,12 bilhão, com aumento de 200,5% em relação a janeiro de 2012. O principal produto do setor é o milho, que atingiu de US\$ 221 milhões em janeiro de 2012 para US\$ 947 milhões em janeiro de 2013 (327,5%). A quantidade embarcada de milho subiu para 3,37 milhões de toneladas em janeiro de 2013, o que significou uma expansão de 297,8% em relação às 847 mil toneladas exportadas em janeiro de 2012. Os produtos florestais tiveram expansão de venda de 1,0%. As exportações subiram de US\$ 703 milhões em janeiro de 2012 para US\$ 709 milhões em janeiro de 2013.

Presidente da CNA defende MP dos Portos para melhorar competitividade do setor – Site da CNA. 18/02/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu nesta segunda-feira (18/02), durante reunião com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a Medida Provisória (MP) 595, que regulamenta a atividade portuária, como forma de melhorar a eficiência do setor no Brasil. “A MP é um marco, regulamenta a Lei dos Portos e revoga um decreto que impediu a modernização dos portos nos últimos anos, afastando investimentos e elevando custos”, afirmou.

Representantes das confederações Nacional da Indústria (CNI), Nacional do Transporte (CNT), Nacional do Comércio (CNC), da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), além do ministro da Secretaria dos Portos, José Leônidas de Menezes Cristino, e empresários também participaram da reunião, no Palácio do Planalto, em Brasília. “Os recursos do Brasil não conseguem fazer portos públicos, então precisamos contar com a iniciativa privada para a construção de novos portos”, disse a senadora.

As dificuldades da atividade portuária no Brasil, segundo a presidente da CNA, serão solucionadas com a aprovação da MP. Para ela, a falta de concorrência criou um tipo de reserva de mercado que tem prejudicado o Brasil, elevando os custos para o transporte de contêineres, que, no País, chegam a US\$ 200, o dobro do registrado em outros países. Além disso, a burocracia dificulta o embarque e desembarque de cargas, processo concluído em até dois dias em outros países, prazo muito inferior ao registrado no Brasil, onde a movimentação das mesmas cargas pode levar até o triplo desse tempo. Acrescentou que os 10 maiores portos do mundo funcionam ininterruptamente, realidade muito diferente da vivenciada no Brasil. “Não há como o País ser competitivo com suas portas de saída e entrada travadas”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

Após a reunião, a presidente da CNA também falou sobre a questão dos direitos dos trabalhadores portuários. “A MP não altera os direitos desses trabalhadores. Estão assegurados todos eles”, afirmou. Acrescentou, ainda, que a concorrência e a competição vão gerar empregos, elevando o nível salarial da categoria. Diante de um possível impasse com os empregados, a ministra Gleisi Hoffmann afirmou que o Governo ouvirá todos os setores interessados no tema, mas garantiu que não haverá recuo em relação aos princípios da MP. “O princípio da MP é que os portos privados, independente de carga própria, poderão funcionar no Brasil, com regras claras”, afirmou a senadora Kátia Abreu. A CNA também vai procurar as centrais de trabalhadores para discutir o assunto.

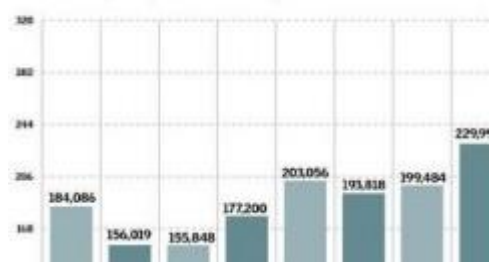
Luta – A modernização da lei portuária tem sido uma das grandes prioridades da senadora Kátia Abreu desde que tomou posse no Senado Federal, em 2007. Ela tem defendido o fim da distinção entre cargas próprias e de terceiros nos terminais de uso privativo, prevista no seu Projeto de Lei (PL) 118, de 2009. Também defende investimentos nos portos do chamado Arco Norte como forma de garantir a ampliação da capacidade operacional do sistema de escoamento. “Um sistema ineficiente como o atual compromete o desempenho de todos os setores da economia, diminuindo a renda dos produtores rurais e a riqueza do País”, concluiu.

Valor da produção agrícola deverá crescer 16%. Fernando Lopes – Valor Econômico. 18/02/2013

O Valor Bruto da Produção (VBP) das 20 principais culturas agrícolas do país deverá alcançar o recorde de R\$ 283,548 bilhões em 2013, conforme estimativas divulgadas pelo Ministério da Agricultura na sexta-feira. A projeção representa um aumento de 16,3% em relação ao resultado do ano passado, calculado em R\$ 243,910 bilhões e maior VBP anual registrado até agora.

Valor bruto da produção

VBP das 20 principais culturas do país (R\$ bilhões)



Esse aumento tende a ser puxado pela soja. Carro-chefe do agronegócio brasileiro há mais de uma década, o grão mais produzido em território nacional deverá gerar um VBP de R\$ 89,339 bilhões neste ano, 30,8% mais que em 2012. A cana deverá manter a segunda posição nesse ranking, com VBP de R\$ 46,511 bilhões, aumento de 7,5% em igual comparação, e o milho poderá ficar em terceiro na lista, com VBP de R\$ 39,940 bilhões, em alta de 17,8%.

Com preços elevados, soja e milho lideram o previsto aumento da produção brasileira de grãos nesta safra 2012/13. No caso da cana, a previsão também é de alta da produção no próximo ciclo (2013/14).

Empresa do agronegócio é condenada por condições degradantes de trabalho – Site do MST. 19/02/2013

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Agropalma S. A. (empresa do segmento agrícola e de alimentos) a indenizar uma trabalhadora rural por danos morais por submetê-la a condições degradantes de trabalho. O valor da indenização foi fixado em R\$ 6 mil, conforme decisão unânime nos termos do voto da relatora, desembargadora convocada Maria Laura Franco Lima de Faria.

O acórdão reformou decisão anterior do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) que, por sua vez, alterou sentença que condenou a Agropalma a responder subsidiariamente pelo dever de indenizar imposto à SG Fornecimento de Mão de Obra Ltda., empregadora da rural. O juízo de primeiro grau considerou ilegal a terceirização.

Em sua reclamação contra as empresas, a mulher relatou que foi submetida a condições degradantes no local de trabalho. Afirmou haver precariedade de higiene e falta de instalações sanitárias adequadas, de forma que era obrigada a realizar suas necessidades

fisiológicas no mato, estando sujeita a ser observada pelos demais trabalhadores.

Também informou que não lhe eram fornecidos os devidos equipamentos de proteção individual e água potável, além de não haver abrigo contra intempéries nem local adequado para fazer refeições. Por isso, pleiteou indenização por danos morais no valor de 50 salários mínimos.

A sentença de primeira instância que fora favorável à trabalhadora consignou haver autos de infração contra a empresa que corroboravam a existência das condições degradantes tais como relatadas na ação. A conclusão foi a de que ficou configurado o abalo moral, "uma vez constatada a existência do fato causador do dano, o nexos causal entre este fato e o abalo apontado, além do dano efetivamente oferecido à empregada, a qual viu aviltada a sua dignidade como pessoa humana ao ser exposta ao ambiente de trabalho totalmente desprovido de estrutura, configurando-se assim o desrespeito patronal".

Porém, o valor da indenização foi estipulado em R\$ 11.730,00. A sentença considerou o tempo de exposição ao ambiente de trabalho degradante (cerca de dois anos) e condenou a empresa ao pagamento de montante equivalente ao valor do salário mínimo nacional da época multiplicado pelo número de meses efetivamente trabalhados pela mulher.

Com a chegada da matéria ao TRT8, em recurso da empresa, o processo tomou outro rumo. O Tribunal Regional entendeu de forma diversa e afastou a condenação imposta. O acórdão frisou não haver comprovação de dano moral, constrangimento e sofrimento resultantes da precariedade de banheiros e locais para fazer refeições.

No TST, a Oitava Turma reverteu a decisão do TRT. O voto da relatora expressa que, "conforme se verifica dos trechos destacados na transcrição do acórdão, o quadro fático delineado caracteriza, inequivocamente, afronta aos mais básicos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores, insculpidos na Constituição da República, como o princípio da dignidade humana, e caracteriza, de forma suficiente, o dano moral, não havendo outra solução para a controvérsia senão a obrigação de repará-lo, conforme disposto no artigo 927 do Código Civil".

Presidente da CNA leva temas prioritários para o setor agropecuário ao ministro Mendes Ribeiro – Site da CNA. 19/02/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, reuniu-se, nesta terça-feira (19/02), em Brasília, com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Mendes Ribeiro, para discutir questões relacionadas à sanidade agropecuária, à tipificação de carcaças, ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014, além da criação do "Ano do Leite". Também foram debatidos aspectos relacionados à promoção comercial de produtos agropecuários do Brasil no exterior, assim como a realização de seminário com autoridades e empresários chineses e brasileiros que a CNA realizará em setembro, na China.

SUASA - Em relação à sanidade agropecuária, a senadora Kátia Abreu solicitou ao ministro rapidez no processo de credenciamento dos Estados e Municípios junto ao

Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que integra o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), do MAPA, com o propósito de conceder equivalência sanitária aos processos aprovados por esses entes federativos. “A equiparação é necessária para ampliar a comercialização dos produtos de origem animal, nas diversas escalas, garantido a inocuidade do alimento”, afirmou. Para os Estados e Municípios obterem a equivalência de seus serviços de inspeção é necessário comprovar que têm condições de avaliar a qualidade e a inocuidade dos produtos de origem animal com a mesma eficiência do Governo federal.

Tipificação de carcaças - A presidente da CNA também avaliou como fundamental a definição de critérios para a tipificação de carcaças bovinas. “A tipificação é uma forma de incentivar a inovação, garantindo preços mais atrativos para os pecuaristas que investiram num sistema diferenciado de criação”, afirmou. Ela sugeriu ao ministro Mendes Ribeiro que o MAPA crie um grupo de trabalho para discutir o tema, discussão que pode ter como base os modelos adotados pelo Uruguai e Austrália. Mendes Ribeiro informou que há interesse nessa discussão. Além do MAPA e da CNA, representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes (Abiec) e da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) devem integrar o grupo.

Plano de Safra - Sobre o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014, a presidente da CNA apresentou ao ministro as principais reivindicações do setor agropecuário para o pacote de medidas, a ser anunciado até junho. Entre elas, o pedido para que o plano tenha regras de financiamento e valores das linhas de crédito para o período de 18 meses. “Ampliar o período do plano de safra de 12 para 18 meses é fundamental para permitir que os produtores rurais possam planejar melhor a atividade, inclusive, com a possibilidade de comprar antecipadamente, e por preços melhores, os insumos”, afirmou. Numa etapa posterior, a CNA solicita que o Governo federal elabore planos quinquenais para o setor.

Ainda sobre esse tema, outra reivindicação é para o que o prêmio do seguro rural fique com o produtor rural, permitindo a escolha da seguradora que oferecer as melhores condições para a contratação da apólice. “Hoje, o dinheiro vai direto para a seguradora e o produtor não tem a opção de escolher entre uma das seis operadoras que oferecem seguro rural”, explicou a presidente da CNA. Defendeu, ainda, a extensão do seguro rural para a garantia de preço, e não apenas para clima. “A renda da atividade também precisa estar garantida, assegurando o faturamento necessário ao crescimento da atividade”, afirmou.

Ano do Leite - A senadora Kátia Abreu também comunicou ao ministro que a CNA pretende definir 2013 como o “Ano do Leite”, período no qual terá início uma série de atividades cujo foco é ampliar a competitividade do setor no Brasil. “Produzimos leite de qualidade, mas o produto nacional não é competitivo. O preço no Brasil é o dobro do registrado em qualquer outro lugar”, afirmou. Medidas de qualificação e extensão rural estão entre as prioridades para 2013, especialmente para as médias propriedades leiteiras. Inicialmente, essas ações serão desenvolvidas no Rio Grande do Sul (que tem a maior média de produção do País, de 2.700 litros de leite), Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais (maior produtor nacional). Para a presidente da CNA, é preciso melhorar a competitividade do setor lácteo para garantir excedentes exportáveis.

Exterior – A presidente da CNA e o ministro Mendes Ribeiro também conversaram sobre a necessidade de intensificação das ações de promoção comercial de produtos agropecuários do Brasil no exterior. “O Brasil pode produzir mais para atender à demanda externa, mas o incremento das vendas depende de uma política comercial que garanta a diversificação da pauta e a ampliação do comércio”, afirmou, ao lembrar que a CNA e o MAPA poderão ocupar dois assentos que estão vagos na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Nesse contexto, a senadora Kátia Abreu informou ao ministro que a CNA realizará, em abril, em São Paulo, um debate preparatório para outro grande seminário, que será realizado provavelmente em setembro deste ano, em Pequim, na China. A ideia é reunir, em São Paulo, representantes de 200 empresas ligadas ao agronegócio. “Os chineses querem conhecer mais fornecedores e por isso vamos preparar os empresários brasileiros para que eles cheguem a China preparados para realizar negócios”, afirmou. Além de ampliar o comércio, a proposta da CNA é atrair investimentos chineses para o Brasil, seja na área de produção ou de infraestrutura.

Marketing rural. Xico Graziano – O Estado de S.Paulo. 19/02/2013

Duas fantásticas homenagens foram recentemente prestadas aos agricultores. A primeira foi em New Orleans, nos Estados Unidos, durante o intervalo do Super Bowl, a final do campeonato de futebol americano. A segunda desfilou na passarela do carnaval carioca. Ambas atingiram, em todo o mundo, milhões de pessoas.

O longo comercial veiculado nos EUA aproveitou a maior audiência da televisão para reproduzir imagens retratando a vida no campo, sob a narração, esplêndida, de um texto elaborado em 1978 pelo radialista Paul Harvey. O vídeo é emocionante. Oferecida ao agricultor existente "dentro de cada um de nós", quase uma oração, intitulada E Deus fez o agricultor, prendeu a atenção dos ouvintes.

A seguir, sua tradução livre.

E no oitavo dia, Deus olhou para seu paraíso e disse: "Preciso de alguém que cuide desse lugar".

Então, Deus fez o agricultor.

Deus disse: "Preciso de alguém disposto a levantar antes do amanhecer, tirar leite, trabalhar o dia inteiro, tirar leite novamente, jantar e ir até à cidade e ficar até depois da meia-noite numa reunião de conselho escolar".

Então, Deus fez o agricultor.

Deus disse: "Preciso de alguém disposto a passar a noite acordado cuidando de um potro recém-nascido, vê-lo morrer e enxugar os olhos e dizer 'talvez ano que vem'. Preciso de alguém que possa transformar um tronco de árvore num cabo de machado, ferre um cavalo com um pedaço de pneu usado, que possa fazer um arreo com pedaços de arame, sacos de ração e sapatos velhos. Alguém que, durante a época de plantio e de

colheita encerre suas 40 horas de trabalho semanais na terça-feira ao meio-dia e passe mais 72 horas pensando em cima do trator".

Então, Deus fez o agricultor.

Deus disse, "Preciso de alguém forte o suficiente para derrubar árvores e empilhar fardos, mas ainda gentil o suficiente para aparar cordeiros recém-nascidos, desmamar porcos e cuidar de galinhas, que seja capaz de parar seu trabalho por uma hora para cuidar de perna quebrada de passarinho. Deve ser alguém capaz de arar fundo, reto e sem moleza. Alguém que semeie, capine, alimente, crie, e dome, e are, e plante, e transforme lã em linha e coe leite. Alguém que mantenha uma família unida com a partilha de laços fortes. Alguém que sorria, e depois olhe e agradeça com um sorriso nos olhos quando seu filho diga que quer passar o resto da vida fazendo o que seu pai faz".

Então, Deus fez o agricultor.

Os EUA jamais deixaram de prestigiar seus agricultores, os colonizadores. Ruralismo, por lá, soa positivo, mesmo que bucólico em certas situações. Sempre se cultivou nos EUA o hábito de venerar a origem da nação, os empreendedores de outrora. Não difere muito do que ocorre na Europa, onde os produtores rurais são protegidos, fartamente subsidiados, para que mantenham bela a paisagem, protejam o modo de vida, defendam a cultura originária e estimulem o turismo campestre. Nos países desenvolvidos a moderna sociedade curte o berço do passado.

Carnaval do Rio de Janeiro. Na madrugada da folia, em plena Marquês de Sapucaí, a escola de Vila Isabel desfila sob o inusitado enredo A Vila canta o Brasil celeiro do mundo - Água no feijão que chegou mais um. O público se levanta, aplaude, dança, se entusiasma. Incrível. A agricultura brasileira, homenageada, indiretamente se sagrou campeã do carnaval carioca.

O lindo samba, de autoria de Arlindo Cruz, Martinho da Vila, André Diniz, Tunico da Vila e Leonel, ganhou os corações citadinos enaltecendo a lide rural. A letra fala por si.

O galo cantou/ com os passarinhos no esplendor da manhã/ agradeço a Deus por ver o dia raiar/ o sino da igreja vem anunciar/ preparo o café, pego a viola, parceira de fé/ caminho da roça e semear o grão/ saciar a fome com a plantação/ é a lida.../ arar e cultivar o solo/ ver brotar o velho sonho/ alimentar o mundo, bem viver/ a emoção vai florescer

Ô muié , o cumpadi chegou/ puxa o banco, vem prosear/ bota água no feijão, já tem lenha no fogão/ faz um bolo de fubá

Pinga o suor na enxada/ a terra é abençoada/ preciso investir, conhecer/ progredir, partilhar, proteger.../ cai a tarde, acendo a luz do lampião/ a lua se ajeita, enfeita a procissão/ de noite, vai ter cantoria/e está chegando o povo do samba/ é a Vila, chão da poesia, celeiro de bamba/ Vila, chão da poesia, celeiro de bamba

Festa no arraiaí,/ é pra lá de bom/ ao som do fole, eu e você/ a Vila vem plantar felicidade no amanhecer.

Aqui, no Brasil, ao contrário dos EUA, os agricultores costumam ser tratados com certo desdém pela sociedade urbana, que enxerga os homens do campo, depreciativamente, como "caipiras". Vem de longe tal desprestígio, cujas razões nunca foram devidamente explicadas. Certamente o rápido e maciço êxodo rural contribuiu para gerar essa imagem negativa. O moderno erguia-se na cidade e agricultura virou sinônimo de atraso.

O ambientalismo recente tem dado lenha para essa visão distorcida sobre o campo. Começa pelo desmatamento. Antes, desmatar era sinônimo de progresso e todas as nações ricas ocuparam a totalidade das suas áreas agriculturáveis. Agora, porém, a preocupação com a biodiversidade rema contra a expansão agrícola. O Brasil, que ainda dispõe de muita terra boa para explorar, ficou na contramão do relógio da História. Derrubou, leva bordoadada.

Futebol americano, carnaval, agricultura, a criação divina. Misturados com boas doses emoção e alegria, esses díspares elementos resultaram em espetaculares lances de marketing rural, valorizando os agricultores, seu labor, sua cultura. Oxalá a comunicação entre os mundos urbano e rural flua mais fácil a partir de agora.

Caipira, sim, com muito orgulho. E respeitado.

** Xico Graziano é agrônomo e foi Secretário de Agricultura e Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xicograziano@terra.com.br.*

'Vai ser difícil passar a MP dos portos na Câmara'. Vinícius Neder – O Estado de S. Paulo. 19/02/2013

Para professor, governo terá dificuldades em pôr em prática mudanças complexas nos portos e pode afastar investimentos

As dificuldades de pôr em prática mudanças complexas na regulação dos portos poderão afastar investimentos na infraestrutura logística. A avaliação é de Paulo Fleury, professor da UFRJ e diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). A manifestação de portuários no Porto de Santos contra as mudanças é apenas um dos desafios desse processo.

Para Fleury, "vai ser meio difícil" a Medida Provisória (MP) dos Portos passar no Congresso do jeito que está e as mudanças não atacam um dos grandes problemas: o acesso aos terminais. "Fala-se muito que os portos estão congestionados, mas isso é uma visão errada. O problema não está dentro dos portos, está no acesso." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Quais as chances de a MP dos Portos passar no Congresso do jeito que está?

Para passar na Câmara vai ser meio difícil. São dezenas e dezenas de empresários envolvidos, que obviamente estão se organizando, conversando com senadores, com deputados. Como cada Estado tem seus portos, vai ser uma discussão complicada.

Quais os principais problemas do modelo proposto pelo governo na MP?

Uma coisa é você ter um plano, uma meta, e outra coisa é implementá-lo. Até agora, não vi nenhum plano de implementação da MP. O modelo final vai sair da implementação. O governo está entrando numa área de alta turbulência, porque está fazendo reformas nos portos, nas ferrovias, no transporte aéreo, nas rodovias e não tem gente com capacidade de fazer tanta coisa ao mesmo tempo.

Isso pode afastar investimentos?

Se o empresário confia que vai ganhar dinheiro, ele investe. Se ele achar que não vai, que há muita incerteza, ele pula fora. Essa manifestação dos trabalhadores é só um exemplo do que pode acontecer nessa implementação. Até porque, se não mudarem algumas cláusulas da MP, isso vai terminar na Justiça.

A MP ataca os problemas dos portos?

Fala-se muito que os portos estão congestionados, mas isso é uma visão errada. O problema não está dentro dos portos, está no acesso. De longe, o maior problema é a dificuldade de acesso ao porto, seja por ferrovia seja por rodovia. Isso gera filas, que não começam no porto, mas no portão de entrada.

Faltou essa questão no novo modelo para o setor?

Sem dúvida. Há uma diferença entre transporte e logística. Transporte é um dos componentes da logística, que inclui estoque, armazenagem. Tudo isso tem de funcionar de forma coordenada. Até o ano passado, a palavra logística não existia para o governo. Ao olhar para o porto, eles acham que o porto termina na entrada. Mas o porto é um sistema.

Sem atacar o problema do acesso, o novo modelo pode fracassar?

Pode desorganizar (o setor). Em sistemas complexos como esse, é preciso ter o maior cuidado com a forma como se mexe. Dependendo de como se faz, vai criar um tumulto. Não é por questões de falta de capacidade dos portos que o governo deveria estar fazendo essa MP. A maior parte do problema está fora do porto e seria preciso integrar, talvez aumentando a área de responsabilidade dos terminais em rodovias que chegam até os portos.

Quais pontos da MP deveriam ser mudados?

Alguns são óbvios. Primeiro, a centralização (da gestão dos portos) em Brasília. Vai aumentar a disputa política e a burocracia. A outra coisa seria criar alguma forma de equilíbrio financeiro entre os atuais concessionários e os que vão entrar com a nova lei. É preciso indenizar os terminais atuais para não ficarem em desvantagem com os novos. Além disso, o governo deveria fazer alguma legislação tornando o acesso algo que tenha que ser planejado conjuntamente com o porto.

A mobilização dos trabalhadores pode mudar algo?

Vai ter algum impacto. Pode até ser um movimento simbólico, mas é muito importante. O governo vai ter de pensar seriamente em como minimizar esse impacto na mão de obra.

Presidente da CNA alerta para o risco do Brasil enfrentar apagão portuário em até sete anos – Site da CNA. 20/02/2013

O Brasil terá um apagão portuário em até sete anos se a Medida Provisória (MP) 595, que prevê medidas para modernizar as atividades desse setor, não for aprovada pelo Congresso Nacional. O alerta é da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu. “Se não tomarmos providências e aprovarmos essa MP, permitindo que a iniciativa privada possa investir na atividade portuária, assumindo riscos, aumentando a capacidade de escoamento e expandindo o sistema portuário, teremos um apagão nos próximos sete anos”, afirmou.

De acordo com dados apresentados pela senadora, a movimentação de contêineres pelos portos brasileiros poderá duplicar nos próximos sete anos, exigindo o aumento da oferta de terminais privados e a ampliação dos espaços públicos. “Os recursos da iniciativa privada são fundamentais no processo de modernização”, afirmou. Segundo ela, um apagão portuário só não ocorreu em razão do baixo crescimento da economia brasileira nos últimos anos.

Ao defender a aprovação da MP como forma de garantir condições mais competitivas para os produtos vendidos pelo Brasil no exterior, a senadora Kátia Abreu apontou uma série de gargalos do sistema portuário. Ela lembrou que as licenças ambientais para a construção dos portos demoram de três a quatro anos para serem obtidas, mesmo tempo de duração para a construção de um porto. Outro entrave é a burocracia que atrasa o processo de despacho e o recebimento das cargas, encarecendo os custos finais do frete. Esse problema causou prejuízos de R\$ 246 milhões em 2010, reflexo do período de 79 mil horas que os navios ficaram parados nas costas brasileiras. Em 2011, o prejuízo foi de R\$ 100 milhões.

Defendeu, também, que os portos brasileiros funcionem 24 horas: “os principais portos do mundo funcionam 24 horas, o que não acontece no Brasil, onde os principais órgãos do Governo, como a Receita Federal e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), funcionam apenas no horário comercial, de segunda a sexta-feira”, afirmou. Um novo modelo, que prevê o funcionamento do Porto 24 horas, está sendo implementado. “Estou otimista, não só com a MP, mas com todas as outras ações que têm sido pensadas pelo Governo federal para melhorar a eficiência dos portos”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

Ranking – Levantamento do Fórum Econômico Mundial apresentado pela presidente da CNA, mostra que o Brasil ocupa a 130ª posição, numa lista de 142 países, em termos de qualidade dos portos. No País, o desembarço aduaneiro demora, em média, 5,5 dias, contra 2,9 dias na média mundial, situação que colocou o Brasil na 102ª posição entre 113 países avaliados. “Temos uma grande chance de mudar esse quadro, reduzindo o custo Brasil e tornando o País mais competitivo”, afirmou a presidente da CNA.

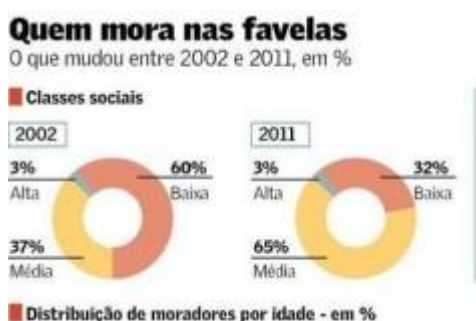
Trabalhadores – A presidente da CNA reafirmou, ainda, que os direitos dos atuais trabalhadores dos portos estão garantidos. “Alguns poucos empresários perderam seus argumentos e estão utilizando os trabalhadores para poder valer o seu desejo e manter sua reserva de mercado”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

Renda aumenta nas favelas e classe média chega a 65% dos moradores. Paola de Moura – Valor Econômico. 20/02/2013

A maior parte da população que vive em favelas no Brasil ascendeu à classe média. Dados da pesquisa "As favelas brasileiras, um mercado de R\$ 56 bilhões " que está sendo divulgada hoje pelo Data Favela, mostram que em 2011 65% dos moradores das comunidades pertenciam à classe média. Em 2002 o percentual era de 37%.

No país, no mesmo período, a classe média saiu de 38% para 52% da população. "Houve claramente nas comunidades uma expansão maior dessa faixa de renda em comparação ao resto do país", aponta o sócio-diretor do instituto, Renato Meirelles.

O levantamento, realizado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE), aponta que 12 milhões de pessoas vivem em comunidades no país. Esse número representaria o quinto maior Estado brasileiro, na frente do Rio Grande do Sul, que segundo o IBGE tem 10 milhões de habitantes. De acordo com o instituto, o Estado mais populoso do país é São Paulo, seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.



Juntos, os moradores das comunidades recebem uma renda de R\$ 56,1 bilhões por ano. O volume é comparável ao Produto Interno Bruto (PIB) da Bolívia (US\$ 24,4 bilhões, cerca de R\$ 48,8 bilhões). "É um mercado gigantesco concentrado nas grandes cidades. Hoje, as empresas estão indo para o Interior, mas têm debaixo dos seus olhos um enorme mercado consumidor inexplorado", lembra Renato Meirelles. "O crescimento da classe média deu-se, principalmente, devido à redução da pobreza extrema, que, nesse caso foi impulsionada pelo emprego e pelo empreendedorismo", analisa o diretor do Data Favela.

Apesar de ser a região Norte aquela que possui proporcionalmente a maior parte da população vivendo em favelas, mais de 10%, é na região Sudeste onde está a maior concentração, mais de 500 mil moradores. "Historicamente é na região Norte onde está a maior pobreza do país, principalmente por falta de saneamento e infraestrutura. Mas também é na região Sudeste onde há a maior concentração de moradores em favelas."

O aumento de renda trouxe outro efeito: o percentual de pessoas que se declaram negras nas favelas aumentou de 61% em 2002 para 67% em 2011. "O crescimento da renda melhora a autoestima das pessoas e, com isso, elas se declaram negras com mais orgulho ao serem pesquisadas pelo IBGE", revela Meireles.

A ampliação da renda também leva a outro efeito populacional, a redução do número de filhos. A distribuição etária nas comunidades vêm se alterando. O número de jovens até 14 anos caiu de 31% para 26%, enquanto o de pessoas entre 35 e 59 anos cresceu de 27% para 31%, entre os anos de 2002 e 2013.

Para fazer a pesquisa, o Data Favela utilizou a definição de comunidade do IBGE: um aglomerado subnormal. "Isso inclui por exemplo as favelas, comunidades carentes, mas não inclui bairros mais pobres, como Madureira no Rio, por exemplo." Já para classe média, o instituto utilizou a definição da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal, que define as família com renda média entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000 como pertencentes a essa classe.

Produtores dos EUA querem mais migrantes no campo. Miriam Jordan e Mark Peters | The Wall Street Journal – Valor Econômico. 20/02/2013

Red Bryan diz que em mais de quatro décadas cultivando frutas nunca viu uma escassez de mão de obra tão grande como agora.

"A falta de trabalhadores é o principal problema da agricultura", diz o produtor da Califórnia. "Não são pesticidas, o abastecimento de água ou uso da terra. Sem trabalhadores, estamos falidos." Bryan, sócio da empresa California Giant Berry Farms, que tem lavouras em todo o Estado, diz que teme pela colheita de morangos que está por começar.

O mercado de trabalho apertado tem levado agricultores a pressionar o Congresso americano a incluir em qualquer projeto de reforma das leis de imigração disposições que assegurem um fluxo constante de mão de obra e evitem um êxodo de trabalhadores recém-legalizados do setor. Num cenário possível em discussão, os trabalhadores agrícolas ganhariam residência permanente ao trabalhar por um determinado número de dias em fazendas a cada ano; aqueles que trabalharam mais tempo obteriam o green card, documento de residência legal, mais rápido.

"É importante que os trabalhadores experientes existentes sejam incentivados a permanecer na agricultura por um tempo", diz Craig Regelbrugge, um dos líderes da Coalizão de Agricultura para a Reforma de Imigração.

Os agricultores atribuem a falta de mão de obra a um controle mais estrito da fronteira com o México e à violência ligada ao tráfico de drogas, que impedem imigrantes de entrar sem autorização nos Estados Unidos. J. Edward Taylor, professor da Universidade da Califórnia, em Davis, também cita o aquecimento da economia mexicana, que está gerando empregos de baixa qualificação em outros setores além da agricultura, o que tem mantido no país potenciais trabalhadores migrantes.

O governo estima que 50% dos trabalhadores na agricultura dos EUA hoje são imigrantes ilegais. Muitos produtores acreditam que até 8 de cada 10 trabalhadores estão em situação irregular e dizem que, apesar do desemprego relativamente alto do país, eles têm visto pouco interesse entre americanos nativos por trabalho no campo.

O Departamento de Agricultura dos EUA calcula que os produtores do país tinham mais de um milhão de trabalhadores contratados em 2012, número que tem se mantido relativamente estável nos últimos anos. No entanto, a área de plantio cresceu.

Centenas de milhares de trabalhadores deixaram o campo por empregos fixos e de melhores salários em outros setores na década que sucedeu o último programa de legalização de imigrantes nos EUA, em 1986, e logo foram substituídos por nova leva de trabalhadores ilegais.

À medida que se aproxima a próxima safra, muitos agricultores estão indo atrás de vistos temporários, que fazem parte do programa H-2A, que permite que os produtores levem trabalhadores aos EUA por um curto período. Os produtores vinham evitando este programa, porque ele os obriga a pagar salários mais altos, custos de moradia e outras despesas.

Na Carolina do Norte, produtores estão usando o programa para evitar prejuízos caso não sejam capazes de colher o tabaco e não para evitar multas pela contratação de trabalhadores ilegais.

"O que está movendo [os agricultores] não é o medo de fiscalização, mas o medo de que não terão mão de obra quando mais precisam", diz Lee Wicker, vice-diretor da Associação de Produtores da Carolina do Norte, que lida com vistos para 750 fazendas.

Dados do Departamento do Trabalho dos EUA mostram que o número de vistos solicitados pelo programa cresceu 8% nos três primeiros trimestres do ano fiscal de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, para 74.889 pedidos.

Muitos agricultores dizem que para lidar com o problema na safra passada ofereceram salários mais altos, reduziram o período de colheita, utilizaram mecanização quando possível ou deixaram de colher algumas culturas.

Philip Martin, professor da Universidade da Califórnia, em Davis, afirma que as práticas de contratação da agricultura podem, de forma paradoxal, criar, ao mesmo tempo, bolsões localizados de escassez e excesso de mão de obra. Produtores interessados em garantir que terão mão de obra adequada têm um incentivo para solicitar o número máximo de trabalhadores mais cedo do que eles podem precisar. O resultado pode ser um excesso no sistema à medida que trabalhadores esperam, sem receber, até que haja trabalho suficiente.

Segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, os trabalhadores agrícolas ganharam um salário médio por hora de US\$ 10,76 em 2012, em comparação com US\$ 10,33 um ano antes e US\$ 9,40 dólares em 2007. "Nós não estamos vendo um drástico aumento dos salários para que eu possa considerar grave a escassez de mão de obra", diz Rob Williams, diretor do Projeto de Justiça a Migrantes Agrícolas da Flórida.

Dilma e a nova abertura dos portos. Editorial – O Globo. 20/02/2013

Todo governo enfrenta embates decisivos para definir seu futuro, se avançará ou não. No de Dilma Rousseff, a batalha em torno da MP 595 - uma espécie de nova abertura dos portos, mais de duzentos anos depois da primeira - reúne características para ser este momento-chave. Pois dar competitividade ao Brasil no setor portuário é fundamental para a retomada do crescimento e sua sustentação a longo prazo, além de crucial para destravar investimentos.

O governo, caso vença o confronto no Congresso pela manutenção das principais linhas da medida provisória, pode, afinal, reanimar o empresariado, temeroso em desengavetar projetos diante das incertezas causadas por vários fatores, um deles os resquícios de ranço ideológico contra o aumento da participação de capitais privados na infraestrutura. Ou seja, Dilma atingirá alvos múltiplos - e o país ganhará muito com isso - se, como tem feito, não recuar diante das pressões retrógradas contra a MP, movidas por uma aliança esdrúxula de corporações sindicais e empresários beneficiários de reservas cartoriais de mercado.

Já está provado que as deficiências dos terminais brasileiros são um dos mais deletérios componentes do famigerado custo Brasil. Já foi pior, mas os efeitos da reforma executada no governo Itamar Franco, que tornou possível a licitação de novos terminais e da administração de portos públicos já existentes, se esgotaram. Sem considerar que o crescimento do comércio exterior do país precisa de mais portos, dentro de outro modelo de negócios, mais aberto, para grupos privados poderem viabilizá-los. Sem eles, nada feito.

Para recuperar a competitividade nas exportações de manufaturados, sem perder espaço nas commodities, esta reforma portuária é estratégica. Caso contrário, o país continuará com a ridícula participação ao redor de 1% no comércio mundial, metade do que alcançava em 1951(!).

A briga se trava em torno da possibilidade de os novos administradores de portos não precisarem ter carga própria, poderem disputar cargas com os terminais já existentes e contratarem mão de obra pelo regime da CLT, à qual estão subordinados todos os trabalhadores brasileiros. Pois sindicatos, liderados por Paulo Pereira da Silva, deputado pelo PDT paulista, o Paulinho da Força Sindical, querem impedir esta modernização, impingir aos novos terminais o esquema arcaico de contratação de estivadores pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), um avanço na década de 90, hoje um estorvo. E nisso têm o apoio de concessionários.

Que se estabeleçam etapas na adequação dos portos antigos, mas é preciso quebrar já este enorme cartório portuário. A História registra momentos decisivos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Quando o presidente americano enfrentou o sindicato dos controladores de voo e a primeira-ministra, os mineiros. Venceram e salvaram projetos de governo em benefício dos Estados Unidos e da Inglaterra.

**Agropecuária exige união de pequenos. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo.
20/02/2013**

Responsável por 13,6% do valor da produção nacional, classe média rural ganha força com associação de agricultores

Entre os extremos de renda no campo, existe uma classe média que responde por quase 14% do valor da produção agropecuária nacional.

São pequenos e médios produtores, espremidos entre a agricultura familiar e os gigantes do agronegócio. Como estão fora de programas assistenciais e não têm a escala dos grandes grupos, a chamada "classe C rural" busca competitividade na união com outros produtores.

"A única forma de sobreviver é adoção de alto padrão de tecnologia e a organização em formas associativas de produção", afirma Mauro de Rezende Lopes, pesquisador do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV).

Para o coordenador da pós-graduação em agronegócios da FGV, Fábio Mizumoto, o pequeno produtor tem duas alternativas clássicas: associar-se a outros agricultores ou produzir especialidades.

Marcos Guilherme Eltink, produtor de flores em Holambra (SP), optou pelos dois. Deixou a produção de grãos e citros da família e migrou para as flores. Escolheu cyclamen, de maior valor agregado, e investiu em tecnologia.

Os 50 mil vasos produzidos por mês na Alameda Flores saem de estufas com controle de temperatura e umidade. O retorno compensa, diz ele, sem falar em cifras.

Ao reconhecer a falta de habilidade comercial, Eltink adotou a segunda recomendação de especialistas e procurou se associar. "O agricultor sabe produzir bem, mas na hora de comprar e vender, peca", afirma o produtor, um dos 300 membros da cooperativa Veiling, de Holambra.

COOPERATIVISMO

As cooperativas são o caminho mais procurado por pequenos agricultores para sobreviver em um setor dominado pelos grandes -a classe A/B responde por 79% do valor da produção nacional.

A concentração ocorre porque a atividade agropecuária requer alto investimento inicial, comparada com outros setores, como o de serviços.

Além da terra, o produtor precisa de sementes, agroquímicos, máquinas e, em alguns casos, local para armazenagem. Comprar tudo sozinho, para produzir um volume pequeno, é inviável.

"Individualmente, é um jogo muito desigual", diz Márcio Lopes de Freitas, presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Além do apoio na compra e venda, Freitas diz que o cooperativismo pode aproximar o produtor da tecnologia. "Em conjunto, o acesso à tecnologia é mais fácil", afirma.

Valdir Sangaletti, da Emater/RS, destaca o caráter educativo das cooperativas. "Muitas vezes o produtor não sabe nem qual é o seu custo de produção", diz o agrônomo que trabalha no interior do Rio Grande do Sul.

"Se não existissem as pequenas cooperativas de leite, muitas famílias já teriam desistido da atividade aqui."

Outra forma comum de associativismo são os consórcios e condomínios agrários. Nesse modelo, produtores se unem para comprar bens, como terras, máquinas ou silos.

Apesar de obedecer a um estatuto, nos condomínios os produtores são parceiros e trabalham de forma mais independente do que nas cooperativas, onde são sócios.

Abertura nos portos – Folha de São Paulo. 20/02/2013

Mobilização sindical defende manter reserva de mercado para contratar mão de obra, o que anularia boa iniciativa liberalizante do Planalto

Infraestrutura escassa e precária, privilégios empresariais ou trabalhistas e impostos elevados compõem um conhecido tripé da ineficiência brasileira. Represam o desenvolvimento do país, tornando-o a um só tempo caro e lento -e a situação dos portos é o exemplo mais evidente desse atraso.

Inicia-se agora uma mobilização sindical contra a louvável iniciativa do governo Dilma Rousseff de abrir, ainda que parcialmente, o setor portuário ao capital privado e à concorrência. A medida provisória 595, editada em dezembro, incentiva a criação de terminais privados e os exime de contratar mão de obra cartelizada, livrando-os do regime vigente nos portos públicos, como os de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Suape (PE).

Todos os navios que atracam nos portos públicos são obrigados a contratar trabalhadores avulsos -estivadores, operadores de guindaste etc.- do respectivo Órgão Gestor de Mão de Obra, que detém o monopólio da oferta de trabalho. Esse monopólio, obviamente, redundando em custos mais elevados e retarda a aquisição de tecnologia.

A medida, em análise no Congresso, não cria nenhuma figura inusitada ou "neoliberal" na contratação de trabalhadores pelos portos privados. Oferece aos controladores desses terminais a opção de fazê-lo pela CLT, o regime de todos os trabalhadores do setor privado. Não altera em nada, embora devesse, a situação de atraso vigente nos portos públicos.

Ou seja, os sindicalistas que se opõem à inovação -e manobram trabalhadores para invadir um navio chinês e ameaçar com uma greve geral- defendem não só a permanência de um regime extemporâneo mas também a sua extensão para os novos portos privados.

A medida provisória objetiva levar um mínimo de concorrência a um setor fossilizado. Um porto privado, instalado em área próxima à de um terminal público e livre das amarras corporativistas na contratação de mão de obra, poderá oferecer tarifas mais convidativas. Se o sistema funcionar, os terminais públicos serão pressionados a se tornar mais eficientes e competitivos. E, assim, o país progride.

O processo dificilmente resultará em demissões, num quadro de escassez generalizada de mão de obra no Brasil e de expansão do comércio ultramarino. Poderá ajudar a corrigir distorções em algumas remunerações específicas, muito elevadas para a realidade de uma nação ainda em desenvolvimento. Mas incentivará a automatização e a aceleração de embarques e desembarques.

Por tudo isso, espera-se que o Congresso e o Planalto mantenham-se firmes na rota de modernizar os portos nacionais.

Dilma amplia de novo Bolsa Família e ataca 'conservadores' – Folha de São Paulo. 20/02/2013

Governo aumenta benefício para participantes do programa com renda ainda abaixo da linha da miséria. Medidas adotadas desde chegada à Presidência fizeram gastos com programa mais do que dobrar.

O governo anunciou ontem uma ampliação do Bolsa Família que permitirá zerar o número de miseráveis cadastrados e dará à presidente Dilma Rousseff um novo slogan para sua campanha à reeleição no ano que vem.

À frente de um cartaz com a frase "O fim da miséria é apenas um começo", Dilma anunciou a medida. Serão beneficiadas todas as 2,5 milhões de pessoas que, apesar de já serem atendidas pelo programa, ainda constam como extremamente pobres no Cadastro Único -banco de dados federal sobre famílias de baixa renda.

A partir de março, essas pessoas receberão um complemento do Bolsa Família, no valor necessário para que sua renda mensal supere R\$ 70, linha oficial da miséria no país, adotada em 2009. A mudança será feita por meio de uma medida provisória.

Isso significa que, pelos critérios escolhidos pelo governo, a gestão Dilma terá tirado da extrema pobreza todas as 22 milhões de pessoas listadas no cadastro no início de 2011.

"O Brasil vira uma página decisiva na nossa longa história de exclusão social", disse Dilma em discurso.

Junto com a redução dos juros bancários, esse resultado deve ser uma marca central da campanha presidencial de Dilma, que ontem atacou os críticos dos programas sociais.

"Então, isso nos diferencia desse 'disse me disse', da pequena política e dos modelos ultrapassados de análise. É por isso que as correntes do pensamento conservador - aquelas mesmas correntes que quase empurram o mundo para o abismo da crise financeira- insistem em não entender o Brasil e a originalidade do nosso modelo."

O tom de confronto com os "conservadores" é similar ao que deverá ser adotado hoje pelo PT no evento em que comemorará os 10 anos à frente do governo federal, e do qual Dilma participará ao lado de seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O critério adotado pelo governo para definir a miséria, porém, só leva em conta a renda declarada pelas pessoas cadastradas para participar dos programas sociais e ignora a inflação acumulada desde 2009, superior a 20%.

Além disso, como a Folha mostrou no sábado, o governo estima que outros 2,5 milhões de pessoas miseráveis estão fora desses programas porque não foram localizadas e cadastradas até hoje.

Dilma encarregou o Ministério do Desenvolvimento Social de mobilizar as prefeituras para encontrar e incluir essas pessoas nos seus programas até o fim do ano.

Ontem, ela reconheceu o problema em seu discurso: "Agora que acabamos com a miséria visível, temos de ir atrás da miséria ainda invisível", afirmou.

A medida anunciada ontem é o fecho de um processo que teve cinco etapas anteriores. Iniciado em março de 2011, ele custará cerca de R\$ 9,7 bilhões extras para o governo por ano.

Com isso, o orçamento total do Bolsa Família, que absorveu todos esses gastos, saltará para quase R\$ 24 bilhões neste ano (0,5% do PIB). Em 2010, último ano do governo de Lula, esse custo era de R\$ 14,3 bilhões.

Nos últimos dois anos, o governo reajustou o valor dos benefícios, ampliou as transferências de renda para novos grupos e criou o Brasil Carinhoso, que complementa a renda de pessoas miseráveis, mas apenas para aqueles com filhos de até 15 anos.

Agronegócio quer modificar lei que garante o descanso de motoristas. Guilherme Zocchio - Agência Repórter Brasil | Site do MST. 21/02/2013

O governo federal admite a possibilidade de rever a "Lei do Descanso", como ficou conhecida a Lei 12.619/2012, que determina jornadas de no máximo oito horas diárias para motoristas em estradas e regulamenta o exercício profissional no transporte rodoviário brasileiro. Entidades que representam o agronegócio pressionam para que a lei seja revista e afirmam que, se efetivada, ela pode aumentar o valor de frete e encarecer o preço da produção agropecuária.

Entre os principais interessados estão grandes produtores de soja, cujo cultivo no centro-oeste depende da rede rodoviária para atingir portos de exportação. Em 30 de janeiro, o secretário-executivo adjunto da Casa Civil, Gilson Bittencourt, reuniu-se para tratar do tema com Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA) e Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Procurada pela Repórter Brasil, em nota, a assessoria de imprensa da Casa Civil afirmou que “está analisando o pleito do setor” e confirmou que além da reunião com representantes do agronegócio, já foram feitas outras duas reuniões para tratar do assunto. A possibilidade de o governo retroceder preocupa o Ministério Público do Trabalho (MPT) e os sindicatos de motoristas. “Nos termos propostos, as mudanças vão mudar substancialmente o caráter protetivo da lei”, avalia o procurador Paulo Douglas Almeida de Moraes.

De acordo com os dados mais recentes do Ministério da Previdência Social, relativos a 2010, o setor de transporte rodoviário de cargas ocupa o primeiro lugar em número de acidentes de trabalho fatais. De 2.712 mortes ocorridas no ano, 260 foram de motoristas. Aconteceram 16.910 acidentes e, além dos mortos, 412 sofreram incapacidade permanente. Para o MPT, a “Lei do Descanso” é um importante mecanismo institucional para alterar esta realidade e proteger uma categoria profissional sujeita a muitas fragilidades trabalhistas.

O Brasil subscreveu Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem como meta a redução em 50% dos acidentes em estradas e divulgou, em 2011, o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020. “O Poder Executivo, de um lado, lança uma campanha pelo trânsito seguro e, de outro, está querendo fragilizar uma legislação que vem exatamente para garantir segurança nas estradas. Isso denota uma postura hipócrita do governo federal”, comenta Paulo Douglas.

Sobrecarga

Informações reunidas pela “Operação Jornada Legal”, iniciativa conjunta do MPT e da Polícia Rodoviária Federal, apontam que as jornadas prolongadas são constantes no setor. Cerca de 88% dos motoristas cumpre jornadas acima de 8 horas diárias, sendo que 9% cumprem jornadas de mais de 16 horas. Para aguentar tal carga, 12% admitem consumir drogas estimulantes durante o trabalho e 64% afirmam conhecer algum colega que faz o uso de substâncias químicas no trabalho.

A nova lei prevê paradas obrigatórias para os motoristas de 30 minutos a cada 4 horas dirigidas. Os representantes do agronegócio, defendem que o intervalo seja realizado a cada seis horas e que a inspeção só comece a valer mesmo depois de um ano, período no qual as ações teriam fins meramente educativos sobre a aplicação da norma, para que o setor possa fazer adequações logísticas necessárias. O prazo inicial para adaptação é de seis meses. Para justificar a pressão por mudanças na lei, o setor reclama um déficit de 50 mil motoristas e afirma que as novas regras encarecem o frete da produção. O posicionamento foi detalhado na última página da edição de janeiro da revista AgroAnalysis, publicação sobre agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A assessoria de imprensa da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA) afirma que a ministra Gleisi Hoffmann demonstrou-se favorável em “mitigar os impactos da legislação” e que também mostrou disposição para “receber sugestões de aperfeiçoamentos pontuais no texto da lei”. Além da reunião, 10 associações de produtores enviaram uma carta cobrando alterações.

No Congresso Nacional, representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, a chamada Bancada Ruralista, também pressionam por alterações na nova lei. Em setembro de 2012, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados anunciou que pediria à presidência uma Medida Provisória para alterar a norma.

Neste ano, parlamentares fizeram reuniões para estudar como modificar a lei. O assunto tem sido pauta recorrente da Câmara Temática de Logística do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com informações da revista AgroAnalysis.

Lei ainda não saiu do papel

A “Lei do Descanso” já está valendo, mas ainda não saiu do papel. Ela foi regulamentada pela resolução 417/2012 do Contran, que limita sua aplicação a rodovias com postos de descanso adequados aos intervalos previstos. Tais estradas deveriam ser indicadas pelo Ministério dos Transportes e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas este último órgão declarou não ter competência técnica para avaliar e indicar quais as que se enquadram nesta categoria, gerando um impasse.

Ao mesmo tempo em que o governo discute internamente como aplicar a lei, o MPT tenta forçar na Justiça sua aplicação imediata por meio de uma Ação Civil Pública. Questionando a resolução do Contran, com o argumento de que a lei deve valer para todas as estradas brasileiras de maneira geral e irrestrita, o órgão conseguiu um mandato de segurança em primeira instância.

A Advocacia Geral da União (AGU), no entanto, recorreu e conseguiu na Justiça no último dia 8 suspender o mandato de segurança com uma liminar. A juíza relatora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), Cilene Ferreira Amaro Santos, justificou na decisão que “não verifica na determinação do Contran nenhuma ingerência no âmbito de atuação” e que a resolução “não impede a fiscalização” da lei pelos agentes de Estado responsáveis por executá-la. A decisão, porém, não é definitiva e o caso segue na Justiça.

Direito dos motoristas

As possíveis alterações também desagradam setores laborais e do patronato do transporte rodoviário. “Quem vem se posicionando contrário à lei deveria justamente buscar aquilo em que a lei pode acrescentar”, argumenta Flávio Benatti, diretor-executivo do setor de transporte de cargas da Confederação Nacional do Transporte (CNT), órgão representante de empresários do ramo rodoviário. Em entrevista à Reporter Brasil, ele indica que, antes de a lei ser aprovada pelo Congresso, o texto foi discutido entre vários setores, incluindo empregadores, trabalhadores e usuários do transporte. “Se há necessidade de correção na norma, que se faça, mas de maneira coerente. O governo deve chamar todas as partes envolvidas”, lembra.

O representante da CNT também adverte que a lei é importante para garantir a segurança nas rodovias do país. “Nós somos contrários que não haja nada. Hoje nós temos uma situação com muitas pessoas morrendo nas estradas”. Apesar de o governo federal ter sinalizado recentemente a redução do número de acidentes rodoviários, com

a operação da “lei seca” durante o carnaval, dados apontam que mais de 40.600 pessoas morreram nas autopistas e vias urbanas brasileiras somente em 2010, segundo dados do Ministério da Saúde.

“Essa ‘lei do descanso’ é a ‘lei da vida’. Vamos trabalhar no sentido de manter ela como está”, diz Eпитácio Antônio dos Santos, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT). Segundo ele, a entidade é contrária a qualquer alteração que possa fragilizar a garantia dos direitos dos motoristas do setor. “Caberia uma revisão na lei nos artigos que o governo vetou no momento da promulgação”, completa. Entre as 19 artigos, incisos e parágrafos vetados pela presidenta Dilma Rousseff (PT), está o compromisso do Executivo em assumir ou incentivar a implementação de postos de descanso para o transporte rodoviário nas estradas, único ponto de consenso que poderia ser revisto na lei.

Trabalhadores, patrões e usuários avaliam que, para o melhor funcionamento da legislação, seria necessária a construção de mais locais com infraestrutura e segurança adequadas para que os motoristas pudessem obedecer às pausas determinadas pela “lei do descanso” sem problemas.

A miséria que não acaba - O Estado de S.Paulo. 21/02/2013

Em 2010, o então presidente Lula tinha a levar aos palanques da sua candidata à sucessão, Dilma Rousseff, um alentado embornal de realizações na área social, combinadas com a elevação das taxas de crescimento - graças, sobretudo, ao ciclo de prosperidade global que antecedeu o colapso financeiro de 2008. No seu governo, o Brasil ficou mais rico e os brasileiros, em geral, também, apesar da persistência de índices humilhantes de desigualdade. Milhões puderam emergir dos estratos inferiores de renda a que pareciam confinados. Mais importante do que isso, quem sabe, os seus lugares foram ocupados por outros tantos que até então mal conseguiam manter a cabeça acima da linha que separa a pobreza da indigência.

Sob o governo Dilma, os níveis de emprego e renda ainda se sustêm, garantindo à sua titular índices lulistas de popularidade. Mas, na campanha reeleitoral do próximo ano, ela não terá a ostentar o "pibão" de seus sonhos. A expansão da economia nacional no atual período não só ficará aquém da registrada na quadra precedente, como ainda será inferior à da média dos países com os quais o Brasil é comparável.

Em consequência, a propaganda dilmista deverá se amparar nas proezas do seu criador, tratando de amalgamar o seu mandato aos oito anos de Lula. O estratagemas é necessário, porém insuficiente para rebater as críticas dos opositores - não ao desempenho do criador, mas ao da criatura. Ciente disso, ela procurou um feito para chamar de seu - e acaba de apresentá-lo numa operação de marketing que, demagogicamente, exacerba o que é bom e esconde tudo o mais.

Trata-se do espetáculo com que a presidente celebrou em palácio, na terça-feira, a conclusão do resgate de 22 milhões de brasileiros da pobreza extrema, mediante a elevação do mínimo mensal per capita pago às famílias inscritas no Bolsa-Família. A partir de março, esse valor terá de superar R\$ 70, instituído em 2009 como indicador oficial da miséria no País. O reajuste beneficiará 2,5 milhões de assistidos - segundo

Dilma, "os últimos dos brasileiros extremamente pobres, inscritos no cadastro do Bolsa-Família, a transpor a linha da miséria". Outros já haviam sido alcançados pelo plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011, que aumentou em 45% o dispêndio com os 36 milhões cadastrados no programa federal de transferência de renda e estendeu de três para cinco o número de filhos passíveis de ser incluídos. Em maio do ano passado, o Brasil Carinhoso estipulou um complemento para as famílias com crianças de até 6 anos - teto depois ampliado para 15 anos.

A nova medida proclamada anteontem, sob o slogan "O fim da miséria é só um começo", criado pelo marqueteiro do Planalto, João Santana, custará ao erário cerca de R\$ 773 milhões por ano, aumentando para perto de R\$ 8,7 bilhões o orçamento do Bolsa-Família. "Fim da miséria", em termos, porém. Conquanto o programa seja um êxito reconhecido em todo o mundo, por sua abrangência, sistema de recebimento do benefício e baixos índices de desvio, o fato é que continuam fora de seu alcance 700 mil famílias miseráveis dispersas pelo País. Decerto esse contingente diminuirá com o tempo. Mas o que se mantém inatacado em ampla escala - e sem sinal de mudança no horizonte - é a miserável qualidade de vida das populações "bolsistas". Elas comem melhor, vestem-se melhor e têm mais bens domésticos do que antes. O dinheiro dos auxílios anima a economia dos respectivos municípios.

Mas nada disso supre as carências de que padecem, omitidas nos festejos reeleitorais da presidente. Um dado resume a esqualidez do ambiente típico onde vivem os assistidos: segundo números recentes do IBGE, 21,9 milhões de crianças de até 14 anos - 48,5% da população nessa faixa de idade - não têm acesso a serviços básicos de saneamento. Delas, 4,8 milhões correm sério risco de contrair doenças. Mesmo onde não falta água, o esgoto é inadequado ou nenhum, a coleta de lixo é precária ou inexistente, a escola é ruim. E, como sempre, a infraestrutura melhora menos onde mais precisaria melhorar. "A transferência de renda", comenta o economista Cláudio Dedecca, da Unicamp, "é a parte mais fácil do combate à pobreza."

CNA rejeita acordo de Monsanto com produtores. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 21/02/2013

Após ter feito acordo com a Monsanto, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) rejeitou os acordos individuais que a multinacional está apresentando aos produtores.

Na avaliação da CNA, esses acordos não obedecem os termos da "Declaração de Princípios" firmada anteriormente.

Os termos da declaração tratam exclusivamente dos royalties referentes ao uso da semente de soja RR1. Em comunicado, a CNA diz que o acordo ressalta o respeito a patentes, uma forma de incentivar a inovação e a tecnologia na agricultura.

A entidade não concorda, no entanto, com a inclusão no acordo individual do termo de licenciamento de outras tecnologias, como a soja Intacta RR2.

Rui Prado, presidente da Famato (federação de agricultura de MT), diz que a decisão da CNA é importante porque se soma à posição já defendida pela federação e outras entidades, como a Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho de MT).

Prado reafirma que a discussão com a Monsanto tem como objetivo apenas a soja RR1, cuja patente está vencida, na avaliação dos produtores. Nessas discussões não entram modelo de cobranças e novas tecnologias, diz.

Para evitar problemas futuros, Prado diz que a Famato e a Aprosoja notificaram a Monsanto para obter judicialmente a patente da soja Intacta RR2.

Sidney Pereira de Souza Jr., do escritório Reis e Souza Advogados, que defende a Aprosoja, diz que a entidade quer o número de patentes da Intacta.

As duas entidades querem, ainda, o status atual das patentes ou os pedidos de patentes no Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). No caso de já terem sido concedidos, querem o prazo de vigência.

A Monsanto afirmou ontem que entregou documento à CNA, federações de agricultura e sindicatos para atender às solicitações em relação ao questionamento do acordo assinado.

A multinacional diz que mantém o canal de negociação aberto com os produtores com o objetivo de aumentar a produtividade de soja da agricultura brasileira.

Avanço Os produtores brasileiros semearam 36,6 milhões de hectares com sementes geneticamente modificadas no ano passado. Essa área teve crescimento de 21% em relação à de 2011. Em 2010, eram apenas 25,4 milhões de hectares.

Produtos O Brasil, que tem a segunda maior área de plantio com sementes geneticamente modificadas, semeia soja, milho e algodão. Os dados são da Isaaa (um serviço internacional na área de agrobiotecnologia).

Líderes Os Estados Unidos, principal país na utilização de variedades modificadas, utilizaram 69,5 milhões de hectares em 2012, 0,7% mais do que em 2011. Além de soja, milho e algodão, os norte-americanos plantam canola, alfafa, legumes e frutas.

Dia de altas Os mercados de commodities de Nova York e de Chicago fecharam em alta ontem. O café, com evolução de 3,3%, se destacou no mercado nova-iorquino. Já o trigo, com alta de 0,9%, foi o destaque na Bolsa de Chicago.

Sinais 1 O Usda (Departamento de Agricultura) faz hoje o tradicional fórum agrícola "Outlook", em Washington. Realizado desde 1923, os conferencistas tentam dar sinais do ano agrícola.

Sinais 2 O encontro tentará discutir, além da safra 2013/14, os riscos que se apresentam à agropecuária neste século. Serão divulgados dados de área e produção.

Depois do Código, ruralistas miram legislação trabalhista e terras indígenas. **Murilo Rodrigues Alves – Site do MST. 22/02/2013**

A bancada ruralista deve concentrar sua atuação neste ano legislativo em projetos que envolvam a demarcação das terras indígenas e a definição de um novo código de trabalho rural, dois temas considerados prioritários na reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e de outras entidades ligadas ao setor agropecuário.

O objetivo do encontro de ontem em Brasília foi justamente definir essas prioridades. Segundo a FPA, 214 deputados e 14 senadores integram a bancada ruralista, o equivalente a 41,7% da Câmara e 17,3% do Senado.

A bancada agrega parlamentares que defendem os pleitos do agronegócio. Parte dos integrantes é formada por donos de terra ou empresários dos segmentos alimentar ou agroquímico, e a força de articulação do grupo ficou visível com a versão do Código Florestal aprovada no Congresso.

No que se refere às questões fundiárias, um dos projetos que serão acompanhados de perto pela bancada ruralista é a proposta de emenda à Constituição (PEC) 215/2000, do deputado Almir Sá (PPB-RR).

A FPA se posiciona favorável à proposta de retirar do Executivo a demarcação de terras indígenas e incluir como competência exclusiva do Congresso a aprovação de demarcação das terras indígenas e a confirmação das demarcações já homologadas.

O texto também estabelece que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. A proposta é polêmica e deve marcar mais um embate entre as bancadas ruralista e ambientalista, uma vez que movimentos de apoio aos indígenas, magistrados e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já se posicionaram contrários à PEC.

Essas organizações argumentam que a aprovação da proposta colocaria um fim às demarcações de áreas de proteção tanto indígenas como de quilombolas, porque elas ficariam condicionadas ao lento processo de aprovação por parte de deputados e senadores.

A bancada ruralista também deve fazer lobby para que seja aprovado um projeto de lei (PL) de Paulo Piau, ex-deputado e atualmente prefeito de Uberaba (MG), que cria um sistema de indenização a produtores rurais que tiverem suas propriedades desapropriadas por causa da demarcação de terras indígenas ou de quilombolas.

Ainda na política fundiária, os ruralistas devem combater a criação do Conselho Nacional de política Indigenista (CNPI) - que contará, se aprovado, com representantes do Executivo, dos povos e das organizações indígenas de todas as regiões do país. Quando o assunto é relações de trabalho, a FPA vai brigar pela aprovação de uma legislação específica para o trabalhador rural.

Segundo o coordenador técnico da frente, Paulo Márcio Araújo, as condições de trabalho no campo são diferentes das da cidade e, por isso, é preciso a criação de um código rural para delimitar regras mais flexíveis nas relações de trabalho do setor - que

leve em conta, por exemplo, que na época de colheita, muitas vezes, trabalha-se mais do que 8 horas por dia.

Ao mesmo tempo, o lobby rural tentará barrar no Congresso todos os projetos que dispõem sobre punições aos empregadores que colocam os trabalhadores em situações análogas à escravidão. Segundo Araújo, é preciso primeiro que se defina o que é trabalho escravo.

Para ele, a portaria do Ministério do Trabalho que trata do assunto é "muito vaga". O coordenador da FPA, que trabalhou por sete anos no Ministério da agricultura e assumiu o cargo na frente em novembro, criticou exigências do Ministério do Trabalho como a distância entre as camas em um alojamento.

Ele acredita que é por esse tipo de exigência que a grande maioria dos 405 empregadores que estão na lista suja do trabalho escravo, divulgada no início deste mês pelo Ministério do Trabalho, é de contratantes localizados em áreas rurais.

Enquanto não forem definidos os critérios das condições análogas às de escravidão, a FPA é contrária à maior parte dos projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional em relação ao tema.

A lista inclui o projeto de lei 2884/2011, do deputado Dimas Fabiano (PP-MG), que obriga prévia autorização, pela Vigilância Sanitária, para o funcionamento de alojamentos rurais. Também foi tratado como prioridade a oposição ao projeto de lei 1216/2011, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que atribui obrigações ao empregador rural em relação a segurança e saúde dos trabalhadores, como o fornecimento de equipamento individual.

A lista inclui chapéu para proteção contra sol, óculos de segurança, luvas, calçados impermeáveis e botas especiais, a depender de cada atividade. A lista das propostas que correm no Congresso considerada prioritária pelos ruralistas incluem, ainda, projetos que tratam de biocombustíveis, ambiente, política agrícola, biotecnologia, segurança, tributação, infraestrutura e defesa.

O encontro de ontem serviu para a formação de consensos. Além da FPA, participaram representantes da Confederação Nacional da agricultura (CNA), Confederação Nacional da Indústria (CNI), União Brasileira de Avicultura (Ubabef), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e Embrapa, entre outros segmentos.

Churrasco de soja? Avanço da soja substitui arroz e gado no Pampa gaúcho. *Guilherme Arruda – Site do MST. 22/02/2013*

A paisagem do Pampa gaúcho vive uma transformação sem precedentes nos últimos 50 anos. A chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, historicamente ocupada pela pecuária e a cultura do arroz irrigado cede espaço cada vez maior para a soja - e de maneira embrionária para videiras.

A Federação da agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) estima que 600 mil hectares de soja foram plantados nos municípios da região - como Candiota, Bagé, Hulha Negra e Don Pedrito, que há três anos computavam área média de 3 mil hectares do grão e saltaram para 80 mil hectares cada.

A tradicional pecuária não consegue mais competir com outras culturas como a soja. Foi assim na Argentina, no Uruguai e agora no Brasil.

Vários fatores dão impulso à mudança, desde a evolução genética e descoberta de variedades de soja de ciclos indeterminados, passando pela demanda do mercado por esta proteína vegetal e, mais recentemente, pelo consumo de alimentos em ascensão na China e pela quebra de safra nos Estados Unidos que ajudaram a elevar o preço mundial da commodity. "Simplesmente, não tem volta", diz Gedeão Avancini Pereira, diretor da Farsul.

Cada hectare de soja rende ao produtor R\$ 2,4 mil, considerando a produção de 40 sacas por hectare. Se forem 60 sacas/ha, o rendimento sobe para R\$ 3,6 mil por hectare. A pecuária de corte garante cerca de R\$ 200,00 por hectare. "Sempre digo que pecuária de corte só se faz no mundo onde não se consegue fazer outra atividade que não seja rentável no hectare", afirma Pereira.

Qual o futuro da pecuária gaúcha? Num horizonte de cinco a dez anos sobram dois caminhos: "Ou avançamos tecnologicamente para nos verticalizar ou a pecuária fatalmente vai diminuir", diz o dirigente da Farsul. "Se o produtor colher entre 35 e 40 sacas de soja por hectare neste ano, que não é nada excepcional, ele vai continuar investindo", sinaliza.

Segundo Gedeão, a soja já chega com sistema de irrigação por pivô central. O Rio Grande do Sul tem hoje um plantel de aproximadamente 14 milhões de cabeças, considerado estável nos últimos anos. Desse total, entre 11 milhões e 12 milhões são de pecuária de corte.

Sob o ponto de vista genético, a pecuária está em um processo conhecido como britanização de animais - uma exigência do mercado por carnes de origem britânica, de raças como Aberdeen Angus, Hereford e Shorthorn para atender paladares mais refinados.

Até pouco tempo atrás, restaurantes e churrascarias de alto padrão de São Paulo e outros Estados abasteciam-se na Argentina. Ocorre que mudanças políticas internas no país vizinho motivaram a redução do plantel de 52 milhões para 40 milhões de cabeças, além da perda de qualidade com o deslocamento dos rebanhos para as províncias da região Norte e, ainda, o contingenciamento nas exportações.

"Isso fez com que o Brasil olhasse para cá em busca dessa carne, atraindo grandes frigoríficos que passaram a remunerar bem o produtor, principalmente aqueles que possuem animais jovens", explica Gedeão. Cerca de 50 mil novilhos são levados para o centro do país anualmente. O preço da arroba subiu. Alcança entre R\$ 104 e R\$ 105 no Estado e R\$ 97,00 em São Paulo. Vale mais do que as raças continentais, como a Charolês, Limousin e Normando. O gado gaúcho começa a ficar todo preto e com a cara branca.

O Estado prepara-se para colher perto de 12 milhões de toneladas de soja, um aumento de 25% sobre a média histórica das últimas safras. Muito além dos minguados 4 milhões de toneladas da safra passada, fortemente atingida pela seca. "Este ano tivemos somente uma leve estiagem", festeja Jorge Rodrigues da Farsul, lembrando que a última safra "normal" foi a de 2010/2011.

"A nossa economia ainda depende muito da agricultura. É o carro-chefe da quase totalidade dos municípios gaúchos", observa Rodrigues. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a agropecuária representa menos de 10% do PIB gaúcho. A agricultura familiar no Estado conta com mais de 400 mil estabelecimentos, que ocupam uma área superior a 6 milhões de hectares. "Temos vocação para produzir alimentos", diz o dirigente da Farsul.

O trigo gaúcho, relegado há décadas por grande parte dos moinhos brasileiros para a produção de pães - por causa da pecha de má qualidade - já atingiu o mesmo patamar de excelência do trigo argentino, líder na preferência industrial. "Até pouco tempo atrás, 80% do cultivo do cereal era do tipo brando; atualmente 80% são de trigo duro, o mesmo importado da Argentina", conta Sérgio Dotto, chefe do escritório da Embrapa de Passo Fundo.

Fora o câmbio, todavia, o principal entrave para adquirir o trigo gaúcho é o elevado custo logístico. Como a maioria dos grandes moinhos está situada na costa brasileira - alguns ao lado ou mesmo dentro de zonas portuárias - é mais vantajoso para eles trazer da Argentina (ou até dos Estados Unidos, como pleiteiam moinhos do Nordeste).

Com mais de 30 anos de experiência no mercado, o consultor Luiz Carlos Pacheco, dono do site trigo&farinha.com faz o cálculo: o frete médio de transporte marítimo da Argentina para a costa brasileira é de R\$ 22 a tonelada. Já para levar o trigo produzido em Carazinho ou Passo Fundo para moinhos do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (a mesma tonelada via rodoviária) custa R\$ 160.

Até Fortaleza sobe para R\$ 300. Ou seja, o maior obstáculo que os gaúchos enfrentam é estar no extremo sul do país e a 300 km do Porto do Rio Grande. Mas mesmo que chegasse ao porto, ainda assim o trigo gaúcho sofreria com o transporte de cabotagem: não há embarcações de bandeira brasileira para transportar o cereal. "É inviável levar o trigo do Rio Grande do Sul para a região Sudeste. O trigo do Paraná vai por rodovia até São Paulo por causa da distância entre os Estados", explica Pacheco.

O Rio Grande do Sul poderia produzir, hoje, 6 milhões de toneladas de trigo, o suficiente para atender toda demanda interna do país. Produz 2,5 milhões e utiliza no inverno (é uma cultura típica de inverno) apenas um terço dos cerca de 5,5 milhões de hectares disponíveis na estação.

"Fizemos um cálculo e chegamos a conclusão: se usássemos 3 milhões de hectares poderíamos colher 6 milhões de toneladas. E o curioso é que, fora o trigo, a triticale, a cevada e o centeio, nós não temos alternativa em grande escala para esta região fria do Estado", informa o chefe da Embrapa Passo Fundo "Nosso trigo, exceto quando chove na colheita, é tão bom ou até melhor do que o da Argentina", ressalta Dotto, que estimula os tricultores a comercializar o trigo na África, que importa por ano US\$ 15 bilhões do cereal. "É mais barato do que levar para São Paulo", avisa.

Ameaça à produção de comida. Editorial - O Estado de S.Paulo. 22/02/2013

Uma velha praga volta a ameaçar a agricultura brasileira, pondo em risco a eficiência, o poder de competição e a liderança internacional conquistados em décadas de muito investimento e intensa modernização tecnológica. É a praga do intervencionismo primário, demagógico e orientado por objetivos políticos de curto prazo.

Depois de comprometer a saúde financeira da Petrobrás e a produção de etanol com sua intromissão desastrada, o governo agora se prepara para mexer politicamente nos preços dos alimentos e desarranjar o agronegócio. O Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep), recém-criado por decreto presidencial, será o instrumento dessa lambança, a mais nova demonstração de voluntarismo da mal assessorada presidente Dilma Rousseff. O novo conselho usurpará funções até agora atribuídas à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e geralmente exercidas com eficiência quando subordinadas a critérios técnicos. Esses critérios serão obviamente postos em segundo ou terceiro plano, com a previsível politização das decisões.

Só a intenção de politizar a formação e a administração de estoques de alimentos pode explicar a instituição do Ciep. Se a presidente da República estivesse apenas descontente com a ação técnica dos atuais dirigentes da Conab, poderia simplesmente substituí-los. Nem precisaria buscar muito longe pessoal para assumir as funções. Antigos e competentes funcionários da Conab permanecem no governo. Outros foram para a vida acadêmica ou empresarial. Não falta, no mercado, gente capacitada para dirigir empresas públicas desse tipo, conhecidas em vários dos grandes países produtores.

Os preços agrícolas subiram no mercado internacional durante vários anos e essa tendência afetou também o mercado brasileiro. Apesar da elevação de preços, não houve nenhuma crise de suprimento no Brasil.

Crises desse tipo foram muito frequentes quando havia controles de preços, porque a ação oficial dificultava a modernização produtiva. A liberação gradual do mercado, a racionalização da política e o forte investimento em pesquisa permitiram uma ampla mudança do quadro. As crises sumiram e a alimentação passou a pesar menos no custo de vida, liberando recursos para o consumo de outros produtos. Mesmo com a alta de preços dos últimos anos, o custo da comida, no Brasil, continuou sendo um dos mais baixos do mundo.

Em países bem administrados, a variação de alguns custos, como o dos alimentos ou dos combustíveis, apenas altera a relação entre preços, sem pôr em movimento uma espiral inflacionária. No Brasil, a difusão dos aumentos foi favorecida por outros fatores, como a expansão do crédito, o estímulo ao consumo e a elevação dos salários bem acima dos ganhos de produtividade da economia. Mas o governo prefere desconhecer esses fatos evidentes, promover um corte de juros obviamente voluntarista e manter a ganância pública.

Em vez de combater a inflação, o governo tem procurado conter os índices, controlando preços de combustíveis, cortando alguns impostos para baratear produtos selecionados e tentando administrar o câmbio.

A Conab tem promovido frequentes vendas de estoques. Só de feijão, por exemplo, dez leilões foram programados entre 24 de janeiro e 22 de fevereiro. Alguns setores da indústria de alimentos poderão até apoiar maior intervencionismo, se isso resultar em maiores vendas de matérias-primas, como o milho. Mas isso será uma demonstração de visão curta.

Uma boa política de estoques serve para a sustentação de preços, por meio das compras oficiais, e para a moderação das altas, por meio das vendas. Mas é preciso balizar toda intervenção pelo bom senso. Mexer no mercado para derrubar alguns preços selecionados é um jogo perigoso, tentado no Brasil, em outros tempos, com péssimos resultados. Seria insanidade ressuscitar a velha Sunab, a desastrosa Superintendência Nacional do Abastecimento. A presidente Dilma Rousseff deveria se lembrar disso. Não é necessária muita cultura econômica para entender esses fatos.

Gado e arroz cedem terreno para a soja. Guilherme Arruda – Valor Econômico. 22/02/2013

A paisagem do Pampa gaúcho vive uma transformação sem precedentes nos últimos 50 anos. A chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, historicamente ocupada pela pecuária e a cultura do arroz irrigado cede espaço cada vez maior para a soja - e de maneira embrionária para videiras. A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) estima que 600 mil hectares de soja foram plantados nos municípios da região - como Candiota, Bagé, Hulha Negra e Don Pedrito, que há três anos computavam área média de 3 mil hectares do grão e saltaram para 80 mil hectares cada. A tradicional pecuária não consegue mais competir com outras culturas como a soja. Foi assim na Argentina, no Uruguai e agora no Brasil.

Vários fatores dão impulso à mudança, desde a evolução genética e descoberta de variedades de soja de ciclos indeterminados, passando pela demanda do mercado por esta proteína vegetal e, mais recentemente, pelo consumo de alimentos em ascensão na China e pela quebra de safra nos Estados Unidos que ajudaram a elevar o preço mundial da commodity. "Simplesmente, não tem volta", diz Gedeão Avancini Pereira, diretor da Farsul.



Cada hectare de soja rende ao produtor R\$ 2,4 mil, considerando a produção de 40 sacas por hectare. Se forem 60 sacas/ha, o rendimento sobe para R\$ 3,6 mil por hectare. A pecuária de corte garante cerca de R\$ 200,00 por hectare. "Sempre digo que pecuária de

corde só se faz no mundo onde não se consegue fazer outra atividade que não seja rentável no hectare", afirma Pereira.

Qual o futuro da pecuária gaúcha? Num horizonte de cinco a dez anos sobram dois caminhos: "Ou avançamos tecnologicamente para nos verticalizar ou a pecuária fatalmente vai diminuir", diz o dirigente da Farsul. "Se o produtor colher entre 35 e 40 sacas de soja por hectare neste ano, que não é nada excepcional, ele vai continuar investindo", sinaliza. Segundo Gedeão, a soja já chega com sistema de irrigação por pivô central. O Rio Grande do Sul tem hoje um plantel de aproximadamente 14 milhões de cabeças, considerado estável nos últimos anos. Desse total, entre 11 milhões e 12 milhões são de pecuária de corte.

Sob o ponto de vista genético, a pecuária está em um processo conhecido como britanização de animais - uma exigência do mercado por carnes de origem britânica, de raças como Aberdeen Angus, Hereford e Shorthorn para atender paladares mais refinados. Até pouco tempo atrás, restaurantes e churrascarias de alto padrão de São Paulo e outros Estados abasteciam-se na Argentina. Ocorre que mudanças políticas internas no país vizinho motivaram a redução do plantel de 52 milhões para 40 milhões de cabeças, além da perda de qualidade com o deslocamento dos rebanhos para as províncias da região Norte e, ainda, o contingenciamento nas exportações.

"Isso fez com que o Brasil olhasse para cá em busca dessa carne, atraindo grandes frigoríficos que passaram a remunerar bem o produtor, principalmente aqueles que possuem animais jovens", explica Gedeão. Cerca de 50 mil novilhos são levados para o centro do país anualmente. O preço da arroba subiu. Alcança entre R\$ 104 e R\$ 105 no Estado e R\$ 97,00 em São Paulo. Vale mais do que as raças continentais, como a Charolês, Limousin e Normando. O gado gaúcho começa a ficar todo preto e com a cara branca.

O Estado prepara-se para colher perto de 12 milhões de toneladas de soja, um aumento de 25% sobre a média histórica das últimas safras. Muito além dos minguados 4 milhões de toneladas da safra passada, fortemente atingida pela seca. "Este ano tivemos somente uma leve estiagem", festeja Jorge Rodrigues da Farsul, lembrando que a última safra "normal" foi a de 2010/2011.

"A nossa economia ainda depende muito da agricultura. É o carro-chefe da quase totalidade dos municípios gaúchos", observa Rodrigues. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a agropecuária representa menos de 10% do PIB gaúcho. A agricultura familiar no Estado conta com mais de 400 mil estabelecimentos, que ocupam uma área superior a 6 milhões de hectares. "Temos vocação para produzir alimentos", diz o dirigente da Farsul.

O trigo gaúcho, relegado há décadas por grande parte dos moinhos brasileiros para a produção de pães - por causa da pecha de má qualidade - já atingiu o mesmo patamar de excelência do trigo argentino, líder na preferência industrial. "Até pouco tempo atrás, 80% do cultivo do cereal era do tipo brando; atualmente 80% são de trigo duro, o mesmo importado da Argentina", conta Sérgio Dotto, chefe do escritório da Embrapa de Passo Fundo. Fora o câmbio, todavia, o principal entrave para adquirir o trigo gaúcho é o elevado custo logístico. Como a maioria dos grandes moinhos está situada na costa brasileira - alguns ao lado ou mesmo dentro de zonas portuárias - é mais vantajoso para

eles trazer da Argentina (ou até dos Estados Unidos, como pleiteiam moinhos do Nordeste).

Com mais de 30 anos de experiência no mercado, o consultor Luiz Carlos Pacheco, dono do site trigo&farinha.com faz o cálculo: o frete médio de transporte marítimo da Argentina para a costa brasileira é de R\$ 22 a tonelada. Já para levar o trigo produzido em Carazinho ou Passo Fundo para moinhos do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (a mesma tonelada via rodoviária) custa R\$ 160. Até Fortaleza sobe para R\$ 300. Ou seja, o maior obstáculo que os gaúchos enfrentam é estar no extremo sul do país e a 300 km do Porto do Rio Grande. Mas mesmo que chegasse ao porto, ainda assim o trigo gaúcho sofreria com o transporte de cabotagem: não há embarcações de bandeira brasileira para transportar o cereal. "É inviável levar o trigo do Rio Grande do Sul para a região Sudeste. O trigo do Paraná vai por rodovia até São Paulo por causa da distância entre os Estados", explica Pacheco.

O Rio Grande do Sul poderia produzir, hoje, 6 milhões de toneladas de trigo, o suficiente para atender toda demanda interna do país. Produz 2,5 milhões e utiliza no inverno (é uma cultura típica de inverno) apenas um terço dos cerca de 5,5 milhões de hectares disponíveis na estação. "Fizemos um cálculo e chegamos a conclusão: se usássemos 3 milhões de hectares poderíamos colher 6 milhões de toneladas. E o curioso é que, fora o trigo, a triticale, a cevada e o centeio, nós não temos alternativa em grande escala para esta região fria do Estado", informa o chefe da Embrapa Passo Fundo "Nosso trigo, exceto quando chove na colheita, é tão bom ou até melhor do que o da Argentina", ressalta Dotto, que estimula os tricultores a comercializar o trigo na África, que importa por ano US\$ 15 bilhões do cereal. "É mais barato do que levar para São Paulo", avisa.

Compra do Canal Rural por JBS sela aliança de agronegócio, mídia e banco – Site do MST. 23/02/2013

A holding J&F Investimentos, controladora do frigorífico IBS, confirmou a compra do Canal Rural, emissora de televisão especializada no agronegócio que fazia parte do grupo gaúcho RBS. O valor do negócio, segundo uma pessoa próxima, ficou em R\$ 40 milhões. A operação havia sido antecipada pelo Estado na última segunda-feira.

A aquisição não é apenas um investimento da família Batista em mídia, conforme um executivo familiarizado. Com o negócio, a J&F pretende ficar mais perto do público do agronegócio - que é exatamente o alvo do Original, banco do grupo que está sendo remodelado por Henrique Meirelles. O ex-presidente do Banco Central ocupa, há quase um ano, o cargo de presidente do conselho de administração da J&F e está empenhado em transformar o Original em um banco de varejo completo.

De acordo com nota da J&F enviada à imprensa, o Canal Rural é a emissora com maior alcance e audiência entre produtores rurais e profissionais do setor, com aproximadamente 110 milhões de telespectadores potenciais. Também é líder na transmissão de leilões, cobrindo mais de 400 eventos por ano em todas as regiões do País.

Além da maior processadora de carne do mundo e do Original, a J&F controla outras

cinco empresas. Entre elas estão a fabricante de celulose Eldorado, a companhia de produtos de higiene e limpeza Flora e o laticínio Vigor. A intenção dos Batista é transformar a holding em uma empresa de investimentos de capital aberto.

O papa e a semântica. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 23/02/2013

Esquerda e direita devem ser motivo de horror, e não de orgulho para quem quer que seja

Há temas que, por sua magnitude e transversalidade, perpassam diversos outros, que aparentemente lhe são estranhos. É o caso da renúncia do papa Bento 16.

À parte as numerosas teorias da conspiração que a mídia mundial quis lhe atribuir, indiferente às explicações que ele próprio deu, constata-se que o entendimento do tema está contaminado por um despropósito: o conflito ideológico direita x esquerda, modernidade x ortodoxia. É intolerável que assim o seja -mas é.

Tal reducionismo, que chegou ao interior da Santa Sé, há muito inferniza a vida política e econômica dos países e se faz fortemente presente na América do Sul e, em especial, no Brasil.

Se já é uma distorção em relação aos países, impensável é que se tente estendê-la à religião.

Não existe religião progressista. Esse termo, altamente questionável na sua essência, não se aplica a uma instituição que tem por missão exatamente conservar um legado que se pretende eterno.

É, pois, uma contradição em termos classificar um religioso de moderno ou reacionário. São categorias estranhas ao tema.

No Ocidente cristão, ninguém é obrigado a ter uma religião. Se a tem, deve aceitar seus pressupostos; se não a tem, não faz sentido pretender moldá-los, menos ainda a partir de paradigmas que lhe são inteiramente alheios.

A terminologia direita-esquerda surgiu na Revolução Francesa, no fim do século 18, quando a Assembleia Nacional ganhou assento na Sala do Trono. O representante da aristocracia sentava-se à direita do rei; o da Assembleia, à esquerda.

Marx valeu-se desse simbolismo para atribuir à esquerda as questões de interesse popular e à direita os da elite dominante.

Quem dera fosse tão simples. Discutir temas como economia, ambiente e até valores morais a partir desses pressupostos conspira contra o bom-senso e a eficiência.

Por que, por exemplo, a economia de mercado seria de interesse apenas da elite se é ela, comprovadamente, a que gera riquezas e, por extensão, empregos a todos os segmentos sociais?

Não há um só país que, ao adotar o socialismo, tenha erradicado a pobreza ou melhorado a vida do povo.

Países que embarcaram nesse equívoco -e a Rússia é o exemplo mais evidente- saíram ainda mais pobres. Não obstante, a esquerda fez de temas como justiça social, direitos humanos e até defesa do ambiente sua reserva de mercado.

A história registra algo em torno de 100 mil cubanos mortos na sequência da Revolução Socialista, num país que, à época, tinha aproximadamente 8 milhões de habitantes. Foram cerca de 17 mil fuzilamentos e mais 80 mil assassinados em tentativas de fuga.

A ditadura chilena de Augusto Pinochet contabiliza cerca de 40 mil opositores tombados -menos da metade dos cubanos- e as estatísticas oficiais falam em cerca de 3.200 mortos e desaparecidos. No entanto, Pinochet é um monstro (e não discordo disso), enquanto Fidel Castro é, na visão de alguns, um herói. O que os diferencia? Um é de "direita" e o outro de "esquerda". Os dois são detestáveis.

Na questão do ambiente, a contradição é ainda mais berrante. Conspira-se contra o produtor rural, em meio a uma demanda mundial por aumento na produção de alimentos.

A ONU (Organização das Nações Unidas) avisa que, se a produção não aumentar 20% nos próximos dez anos, haverá escassez. E o Brasil é peça-chave nesse processo.

Mas a esquerda -sobretudo a ambientalista- insiste em demonizar o produtor rural. Arvora-se como única e legítima defensora dos direitos do povo, mas defende inocentemente a fome... do povo.

Esquerda e direita são, na verdade, um outro nome para extremismo e radicalismo irracionais, que já causaram muito desastre e muita dor à humanidade. Devem ser motivo de horror, e não de orgulho para quem quer que seja.

Como supor, no cristianismo, um sacerdote ou um pastor esquerdista se no Apocalipse de São João está dito que os justos sentarão à direita do Pai e os condenados à esquerda? Por aí se vê o despropósito dessa terminologia, sobretudo no âmbito religioso.

KÁTIA ABREU, 51, senadora (PSD/TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

A hora e a vez do dendê: fácil de plantar e agradável ao paladar – Site do MDA. 25/02/2013

O óleo de palma, mais conhecido como dendê, é a oleaginosa mais produzida e consumida no mundo. O Brasil, contudo, é deficitário na produção e necessita importar o produto, mas o panorama deve mudar nos próximos anos, devido ao potencial nacional para o cultivo e produção do biodiesel. “Temos uma expectativa de expansão muito grande. Nós temos uma área de 30 milhões de hectares, no mínimo, pronta para o plantio da palma”, afirma o coordenador de Biodiesel do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), André Machado.

E para promover essa expansão o objetivo é alcançar o máximo de esferas envolvidas na produção, fomento e disseminação de conhecimentos relacionados à cultura da palma de óleo. Com essa finalidade, o MDA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), promovem o I Workshop do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil: Agricultura Familiar e Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação. O seminário ocorre entre os dias 26 e 28 de fevereiro, em Belém (PA).

Segundo André, o Brasil precisa dar maior atenção ao plantio do óleo de dendê, de fácil cultivo em terras nacionais. “O pacote de produção do plantio da palma de óleo está consolidado. Existe um manual e qualquer um pode plantar. Além disso, tem uma pesquisa avançada sobre o dendê na Embrapa”, conta o coordenador.

O evento tem como público-alvo: profissionais de instituições públicas, privadas e de federações, técnicos de extensão e assistência rural (Ater), produtores e agricultores de palma de óleo.

Ainda de acordo com André, o Brasil necessita de uma maior produção do óleo. “É o mais usado no mundo. Se você olhar nos ingredientes do produto vai estar lá ‘óleo vegetal’. Se não estiver especificado qual óleo foi, com certeza é o de palma”, conclui.

Colaboração

Quem mais produz palma de óleo no Brasil é a agricultura familiar e um dos colaboradores é Pedro Bernardo Júnior, 27 anos. Paraense de Bujaru, Pedro dedica 10 hectares do Sítio Guimarães, de sua propriedade, ao cultivo da oleaginosa. “Nós estamos produzindo uma média mensal de três toneladas. Isso porque a gente só colhe duas vezes por mês. Mas eu já deixei um espaço reservado para poder plantar mais palma de óleo.”

Pedro recebe assistência técnica da Biopalma, empresa da Vale que também compra os frutos. Pedro endossa o coro de André Machado e acredita que a cultura ainda vai ser grande no Brasil. “A tendência é aumentar. Nós estamos em período de entressafra e o período de safra deve chegar nos próximos meses. Aí deve melhorar bastante o quanto vamos produzir. Além disso, os vizinhos aqui também estão começando a plantar”, avalia.

Pronaf Eco e Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

Os agricultores familiares podem acessar o crédito para a produção de palma para biodiesel e para outras finalidades, como as indústrias alimentícia e cosmética. Para isso, contam com o Pronaf Eco – linha especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – que assegura juros de 2% ao ano, pagamento em até 14 anos e carência de seis anos.

"A palma é uma cultura que tem um potencial de produção de óleo enorme, cerca de quatro mil litros por hectare plantado. Portanto, está dentro da pauta do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que é a diversificação de cultura", ressalta André Machado. "As empresas estão trabalhando de acordo com as regras do Selo Combustível Social. Estão fazendo contrato prévio de compra e venda e garantindo

assistência técnica aos agricultores. O diferencial desses contratos é que existe uma linha de crédito de investimento criada pelo MDA que financia a cultura", explica o coordenador.

O princípio do fim da pobreza. Tereza Campello e Marcelo Neri – Folha de São Paulo. 25/02/2013

Ainda há muito a ser feito, mas o Brasil avança bastante rápido no combate à miséria. O Cadastro Único tem sido importante nesse caminho

A última década testemunhou queda inédita na desigualdade de renda brasileira, que atingiu o menor nível da série histórica, iniciada em 1960.

Neste ínterim, houve conquistas em várias dimensões do desenvolvimento humano, como queda de 47% da mortalidade infantil, três anos mais de expectativa de vida, aceleração da escolaridade com ganhos de qualidade a partir de 2005, geração de duas vezes mais empregos formais a partir de 2004.

A pobreza caiu 58% de 2003 a 2011, velocidade três vezes superior àquela prevista no primeiro e principal objetivo do desenvolvimento do milênio da ONU.

A queda da pobreza foi propulsão pela criação do Bolsa Família, em 2003. Mesmo sendo um dos mais bem focalizados no mundo, o programa teve de se reinventar para fazer frente aos desafios do Brasil Sem Miséria. A superação da extrema pobreza até 2014 constitui o lema e a principal meta do governo federal.

O primeiro passo nessa direção foi a definição de uma linha de extrema pobreza. O parâmetro usado foi a linha da ONU, de US\$ 1,25, correspondendo a renda mensal de R\$ 70 por pessoa em junho de 2011, quando o Brasil Sem Miséria foi lançado. O desafio brasileiro é, em quatro anos, superar a miséria em termos de renda, enquanto a ONU propõe a cada país percorrer a metade desse trajeto em 25 anos.

Desde 2011, aperfeiçoamentos no Bolsa Família reforçaram as transferências, especialmente com o novo benefício cujo valor varia de acordo com o déficit de renda de cada família. Quem tem menos renda recebe mais, possibilitando superar a extrema pobreza ao menor custo fiscal possível. Não há caminho mais curto para o fim da miséria no que diz respeito à renda.

Estudos do Ipea mostram que, a despeito das características que diferenciam censo, PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e Cadastro Único, todos eles mostrarão uma diminuição vigorosa da pobreza extrema a partir da instituição do Brasil Sem Miséria.

A estruturação do Cadastro Único para Programas Sociais, ocorrida entre 2003 e 2011, com a inclusão de 70 milhões de pessoas, permitiu ao poder público não só implementar o Bolsa Família mas saber quem são, como vivem e onde moram os mais pobres dentre os brasileiros.

Além de abrir caminho para que recebessem transferências de renda, o cadastro permitiu priorizá-los no acesso a serviços públicos como creches, cursos profissionalizantes, serviços de assistência técnica e extensão rural, cobertura de água e tarifas reduzidas de energia elétrica, entre outros. Mais do que contar pobres, os pobres passaram a contar mais no desenho das políticas públicas brasileiras.

Além de usar o Cadastro Único como via expressa para levar políticas públicas aos mais pobres, houve empenho redobrado em incluir as famílias que, tendo o perfil requerido, ainda não faziam parte dele. Desde junho de 2011, a busca ativa possibilitou a entrada de 791 mil famílias extremamente pobres no Bolsa Família. Estima-se ser necessário encontrar mais 700 mil para atingir plena cobertura.

No próximo mês, alcançaremos um objetivo que já pareceu impossível. O Bolsa Família vai garantir a todos os seus beneficiários renda de pelo menos R\$ 70. Com mais essa medida, 22 milhões de pessoas terão saído da extrema pobreza desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria. Do ponto de vista da renda, não haverá mais pobreza extrema no universo do Bolsa Família.

Mas ainda há muito por fazer nos campos da própria renda, do trabalho, da saúde, da educação, da infraestrutura e da moradia, entre outros desafios. O que está acontecendo agora é apenas um começo.

TEREZA CAMPELLO, 50, é ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MARCELO NERI, 49, é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Custos com transporte disparam no país. Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 25/02/2013

Cena frequente em Mato Grosso, caminhões fazem filas enormes para escoar soja da região de Sorriso: custo do frete até o porto de Santos, no litoral paulista, ficou até 50% mais caro no último ano

O forte aumento da demanda em ano de safra recorde, a alta de 5,4% no preço do diesel e os primeiros reflexos da nova "lei dos caminhoneiros", que passou a disciplinar a jornada de trabalho dos motoristas, provocaram uma escalada nos custos de frete para o escoamento de grãos na atual safra 2012/13.

Em Mato Grosso, que deverá ser responsável por 9% de toda a soja produzida no mundo nessa temporada, o custo do transporte aumentou, em média, 21,6% somente na semana passada.

De Sorriso ao porto de Paranaguá (2.295 quilômetros), o frete chegou a R\$ 290 por tonelada, alta de 20,8% em relação aos R\$ 240 da semana anterior. O valor é ainda 50,6% maior do que os R\$ 192,50 cobrados um ano antes. De Rondonópolis ao porto de Santos (1.159 km), o aumento na última semana foi ainda maior: 33,3%, de R\$ 150 para R\$ 200 por tonelada. Trata-se de um aumento de 42,85% ante os R\$ 140 praticados um ano antes.

Em relação a março do ano passado - pico do escoamento da safra, quando o preço do frete atinge o nível mais alto do ano - o aumento chega a 46,5% para o trecho até Paranaguá e a 34,2%, até Santos. Na mesma comparação, a cotação média da soja em Mato Grosso subiu 20%, de 639,83 para R\$ 770,5 por tonelada. Isso significa que, dos R\$ 130 que os produtores de Mato Grosso receberam a mais pela soja vendida na semana passada, mais da metade foi para arcar com a elevação do frete.

De acordo com Cléber Noronha, analista de mercado do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), um maior volume de soja estava pronto para ser colhido em janeiro e fevereiro deste ano, tradicionalmente um período em que chove muito no Estado.

O aumento do tráfego na estrada úmida piora as condições da rodovia e, conseqüentemente, dos caminhões, o que colabora para a elevação do frete. "Nessa época do ano também chove bastante em Santos. Por isso o processo na chegada também fica lento. Além disso, a nova legislação fez com que a maior parte dos caminhoneiros passasse a trafegar no mesmo período do dia, de modo que os carregamentos chegam todos praticamente no mesmo horário no porto, ampliando o congestionamento", afirma Noronha.



Estimativa do Imea aponta que cerca de 60% da soja colhida em Mato Grosso chega via ferrovia ao porto de Santos (SP), 32% seguem por hidrovia para o escoamento pela região Norte do país, enquanto os 8% restantes seguem totalmente por rodovias, para exportação pelos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC). Mas, para chegar aos terminais ferroviários, a carga precisa se servir de estradas vicinais - e, nesses trechos, os fretes subiram até 60%, de acordo com Miguel Mendes, diretor-executivo da Associação de Transportadores de Carga de Mato Grosso (ATC-MT). "A economia para quem usa o transporte rodoferroviário não chega a 5%", afirma o diretor de uma trading de Mato Grosso.

Mendes conta que, de Sorriso a Alto Araguaia, onde fica o terminal ferroviário para escoamento de grãos da ALL Logística, há um trecho urbano de 13 quilômetros com apenas meia pista funcionando, o que leva o caminhoneiro a gastar uma hora e meia para percorrer o trajeto. Não bastasse isso, a BR-364, que liga as duas cidades, é uma estrada de pista única. "São 840 quilômetros, trecho curto para os padrões de Mato Grosso, mas que custa relativamente muito mais caro que a rota entre Sorriso e Porto de Santos", diz.

Na avaliação de Noronha, do Imea, a tendência é de que os preços do frete continuem a subir em Mato Grosso. "Como a maior parte da frota é de prestadores de serviço, e eles estão migrando para o Sul porque a atividade está mais rentável por lá, muitas transportadoras estão tendo de pagar mais para manter os caminhoneiros no Estado", disse. No Sul do país, as estradas são melhores e as distâncias percorridas são menores, o que reduz o desgaste dos caminhões. Mesmo assim, o transporte também está mais "salgado" na região.

Segundo levantamento da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), do cinturão agrícola de Cascavel ao porto de Paranaguá (cerca de 650 km), o custo médio do frete subiu de R\$ 70 para R\$ 90 por tonelada (alta de 28,6%) em fevereiro ante o mesmo intervalo do ano passado. No mesmo período, a commodity subiu quase 30% na região, de R\$ 725 para R\$ 941 por tonelada.

"Até agora, houve uma compensação para o produtor, mas a preocupação gira em torno dos rumores de novos aumentos para o frete em março e abril, e queda nos preços da soja", diz o assessor técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti.

O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Rio Grande do Sul (Setcergs-RS), Sérgio Gonçalves Neto, chama ainda atenção para as especulações sobre um possível reajuste no preço dos combustíveis em março. "O aumento de 5,4% no diesel no mês passado gerou um impacto de 3% no preço do frete. Novos reajustes vão pesar sobre um setor que já sofre muito com estradas ruins e novos custos", diz.

Ainda de acordo com Gonçalves Neto, a maioria das empresas não está cumprindo todas as exigências da nova lei dos caminhoneiros por falta de motoristas e porque não há segurança nas estradas para que os trabalhadores façam o descanso de maneira adequada. A lei nº 12.619, que entrou em vigor em 17 de junho do ano passado, determina que o motorista profissional trabalhe no máximo dez horas diárias ao volante, com repouso de 30 minutos a cada quatro horas. Também determina que o tempo de descanso à noite deve ser de 11 horas. "Quando todos os ajustes forem feitos, os preços do frete aumentarão ainda mais. Imagino que cerca de 14%", calcula.

A triste realidade da seca no nordeste – Site da CNA. 26/02/2013

Seca. Para muitas pessoas essa palavra ecoa distante e sem força. Para outras ela é sinônimo de perdas e desesperança de um futuro. Para o grupo de jornalistas convidados pela Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte - FAERN para participarem da Expedição Retratos da Seca (que movimentou o interior potiguar no último final de semana) essa palavra é o alerta para se mobilizar toda a sociedade e os governantes.

Na viagem, iniciada na manhã da sexta-feira (22) e finalizada na tarde do domingo (24), os repórteres, fotógrafos e cinegrafistas de vários veículos de comunicação do estado puderam observar a triste realidade de produtores rurais e de toda uma cadeia econômica que definha através do gosto amargo da seca no campo potiguar. "Com a expedição, pretendemos mostrar aos jornalistas a real dimensão desse terrível problema. Uma realidade que muitos tentam esconder em números frios de estatísticas e que a

cada dia abala mais e mais a nossa economia e a produção rural”, ressaltou o presidente da FAERN, José Álvares Vieira.

Para o presidente da Federação da Agricultura, o setor vive um grave momento e as visitas da expedição somente confirmaram o que já era esperado. “Além do gado, que está morrendo de fome e sede, observamos o desalento na face de nossos produtores. Observamos o seu descrédito com o futuro. E essa é uma realidade que não podemos aceitar de braços cruzados e dormir como se nada tivesse acontecendo” comentou Vieira.

Campos da morte

Durante os três dias de viagem, a equipe de jornalistas visitou diversas propriedades espalhadas pelas zonas rurais dos municípios de Lajes, Santana do Matos, Assu, Apodi, Pau dos Ferros e Caicó. Nesses locais, conversaram com diversos produtores e ouviram os relatos sobre a seca considerada a pior dos últimos 50 anos.

Fotografaram e filmaram os verdadeiros campos da morte do gado potiguar. Cemitérios a céu aberto onde diversas carcaças de bois e vacas apodrecem e aguardam as bicadas de velozes urubus. “Uma imagem chocante e que exibiu para todos nós a fragilidade do homem do campo com essa seca”, destacou o jornalista Roberto Lucena, do jornal Tribuna do Norte.

Em Lajes, município localizado na região Central do estado, o depoimento de vários produtores era somente um: 40% do rebanho foi dizimado pela seca. Segundo os cálculos desses criadores, os prejuízos só serão repostos em 10 anos e com invernos chuvosos.

Para verificar a veracidade da informação, a primeira parada da Expedição Retratos da Seca foi na Fazenda Gavião, na zona rural da cidade, onde o proprietário Edson Cavalcanti criava 150 cabeças de gado em 740 hectares e hoje viu o seu rebanho reduzido para apenas 42 cabeças. “O que não foi vendido morreu por falta de comida e água”, finalizou o produtor rural, obrigado a receber qualquer preço pelos animais vendidos.

Trabalho infantil na pecuária na mira da FAO. Assis Moreira – Valor Econômico. 26/02/2013

A FAO, braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação (FAO) alerta que o trabalho infantil na pecuária é generalizado e amplamente ignorado no mundo, e faz referência à prática em vários países, inclusive no Brasil, um os maiores produtores e exportadores mundiais.

De acordo com a FAO, a agricultura é o setor onde se encontra o maior número de trabalhadores infantis. Em nível mundial, a pecuária representa cerca de 40% da economia "agrícola".

O relatório da FAO reproduz documento do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, que coloca o Brasil na companhia da Bolívia, Chade, Etiópia, Lesoto,

Mauritânia, Namíbia, Paraguai, Uganda e Zâmbia na utilização de trabalho infantil ou forçado na criação de gado.

A agência da ONU usa a mesma fonte americana para falar de "evidências de trabalho infantil em matadouros e processamento e carne" e no abate de gado no Brasil e no Equador.

As conclusões do estudo vão alimentar os debates na terceira conferência mundial sobre trabalho infantil, que ocorrerá em outubro próximo no Brasil. Concorrentes poderão utilizar o documento para denunciar supostas práticas no país.

O relatório da FAO considera o problema perigoso ou potencialmente nocivo, e nota que as crianças na produção de gado receberam menos atenção do que em outras áreas do agronegócio. Segundo a FAO, a incidência da prática é grande na pecuária, ainda mais levando-se em conta que a renda de 70% de 880 milhões de produtores rurais pobres no mundo é inferior a um dólar por dia.

De acordo com dados da FAO, alguns estudos de casos específicos por país mostram que na pecuária muitas crianças começam a trabalhar muito cedo, entre cinco e sete anos de idade.

O relatório diz que as condições de trabalho das crianças que se ocupam dos rebanhos varia muito. Algumas guardam o gado algumas horas por semana, o que lhes permite continuar os estudos, enquanto outras ficam dias e dias longe de casa.

Para a FAO, as crianças que trabalham na criação de gado correm o risco de ver seu desenvolvimento físico, mental, moral e social perturbado. Trabalhar em contato direto com o gado aumenta o risco de contrair doenças e ser ferido por um animal.

"A redução do trabalho infantil na agricultura não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também de elementos suscetíveis de assegurar uma segurança alimentar e desenvolvimento rural realmente duradouros", diz Jomo Sundaram, sub-diretor da FAO, em comunicado.

"O trabalho das crianças prejudica as oportunidades de emprego decente a oferecer aos jovens, sobretudo quando interfere em sua educação escolar",

Encontro discute estratégias para acelerar acesso dos agricultores às políticas públicas – Site do MDA. 27/02/2013

Para garantir que as políticas públicas cheguem aos agricultores familiares com maior rapidez, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), junto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao MDA –, preparou uma reunião de planejamento estratégico, nesta quarta e quinta-feira, dias 27 e 28, com as ações que já foram realizadas e as que ainda virão. Para o evento, foram convocados os 26 delegados federais do ministério nos estados, os superintendentes do Incra em todo o País, e os coordenadores do Programa Terra Legal, além dos funcionários do quadro.

No primeiro dia, o planejamento será voltado para ações a serem realizadas nos estados, com a presença dos delegados, superintendentes e coordenadores do MDA/ Incra em todo o Brasil. O secretário-executivo do ministério, Laudemir Müller, faz a abertura do dia 27, seguido da apresentação do planejamento e atividades.

“É uma orientação para eles. Queremos, depois de apresentar o planejamento estratégico, discutir pontos em comum que julgamos importantes entre as delegacias federais do MDA, a superintendência do Incra nos estados e a coordenação do Terra Legal”, explicou o coordenador-geral nacional das Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário, Milton Resende.

Ações

Na quinta-feira (28), na parte da manhã, a reunião será voltada para todo o MDA e Incra, priorizando a participação dos diretores e coordenadores. O ministro Pepe Vargas passará as orientações a serem seguidas durante os anos de 2013 e 2014. À tarde, todos os servidores e funcionários estão convidados a participar, visando, ainda, a socialização desse planejamento estratégico.

“O importante dessa reunião é que unificaremos as ações e o planejamento nos estados e no MDA/Incra, fazendo com que os resultados das nossas políticas públicas cheguem rapidamente aos agricultores familiares e possibilitem respostas, também, às demandas, de forma mais objetiva. A meta principal é garantir que essas políticas cheguem à agricultura”, concluiu Milton Resende.

FAEA participa do lançamento do Programa Residência Agrária – Site da CNA. 27/02/2013

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA participou, na terça-feira (26/02) do lançamento do Projeto Residência Agrária, que terá uma verba de R\$22 milhões. A meta é contratar 180 pessoas, sendo 10 coordenadores especialistas e 170 técnicos recém-formados em nível superior e médio para atuar como agentes de transferência de tecnologia no interior do Estado do Amazonas.

"A maior parte dos agricultores amazonenses é formada por pequenos agricultores familiares que não têm dinheiro para pagar a contratação do seu próprio técnico. Essas pessoas precisam ter acesso a informação disponibilizadas através da extensão rural pública e gratuita. O IBGE divulgou uma pesquisa que os produtores rurais que tem acesso a assistência técnica e que são assessorados por técnicos produzem quatro vezes a mais do que aqueles que não tem acesso a esse tipo de serviço. Esse projeto lançado hoje vai permitir que a pesquisa chegue ao homem do campo", afirmou o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço.

Lourenço avaliou durante seu discurso as iniciativas para desenvolver o setor. "Nós pecuaristas, agricultores e produtores rurais, tivemos em julho de 2012, o ousado lançamento do programa Amazonas Rural, a sinalização muito clara da determinação e compromisso do nosso governante em fomentar a geração de trabalho, renda e oportunidade no interior do Estado, e mais do que isso, é o compromisso com a interiorização da economia amazonense. O setor agropecuário já representa segundo o IBGE, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) amazonense, com trajetória de crescimento

que nos faz antever que nos próximos cinco anos alcançar 10% de todas as nossas riquezas produzidas. Nós estamos no coração da Amazônia, o mundo e os consumidores demandam os produtores rurais amazonenses para que levem em consideração a questão do desenvolvimento sustentável e para isso a assistência técnica Projeto de Residência Agrária são fundamentais para que possamos democratizar o acesso a informação".

O governador do Amazonas, Omar Aziz, enfatizou que o Estado além de preservar também tem que produzir. "Vamos espalhar a assistência técnica pelo interior, também vou conversar com os prefeitos dos municípios para que eles também contratem técnicos. Não temos que fazer o caboclo do interior se ajustar à realidade da burocracia. É a burocracia que tem que se ajustar ao caboclo para ele produzir", afirmou.

O Projeto será viabilizado por meio do Programa Estratégico para Transferência de Tecnologia (Pro -Rural), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). "De fato a Instituição se associa as demais secretarias, é um programa que nos coloca desenvolver um trabalho conjunto de seus técnicos. Desde o início da formação desse programa trabalhamos de forma imersa, com diagnóstico e situações que pudesse aparecer. O programa é ousado porque é muito fácil trabalhar nas unidades experimentais, então nós vamos sair e levarmos, que é o anseio dos pesquisadores de ver a tecnologia que ele desenvolveu na ponta com os produtores rurais", disse a presidente da Fapeam, Maria Olivia Simão.

Os agentes vão receber capacitação nas tecnologias desenvolvidas pelos centros de pesquisas nas respectivas áreas e, sob a orientação dos coordenadores doutores, disseminá-las entre os produtores. Além de acessíveis, as novas tecnologias priorizam a diminuição do impacto ambiental na atividade produtiva. O Pro-Rural é realizado em parceria entre as secretarias estaduais de Produção Rural (Sepror) e Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fapeam.

Presidente da CNA lança campanha ZARPA BRASIL! em favor da MP dos portos – Site da CNA. 27/02/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, lançou nesta quarta-feira (27/2) a campanha Zarpa Brasil! + Competitividade, reunindo o setor produtivo empresarial em defesa da aprovação da Medida Provisória (MP) 595, que abre o sistema portuário ao capital privado, durante reunião, na sede da CNA, com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o relator da MP, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), líderes partidários e presidentes de confederações patronais. A senadora apresentou dados que comprovam a ineficiência do sistema portuário brasileiro, que coloca o país em 130º lugar no ranking de qualidade dos portos do Fórum Econômico Mundial. Segundo ela, o sistema portuário brasileiro precisa dobrar a sua capacidade, em sete anos, para acompanhar a taxa de crescimento de demanda dos últimos 10 anos.

“Algumas questões estão passíveis de negociação e podem ser esclarecidas, desde que não sejam alterados os princípios do texto”, ressaltou a senadora. Segundo ela, um destes princípios, defendidos pela CNA é de que os portos privados, independente de operarem com carga própria ou de terceiros, possam ser instalados no Brasil, ampliando

a capacidade operacional. Com a construção de mais portos, acrescentou a senadora, haverá redução significativa dos custos com o transporte de cargas.

“Os custos com transporte aumentaram mais de 25%. Em algumas regiões, houve elevação de mais de 60%. Precisamos reagir frente a isso”, disse a presidente da CNA. Ela reiterou, ainda, o risco de um apagão portuário nos próximos anos, sem a aprovação da MP. “Se for uma matéria vencedora, teremos um Brasil mais competitivo. Se não for, teremos uma preocupação com o que poderá acontecer”, afirmou.

Segundo a presidente da CNA, o presidente da Câmara dos Deputados, onde a MP tramitará depois de analisada pela Comissão Especial, assegurou um debate equilibrado, “no tempo e na hora certa”. “É uma matéria complexa e que a sociedade precisa entender. Mas não podemos deixar tudo para última hora, para não causarmos um temor na iniciativa privada”, enfatizou. Na sua avaliação, um dos gargalos que o país precisa resolver nesta questão é a ineficiência dos portos. De acordo com relatório do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 130ª colocação neste quesito, em um ranking de 142 países, o que reforça a necessidade de aprovação da MP. “Quem quiser ver um Brasil diferente, mais competitivo, certamente será a favor da MP e a favor do Brasil”, justificou a senadora.

Presentes ao encontro o presidente da Comissão Mista que analisará a MP e líder do PT na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), o líder do Governo na Casa, deputado Arlindo Chinaglia (SP), além dos líderes do PSD, deputado Eduardo Sciarra (PR), e do PCdoB, deputada Manuela D’ávila (RS), e integrantes da Comissão Mista, como os deputados Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Antônio Bulhões (PRB-SP) e Márcio Marinho (PRB-BA), além do senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Participaram da reunião os presidentes da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), senador Clésio Andrade (PMDB-MG), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Antônio Oliveira Santos, da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, presidentes das Federações da Agricultura de diversos Estados e representante da empresa Bunge, Martus Tavares.

Calendário

Deputados e senadores que integram a Comissão Mista que analisa a MP dos Portos definiram hoje o cronograma de audiências públicas para o período que antecede a apresentação do relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), cujo teor deve ser conhecido, segundo ele, no dia 3 de abril. Representantes dos trabalhadores portuários participarão das audiências já na próxima semana. Empresários e representantes de setores que utilizam os portos, além de representantes do Governo federal, do Ministério Público do Trabalho (MPT) e especialistas serão ouvidos nas duas semanas seguintes. De acordo com o calendário, poderá ser realizado mais de um debate por semana. Ficou definido, ainda, que o relatório do senador Eduardo Braga será votado na Comissão Mista no dia 10 de abril.

Monsanto suspende cobrança de royalties sobre soja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 27/02/2013

Em mais um capítulo da sua queda de braço com os produtores rurais, a Monsanto comunicou ontem que vai suspender a cobrança de royalties sobre o uso da soja transgênica com a tecnologia Roundup Ready (chamada de RR1) até que a Justiça bata o martelo sobre a validade da patente da companhia no Brasil. A múlti apresentou ainda uma nova proposta de acordo aos agricultores.

Os agricultores brasileiros alegam que a patente que protege os direitos da soja RR1 venceu em 2010, mas a Monsanto alega que o prazo deve ser estendido até 2014, quando expira sua patente nos Estados Unidos. Produtores cobram judicialmente a devolução dos valores pagos em 2011 e 2012 em ações estimadas em R\$ 1,7 bilhão.

Na semana passada, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) negou a revisão da validade da patente, proibindo a cobrança dos royalties. A Monsanto já anunciou que vai recorrer da decisão e que pretende levar a discussão para o Supremo Tribunal Federal (STF).

No fim de janeiro, a multinacional americana costurou uma proposta de acordo com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e mais dez federações estaduais de agricultura para colocar fim ao imbróglio. Pela proposta, os produtores ficariam isentos de pagar royalties em 2013 e 2014, mas abririam mão de questionar os valores pagos nos dois anos anteriores.

O acordo foi duramente criticado pelos produtores de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, que viram na proposta da Monsanto uma estratégia para minimizar o prejuízo de uma derrota nos tribunais. A própria CNA reviu sua posição quando foi revelado que a múlti lastreou ao acordo a licença de uso da próxima geração de soja transgênica (Intacta RR2), que deve ser lançada no Brasil em 2013.

Ontem, a Monsanto apresentou uma nova versão do acordo, que mantém o fim da cobrança dos royalties para os produtores que abrirem mão de suas ações e exclui do texto os termos de licenciamento da soja Intacta. "Foi um pedido das entidades com quem negociamos e aceitamos sem restrições", afirma Márcio Santos, diretor de estratégia e gerenciamento de produto da Monsanto.

O executivo disse não ter uma estimativa de quantos produtores estariam dispostos a aceitar os novos termos do acordo, mas garantiu que "muitos deles buscam uma solução imediata e definitiva para o caso e não querem ser cobrados depois".

Presidência flagra irregularidades em estatais de portos – Folha de São Paulo. 27/02/2013

Auditorias apontam, desde 2010, exemplos de má gestão nas sete companhias Docas geridas pelo governo federal

Há relatos de sobrepreço em contratos, licitações direcionadas e falhas de segurança; Docas dizem tomar providências

Auditorias realizadas pela Presidência da República apontam, desde 2010, irregularidades e exemplos recorrentes de má gestão nas sete companhias Docas geridas pelo governo federal.

Há desde casos de sobrepreços em contratos e licitações direcionadas até exemplos de descaso com equipes de fiscalização e falhas de segurança no controle de contêineres e das embarcações.

Estatais responsáveis pela gestão de 17 dos principais portos do país, as companhias acumulam prejuízos ao longo dos anos. Apenas no governo Dilma Rousseff, tiveram de receber aportes de R\$ 1,2 bilhão do Tesouro para honrar seus compromissos.

Em um momento em que o Planalto elege a reestruturação dos portos como prioridade para desatar nós logísticos do setor produtivo, os problemas apontados revelam um amplo leque de reparos a serem feitos para uma efetiva dinamização.

A Folha analisou 126 relatórios e notas técnicas produzidas sobre as Docas nos últimos três anos pela Secretaria de Controle Interno da Presidência. Criada na década de 1990, ela atua de forma autônoma a outros órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União.

Os documentos mostram que, apesar da proximidade física e hierárquica com a presidente Dilma Rousseff, as avaliações do órgão interno costumam ter pouco ou nenhum efeito.

Um exemplo foi a verificação de um potencial prejuízo de R\$ 42 milhões em obras bancadas pelo governo federal no porto de Suape, administrado pelo governo de Pernambuco.

Apesar das irregularidades apontadas, a Secretaria Especial de Portos não tomou qualquer providência, embora "tenha sido dispensado tempo suficiente para que tais problemas fossem solucionados". Diante da inércia, o caso foi para o TCU.

CODESP

Situação semelhante ocorreu na Codesp, responsável pelo porto de Santos. Segundo o órgão da presidência, a companhia celebra "recorrentemente" contratos com escritórios particulares de advocacia, sem licitação, apesar de alertas já feitos por órgãos de controle. Com a reincidência verificada mesmo após o alerta, o caso foi encaminhado ao TCU.

Outro exemplo de irregularidades e descaso envolve a companhia Docas da Bahia. Auditoria feita no segundo semestre de 2012 mostra que 25 recomendações feitas pela secretaria no ano anterior não foram cumpridas.

Os fiscais alertam para falhas de segurança, com descumprimento de protocolos portuários internacionais. Também reclamam de obstáculos à fiscalização, com a ausência de entrega de documentos de processos de licitação e de sindicâncias contra funcionários da Docas.

Para melhorar a gestão dessas companhias, o pacote de portos anunciado por Dilma em dezembro de 2012 previu que elas terão de seguir metas detalhadas. Os diretores que descumprirem os objetivos serão demitidos.

**O agronegócio é ‘negócio’ para o Brasil? *Gerson Teixeira* – Site do MST.
28/02/2013**

No período recente ocorreu a ampliação do peso relativo da base primário exportadora na economia brasileira. O fato conflita com os axiomas do processo de desenvolvimento econômico e decorre, em grande medida, da acomodação do país a um contexto internacional de comércio definido pelos países desenvolvidos.

Neste cenário foi reforçada a funcionalidade da nossa economia, no caso, ao suprimento dos mercados globais de commodities minerais, metálicas e agrícolas (proteína animal e vegetal, em especial).

Assim, particularmente neste século, a economia brasileira foi posicionada na inércia de um “atrativo” mercado global de commodities, com forte protagonismo do capital financeiro, incluindo o especulativo.

Não se trata de uma pregação contrária ao aumento das vendas externas do país. Contudo, a resignação política à centralidade do aprofundamento da marca primário exportadora da economia implica, nas condições históricas brasileiras, na ratificação das causas estruturais das nossas anomalias econômicas e desigualdades sociais.

Neste artigo, apontamos alguns riscos para a sociedade brasileira, relacionados especificamente com a transformação do agronegócio no carro-chefe, ou na ‘joia da coroa’ da economia nacional. Aproveitando alguns tópicos inserimos aspectos que julgamos relevantes para expor o ‘estado da arte’ do agronegócio no Brasil e no mundo.

Há mais de uma década os brasileiros são convocados para o financiamento gigantesco da expansão desse padrão de negócio assentado na grande exploração agropecuária. A cada ano o crédito rural oficial expande a oferta de somas bilionárias para os grandes agricultores, em custos irrisórios.

Para não comprometer o fluxo expansivo do crédito o Tesouro sistematicamente é acionado para ‘adimplir’ grande parte das dívidas desses financiamentos, em permanente situação de anormalidade.

A Lei Kandir continua incentivando a reprimarização da economia com mais incursões na ‘bolsa da viúva’ e prejuízos aos estados. Dívidas privadas dos grandes produtores têm sido estatizadas. O próprio BNDES financia a elevada concentração e/ou desnacionalização nesse segmento. Investimentos em logística, infraestrutura, incentivos fiscais regionais, políticas de sustentação de preços, compras governamentais e seguro rural também integram a fatura fabulosa da população na sustentação dessa atividade.

Grande parte dessas medidas seria justificável posto, em tese, a importância estratégica e as particularidades da atividade agrícola. Mas, no caso brasileiro, quem se apropria de fato dos resultados desses esforços? Quais os seus benefícios para a população? Mesmo na métrica da racionalidade econômica, o agronegócio no Brasil tem solidez e constitui boa aposta para o futuro do país?

Por serem de amplo conhecimento não comentaremos os severos impactos fundiários, sociais, e ambientais iminentes aos monocultivos produtivistas de larga escala que alicerçam o agronegócio.

Agrotóxicos/Transgênicos

Em que pese a observação anterior, diga-se que esse padrão de agricultura constitui, na atualidade, caso grave de saúde pública no Brasil. Pesquisa recente da Universidade de Brasília concluiu que, na hipótese mais otimista, 30% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são impróprios para o consumo somente por conta de contaminação por agrotóxicos.

Um escândalo intensificado com a disseminação dos transgênicos a partir da entrada ‘clandestina’ da ‘soja Maradona’ no Brasil, quando agricultores do Sul caíram no ‘canto da sereia’ de que os transgênicos levariam à redução do uso de venenos na agricultura.

Desde então (início da década de 2000), as importações de agrotóxicos saltaram de 259 milhões de dólares para 2.2 bilhões de dólares em 2012; assumimos a liderança mundial no consumo dos venenos agrícolas, e os agricultores passaram a sofrer cobrança ilegal de verdadeiras fortunas a título de royalties por dupla proteção das sementes transgênicas (Lei de Proteção de Cultivares e Lei de Patentes).

Como exemplo da relação transgênicos/agrotóxicos, dados de custo de produção divulgados pela Conab revelam que em Santa Rosa no RS, os gastos com agrotóxicos com a soja RR subiram de R\$ 159,00/hectare para R\$ 183,00/hectare, de 2008 para 2011. Correspondiam a 19.8% do total das despesas de custeio com a lavoura, passando a 29%, em 2011.

Nesse mesmo período, os royalties cobrados sobre as sementes geneticamente modificadas subiram de R\$ 23,00/hectare para R\$ 32,00/hectare, ou seja, um aumento de 39% quando a variação do IPC-A foi de 18%.

O ‘Economic Research Report Number 130 - December 2011’, do Departamento de Agricultura dos EUA- USDA, estima que, em 2010, a ‘proteção química’ derivada dos OGMs proporcionou vendas adicionais de agrotóxicos no valor de 10.6 bilhões de dólares.

Concentração econômica

São consideráveis as vulnerabilidades econômicas do agronegócio no Brasil pelo grau desproporcional do seu controle por setores monopolistas globais das indústrias intermediária da agricultura, e da alimentar, que produzem e comercializam internacionalmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais.

A aquisição ou falência das empresas nacionais de sementes e a ‘apropriação’ da Embrapa por companhias do chamado ‘Big 6’ (Monsanto, Dupont, Syngenta, Bayer, Dow, e BASF) que controlam as sementes/química/biotecnologias em todo o mundo, resultaram na forte dependência genética da agricultura nacional, em vários produtos animais e vegetais.

Estudo do USDA (antes citado) revela que entre 1994 e 2009, a concentração econômica no segmento da agroquímica, medida pelo Índice Herfindahl², elevou de 198 para 937; no de sementes, de 171 para 991; máquinas agrícolas, de 264 para 791; saúde animal, de 510 para 827.

No ano de 2009, as quatro maiores empresas em cada segmento da indústria intermediária da agricultura, respondiam por pelo menos 50% dos respectivos mercados globais de vendas. Os níveis de concentração são diferentes nos distintos segmentos.

Já em 2007 as quatro maiores empresas produtoras de sementes de hortaliças controlavam 70% do respectivo mercado global; as oito maiores controlavam 94%. Três das empresas que integram o ‘Big 6’ são as grandes controladoras desse mercado: Monsanto, Syngenta e Bayer.

O mercado de biotecnologias agrícolas contabilizava 77 médias e pequenas empresas em 1979. Em 2008, restavam apenas 30; as demais foram adquiridas ou faliram.

A Geopolítica do agronegócio

Sob esse cerco os agricultores brasileiros passaram à condição de terceirizados desses conglomerados. E, num ambiente interno de frouxidão regulatória, inclusive no acesso à terra por estrangeiros, o poder de definição sobre a expansão territorial da atividade agrícola primária no Brasil foi deslocada do Estado, para esses segmentos do capital internacional.

Não é à toa que, de 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como o arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. As de produtos nobres do agronegócio exportador como a cana e soja aumentaram 122% e 107%. No estado de São Paulo, a área com cana ocupa 75% da área total plantada com culturas temporárias e ainda assim o país enfrenta crises sistemáticas na oferta do etanol.

Passamos a importar até feijão da China. No ano passado importamos US\$ 334 milhões em arroz, o equivalente a 50% do valor aplicado no custeio da lavoura em nível nacional. No caso do trigo, o valor das importações em 2012 (US\$ 1.7 bi) foi mais de duas vezes superior ao destinado para o custeio da lavoura (R\$ 1.1 bi). A produção de mandioca atualmente é a mesma de 1990.

Agricultores familiares passam a abandonar a produção de alimentos da dieta básica dos brasileiros

Agravando o cenário de risco potencial para a segurança alimentar em nosso país, as políticas governamentais nos últimos anos disseminaram a lógica da agricultura do agronegócio entre grande parcela dos agricultores familiares.

Resultado: quando comparamos 2003 com 2012, mesmo considerando o aumento exponencial no volume de recursos ofertados pelo Pronaf, no período, o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77.4%).

No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo Pronaf reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%), e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%)³.

Em síntese, constatamos trajetória de progressiva redução do plantio de culturas alimentares básicas, o que tem ampliado a nossa dependência de importações num cenário internacional de grandes vulnerabilidades da oferta agrícola em função das cada vez mais frequentes e intensas quebras de safra nos principais países agrícolas por conta dos efeitos do aquecimento global.

Como agravante, temos erráticas e insuficientes políticas de estoques de alimentos conduzidas pela Conab que intensificam a exposição da população brasileira a riscos de abastecimento e ao processo inflacionário. Os estoques reguladores, além de pífios, são formados em função das pressões de setores produtores com problemas circunstanciais de renda.

Não existe a formação de estoques estratégicos. As compras governamentais da agricultura familiar são importantes enquanto alternativa de mercado institucional para esse segmento, mas não têm expressão econômica, portanto, são insuficientes para a garantia da estabilidade do abastecimento alimentar.

Dependência na importação de fertilizantes

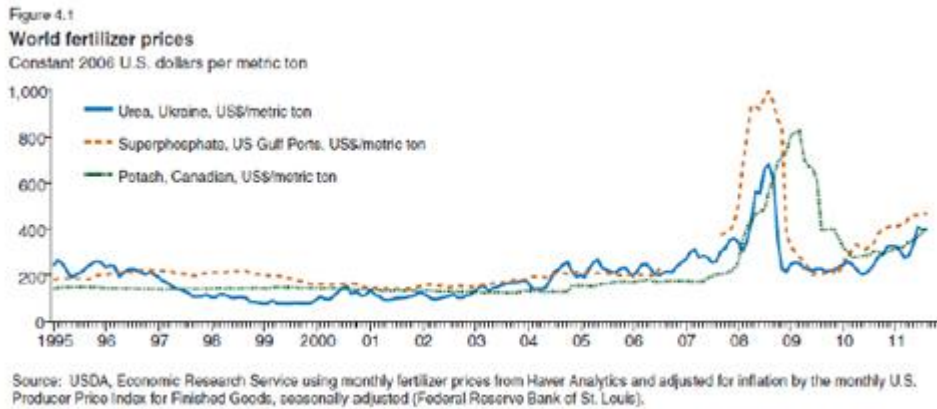
Considere-se, também, que eventuais interrupções no fluxo, ou choques nos preços dos fertilizantes importados desmoronariam o 'gigante de pés de barro', com consequências desastrosas para o país.

Em 2012 o Brasil importou 19.5 milhões de toneladas de fertilizantes químicos, o equivalente a 66% do consumo interno. Em relação ao potássio a dependência de importações deve continuar acima de 80%. Em 2000 as importações brasileiras de fertilizantes somaram 10.3 milhões de toneladas.

Desde 2003 a produção interna de fertilizantes intermediários se mantém pouco acima de 9.2 milhões de toneladas.

Todas as previsões convergem para a tendência de crescimento do uso de fertilizantes químicos pela agricultura brasileira. Isso ocorrerá em meio às dúvidas do plano nacional de fertilizantes e num contexto de elevação dos preços do insumo.

Os preços dos fertilizantes dispararam com a crise econômica a partir de 2007/08 e, associadamente, com o boom dos preços das commodities. Em 2009 atingiram o pico, depois declinaram para em seguida retomarem a trajetória de alta conforme a figura abaixo que exhibe a evolução dos preços desses insumos desde 1995.



A

propósito, os fertilizantes são os principais emissores do óxido nitroso, gás com densidade de efeito estufa bem superior à do gás carbônico, portanto, fator agravante do aquecimento global.

Concentração dos investimentos em P&D nos países industrializados

Afora as ameaças para a segurança alimentar e nutricional da população do país, os conglomerados que controlam o agronegócio brasileiro concentram todos os seus investimentos em P&D nos países de origem. Essa concentração é uma evidência das restrições para a transferência de tecnologia, para os países pobres e emergentes, pelas grandes corporações.

De acordo com o USDA, até o período 2000/2004, o Japão liderava os investimentos privados da indústria alimentar (média anual de 2.7 bilhões de dólares). No período 2005/07 a liderança passou aos EUA (média de 2.4 bilhões de dólares/ano). Vale destacar que o Brasil não figura na lista dos 27 países líderes dos dispêndios em P&D da indústria da alimentação.

No caso da indústria intermediária, os investimentos privados em P&D, em todo o mundo, somaram US\$ cerca de 11 bilhões em 2010 (valores correntes), assim distribuídos: (i) US\$ 3.1 bilhões em agrotóxicos; (ii) US\$ 3.7 bilhões em sementes transgênicas; (iii) US\$ 2.4 bilhões em máquinas agrícolas; (iv) US\$ 100 milhões em fertilizantes; (v) US\$941 milhões em saúde animal; (vi) US\$ 339 em genética animal; e (vii) US\$ 410 milhões em nutrição animal.

No caso dos US\$ 3.7 bilhões de investimentos privados em sementes/biotecnologias agrícolas, as mega corporações da agroquímica que integram o 'Big 6' foram responsáveis por US\$ 2.9 bilhões. Outras grandes companhias investiram US\$ 732 milhões e as pequenas e médias firmas, o valor restante.

Segundo o USDA, de 1994 a 2010 os investimentos em P&D nos agrotóxicos têm declinado em termos reais. De outra parte, as vendas de agrotóxicos no mercado global cresceram de 32.7 bilhões de dólares em 1994 para 47.1 bilhões em 2010, ou seja, 5.6 vezes superior aos investimentos privados em insumos químicos, biotecnologias e máquinas agrícolas.

O quadro abaixo apresenta a distribuição regional dos investimentos privados em pesquisa pelas companhias das indústrias de alimentos, e intermediária da agricultura, na posição de 2006. Vê-se a ‘exclusão’ da América Latina desses investimentos. A África sequer é citada.

Private-sector expenditures for food and agriculture research and development (R&D) by region in 2006

Sector	North America		Europe- Middle East	Asia-Pacific		Latin America	Global total
	All	United States		All	Japan		
	<i>Million U.S. dollars</i>						
Crop protection chemicals	599	599	1,590	404	308	34	2,633
Crop seed	1,287	1,261	983	98	66	6	2,374
Fertilizers	28	19	33	35	1	3	99
Farm machinery	573	513	579	309	189	9	1,470
Animal health ¹	279	236	477	36	8	3	794
Animal nutrition	66	63	232	71	19	7	375
Animal breeding	147	132	144	5	0	0	295
Crops	2,486	2,392	3,191	844	623	52	6,575
Animals	491	432	852	111	28	10	1,465
All agriculture	2,978	2,824	4,043	955	651	62	8,040
Food industry ²	3,400	3,267	3,692	3,735	2,808	73	10,899
Food & agriculture ³	6,312	6,028	7,503	4,619	3,440	128	18,564

¹Animal health R&D includes R&D for food animals only. Globally, we estimate that food animal health R&D made up about 60 percent of total animal health R&D in 2006, based on the percentage of animal health product sales for food animals (see chapter 6).

²Food industry R&D is mainly for Organisation for Economic Co-operation and Development countries only.

³Sum of food industry R&D and all agriculture R&D. Animal nutrition is a subsector of the food industry and is counted in both food industry R&D and agricultural R&D but not in the total.

Source: USDA, Economic Research Service. See chapters for specific sources and methods.

Vale assinalar que, de acordo com os dados do USDA, o Brasil não figura na lista dos 27 países que lideram os dispêndios das companhias privadas na indústria da alimentação.

Enfim, ante ameaças de vulto para os interesses nacionais como as acima pontuadas, será que exportações próximas 100 bilhões de dólares justificam estratégias para a transformação do Brasil no ‘fazendão’ do mundo para alguns poucos produtos sob o comando de um punhado de corporações estrangeiras? Infelizmente, esse tipo de reflexão não existe no governo!

A Produtividade na Agricultura – caso dos EUA

O constante aumento da produtividade foi o fator do ‘sucesso’ da agricultura produtivista por quase todo o século XX. Graças a isso, uma das principais características do modelo agrícola americano disseminado no mundo tem sido a sua natureza excedentária.

Contudo, estudos recentes demonstram a tendência de estagnação ou recuo da produtividade agrícola em todo o mundo, fato que amplia de forma substancial as ameaças da segurança alimentar da população mundial, notadamente com os cenários projetados das mudanças climáticas.

A Revista Science, edição de 26 de março de 2010, apresentou matéria de grande relevância demonstrando que a taxa de crescimento dos rendimentos de grãos caiu pela metade entre 1961-1990 e 1990-2007.

Um pesquisador do USDA publicou artigo contestando a Revista. Tentou provar que a inclusão de fatores relacionados à gestão/organização alteram essa avaliação. Mas não contestou os resultados dos ‘fatores input’ da produção agrícola. Enfim, o fato é que,

com o domínio dos transgênicos que prometiam outra revolução verde, e com montanhas de produtos químicos, a produtividade agrícola é decrescente.

Considerando a agricultura americana, que é a origem do padrão de modernização produtivista, observa-se a trajetória declinante, de longo prazo, dos níveis de produtividade do trabalho.

A produtividade da terra também apresenta tendência declinante de longo prazo, e a do capital levemente positiva, ainda que apresentando taxas médias negativas de 1981 a 2000. Isto mostra que a produtividade geral dos fatores (input) é declinante na agricultura.

A Tabela abaixo mostra a evolução da produtividade dos fatores de produção na agricultura americana, desde 1948 a 2009, pelas taxas médias de crescimento nos períodos considerados.

EUA - Agricultura - Produtividade da terra, capital e trabalho
Taxas médias anuais de crescimento (%)

	1948-1953	1953-1957	1957-1960	1960-1966	1966-1969	1969-1973	1973-1979	1979-1981	1981-1990	1990-2000	2000-2007	2007-2009
Trabalho	-0,81	-1,08	-0,83	-0,81	-0,61	-0,38	-0,19	-0,22	-0,43	-0,34	-0,35	-0,64
Capital	0,54	0,15	0,03	0,08	0,32	0,14	0,32	0,23	-0,61	-0,21	0,05	0,35
Terra	0,02	-0,17	-0,16	-0,07	-0,22	-0,29	0,00	-0,12	-0,09	0,00	-0,08	-0,12

Fonte: USDA

Conclusões/ Recomendações

-a análise anterior sugere que a centralidade atribuída ao agronegócio nos rumos da economia brasileira não representa uma boa aposta para o desenvolvimento do país.

-a dependência externa da base primária da agricultura brasileira a setores oligopsônicos globais ameaça a soberania do país na produção e comércio de alimentos, e impõe riscos substanciais para a segurança alimentar da população brasileira.⁸

-neste momento de comemoração dos dez anos de governo do PT, onde indiscutivelmente há muito a comemorar especialmente no que tange aos efeitos das políticas de transferência de renda, cumpriria repensar as políticas agrárias e agrícolas à luz dos maiores interesses nacionais.

-as recomendações para reflexão, não esgotam o tema e estão ancoradas em possibilidades de algumas mudanças que julgamos viáveis nas circunstâncias políticas atuais.

-cumpra reformas profundas nas prioridades de pesquisa e no modelo de gestão da Embrapa com vistas a dotar o país de maior independência na genética e em outros insumos essenciais para a atividade agropecuária; de preparar o país para um modelo agrícola, competitivo, mas fundado na diversidade genética e em tecnologias poupadoras de recursos naturais. Programa de desenvolvimento e multiplicação de sementes crioulas, já existe, mas, nas franjas das prioridades da empresa. Há a necessidade de programa de pesquisa específico voltado para os alimentos essenciais da dieta alimentar nas condições de produção dos agricultores familiares camponeses.

-deve ser abortada a proposta de abertura de capital da EMBRAPA que consta de PL do Senador petista Dulcídio, do MS e que tem o apoio massivo dos ruralistas e de muita gente do governo;

-a exemplo do ponto anterior cumpre ação do governo para evitar a qualquer custo que prospere as propostas de Lei (uma delas, do nosso Deputado Cândido Vacarezza- PL nº 5.575/2009), que liberam a tecnologia genética de restrição de uso – TERMINATOR;

-seria o caso mesmo da desvinculação da EMBRAPA do MAPA, pois, essa condição facilita o controle das grandes corporações sobre a empresa. O ideal, sem prejuízo da natureza jurídica da Embrapa, seria o vínculo com a SAE/PR, a exemplo do IPEA.

-a integração de camponeses a setores capitalistas oligopsônicos, como o setor energético (biocombustíveis, no caso), constitui medida de consequências potencialmente desastrosas nos planos político, social e econômico. No início, na busca da garantia da oferta de matérias primas, as grandes empresas oferecem preços atrativos e condições vantajosas de fomento, o que provoca ‘efeito manada’ nos camponeses que findam substituindo a produção de alimentos por esses produtos. nas primeiras dificuldades no setor, os camponeses são atirados no abismo e sequer têm alimentos; crise social inevitável. Assim, não deveria ser incentivada a integração da agricultura familiar a esses setores.

-os dados e fatos mostram que deve ser revista a geração Pronaf & Cia que deve ser interpretada como justa e oportuna política de inclusão de parcela dos camponeses às políticas públicas e de inserção ao mercado. Há a necessidade, agora, de uma nova geração de políticas para a agricultura familiar voltada, depois da inclusão, para a diferenciação. A geração PRONAF induziu a modernização conservadora da agricultura familiar (o conservadora deve-se, em especial, à matriz tecnológica que é a mesma da agricultura empresarial). A aptidão congênita da agricultura de herança camponesa é a produção de alimentos, o que tem sido afetada pelo PRONAF.

-numa estratégia de múltiplos objetivos estratégicos o governo deveria, sob o forte discurso da garantia da segurança alimentar, investir pesado num programa de autossuficiência de alimentos tendo a agricultura familiar como a principal protagonista. E, também, de envolvimento desse segmento num programa de modernização da economia extrativa de produtos de alto valor comercial, e daqueles essenciais para a preservação de tradições/dietas e estilos de vida para comunidades tradicionais.

-dentro desse programa de autossuficiência de alimentos caberia um projeto ambicioso de produção de milho; produto de importância singular por sustentar a cadeia de algumas carnes, e constituir produto ou matéria prima de alimentos básicos.

-vale destacar a importância da inclusão da autossuficiência do trigo. Diferente das visões construídas no Brasil com o neoliberalismo, que levou ao nível absurdo de dependência do país em um produto tão estratégico como o trigo, na Europa cria-se barreira para o açúcar de cana, pois mantém o açúcar da beterraba que não tem a menor condição de competir com a cana. Os EUA jamais produziram álcool do milho, pois é incomparavelmente inferior em todos os planos ao etanol da cana. Mas, de forma alguma abrem mão, pois consideram estratégico.

-a viabilidade do programa de autossuficiência de alimentos dependeria, exclusivamente, do manejo de ações institucionais como no caso da pesquisa antes comentado, da ater, e dos instrumentos de política agrícola para a produção, industrialização e comercialização. Contudo, são requeridos FORTES E TRANSPARENTES SUBSÍDIOS para garantir rentabilidade e capacidade de pagamento para a atividade de produção de alimentos pela agricultura familiar. Ademais de plenamente justificáveis as subvenções pela relevância política do programa, sai mais barato para o Tesouro subsidiar de verdade e garantir rentabilidade e capacidade de pagamento do que continuar a rotina de prorrogações, remissões e repactuações de dívidas dos agricultores familiares. Além do mais, o que o Brasil vem gastando com importações de alimentos, justificaria a adoção de uma política de crédito efetivamente subsidiada.

-há necessidade, também, do aprofundamento dos mercados institucionais, o que seria fundamental para a viabilização do programa. Uma política de garantia de preços e de industrialização dos produtos completaria o arcabouço de políticas para o programa.

-associadamente, além da manutenção adequada de uma política de estoques reguladores de alimentos, é essencial a formação de estoques estratégicos para garantir a regularidade do abastecimento alimentar nas situações de graves insuficiências da oferta interna, em escala nacional ou local, por força de fatores de qualquer natureza, e o suporte de programas sociais, em especial, das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Os volumes dos estoques estratégicos seriam excedentes aos dos estoques reguladores em níveis não inferiores ao equivalente a 4/12 dos consumos anuais aparentes dos produtos. Para o caso do trigo, seria de 5/12.

PLANOS SAFRA?

-A Lei Agrícola Nacional (lei nº 8.171, de 1991) foi sábia quando definiu o conteúdo estratégico para o planejamento agrícola, o que jamais foi observado, daí restando a proliferação e acúmulo de anomalias econômicas, sociais e ambientais na expansão da atividade. Não é à toa o contencioso e imbróglis gerados com o código florestal. É fruto desse processo. Assim, a lei determina instrumentos de curto, médio e longo prazos para orientar a atividade agrícola no Brasil. Entretanto, nos restringimos aos planos safra que muito mais expressam disputa entre patronais e familiares, preponderantemente, por mais e mais recursos para o crédito.

-Nenhum plano safra se preocupa, por exemplo, com a produção e abastecimento de hortigranjeiros que repercutem profundamente no processo inflacionário. Já tivemos um sistema de informação de mercados agrícolas e CEASAs que ajudavam na regulação desse mercado

-Portanto, há a necessidade de uma nova concepção para esses planos eminentemente produtivistas, de curto prazo, de modo a considerar o universo da atividade agrícola e dos seus nexos/entornos econômicos e socioambientais. Além disso, deve haver a interação temporal dos instrumentos.

-AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS – é mais que inadiável uma nova legislação a respeito por razões tão profundas e diversas que não desenvolverei aqui

pela obviedade e para não alongar o texto. Em setembro de 2012 foi publicada a IN Conjunta nº 01/2012 - MAPA/MDA/MTUR/MDIC/INCRA, orientando, com base na lei ultrapassada, os procedimentos para a compra de terras por estrangeiros. Na verdade, foi um artifício para a homologação das terras compradas por empresas nacionais controladas por estrangeiros em desacordo com os Pareceres da AGU. ocorre que, além de não imporem nenhuma condicionalidade para o cadastramento dessas aquisições no sistema do INCRA (sequer o cumprimento da função social), ampliaram o período de homologação que deveria de 1998 a 2010. Consideraram as aquisições desde 1994 com base em um Parecer da AGU que não foi publicado no DOU; portanto, sem validade.

-segundo o projeto TerraClass (MCT&I-INPE)/ EMBRAPA, 62% da área desflorestada na Amazônia está associada às pastagens. A produtividade média nessas áreas, não passa de 1,5 cabeça/hectare. Ou seja, temos aí, uma prova concreta de que não se justificariam mudanças no Código Florestal em cima do discurso da inelasticidade da área disponível para o avanço do agronegócio na região. São 447.5 mil km² de áreas já desflorestadas na Amazônia que se apresentam precariamente exploradas com pastagens. O aproveitamento racional dessa área permitiria um salto fantástico na produção de alimentos no Brasil.

-No mínimo, impõe-se a regulação da atividade do agronegócio para, entre outros objetivos, resgatar o poder do Estado na definição da ocupação produtiva do território e reduzir o poder das companhias internacionais. Inclusive, sem essa iniciativa daqui a pouco teremos problemas ainda maiores na área ambiental, inclusive no plano internacional o que será ruim para os nossos compromissos em clima e para o comércio de produtos pecuários e florestais.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

